

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Shirlene Ferreira Coelho

A PONTUAÇÃO NAS MINAS SETECENTISTAS

Belo Horizonte

2018

Shirlene Ferreira Coelho

A PONTUAÇÃO NAS MINAS SETECENTISTAS

Dissertação mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Variação e mudança linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho.

Belo Horizonte

2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

C672p

Coelho, Shirlene Ferreira.

A pontuação nas Minas setecentistas [manuscrito] / Shirlene Ferreira Coelho. – 2018.

134 f., enc. : il., map., grafs., fots., tabs., p&b., color.

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 128-134.

1. Língua portuguesa – Pontuação – Teses. 2. Língua portuguesa – História – Teses. 3. Sociolinguística – Teses. 4. Mudanças linguísticas – Teses. 5. Manuscritos brasileiros – Minas Gerais – Séc. XVIII - Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.16



FOLHA DE APROVAÇÃO

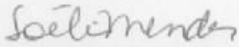
A pontuação nas Minas setecentistas

SHIRLENE FERREIRA COELHO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 27 de março de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora
UFMG


Prof(a). Soélis Teixeira do Prado Mendes
UFOP


Prof(a). Alexia Teles Duchowny
UFMG

Belo Horizonte, 27 de março de 2018.

À minha mãe, Maria da Conceição, e irmãs, Sheila e Shirlei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter alcançado esse objetivo.

Ao meu pai, Paulo (*in memoriam*), à minha mãe, Maria da Conceição, e às minhas irmãs, Sheila e Shirlei, por terem sempre me apoiado e incentivado meus estudos.

À minha orientadora, Sueli Maria Coelho, pela dedicação e disposição em me orientar.

À professora Alécia Teles, por ter me mostrado o caminho acadêmico ao qual eu sigo hoje.

Às professoras Carla Viana Coscarelli e Luana Lopes Amaral e a toda a equipe da disciplina Oficina de Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos, pela acolhida e pelo aprendizado proporcionado no período em que estagiei na disciplina.

Aos meus amigos Adriana, Alessane, Ana Danielle, Bárbara, Gerson, Jéssica e Vivian não só pela amizade, como também por me auxiliarem quando preciso. Agradeço em especial, ainda, à Adriana, pelo auxílio com língua francesa, e ao Gerson, pelo auxílio com as línguas francesa e inglesa.

A CAPES, por ter me concedido bolsa de pós-graduação.

À Universidade Federal de Minas Gerais e à Faculdade de Letras, local em que pude crescer intelectual e pessoalmente.

Enfim, agradeço a todos os familiares e amigos, que torceram por mim, e a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação acadêmica.

*“A indicação do ritmo e da entoação do período
é dada, na escrita, pelos sinais de pontuação.
É preciso atribuir a cada sinal de pontuação o
seu verdadeiro valor.”*

Antenor Nascentes

RESUMO

O tema da presente pesquisa centra-se no estudo dos sinais de pontuação encontrados em manuscritos mineiros setecentistas. Essa escolha justifica-se não só pelo fato de existirem poucos estudos que possuem um caráter descritivo (cf. ROCHA, 1996; 1997), como também por serem poucos os que tratam desse tema sob a perspectiva da sociolinguística histórica. Além disso, não foram encontrados, na literatura atual, pesquisas desse cunho com *corpus* mineiro. A hipótese, aqui aventada, refere-se à possibilidade de se caracterizar o escrevente de períodos pretéritos a partir dos sinais de pontuação empregados em manuscritos antigos. O fato de esse escrevente seguir ou não a norma da época para o uso desses sinais pode ter relação com a sua escolaridade/grau de letramento. O objetivo, portanto, foi estudar os sinais de pontuação encontrados em documentos mineiros setecentistas e verificar se existem divergências quanto ao emprego desses sinais e se isso estaria atrelado ao grupo socioeconômico ao qual o escrevente pertence. Foram utilizadas, como parâmetro para a caracterização da norma do período, gramáticas e manuais da língua portuguesa datados dos séculos XVIII e XIX. Também foram consultados um manual do século XVII e um do século XX, a fim de verificarmos se as inconsistências encontradas quanto ao emprego desses sinais nos manuscritos refletem as normas destes períodos. Como *corpus*, utilizamos quatro documentos mineiros: um estatuto de ordem terceira e três compromissos de irmandades, todos datados da segunda metade do século XVIII. A ordem terceira, por ser composta por membros da elite cultural da época, compõe o grupo escolarizado. Já as irmandades, por serem compostas por membros de classes sociais mais baixas, compõem o grupo não escolarizado. Numa análise geral desses dados, verificamos que em todos os documentos há uma maior quantidade de ocorrências *padrão* do que *não-padrão*. Contudo, ao compararmos os resultados de cada um dos sinais de pontuação encontrados, constatamos que, para alguns desses sinais -- *ponto-e-vírgula*, *dois-pontos* e *duplo-travessão* --, as ocorrências *não-padrão* superam as ocorrências *padrão* nos documentos que compõem o grupo não-escolarizado, com exceção do Compromisso da Irmandade de Nossa do Amparo, de Paracatu, comprovando, em parte, a nossa hipótese. Apesar disso, os dados analisados indicam que determinados sinais de pontuação, bem como a sua diversidade de uso são fundamentais para se caracterizar a escolaridade/grau de letramento do escrevente.

Palavras-chave: Sociolinguística histórica. Documentos mineiros setecentistas. Pontuação. Escolarização. Graus de letramento.

ABSTRACT

The subject of this paper is a study about punctuation signals found in eighteenth century manuscripts from the state of Minas Gerais, Brazil. The reason for this choice is the small number of studies that have a descriptive character (ROCHA, 1996; 1997). Besides, there are few studies which deal with this subject from the perspective of historical sociolinguistics. Moreover, we did not find, in the current literature, research of this kind with *corpus* of Minas Gerais. Our hypothesis refers to the possibility of characterizing the scribe of the past when we analyze the punctuation used in old manuscripts. The observance of the norm in this period for the use of these signals may be related to schooling/degree of literacy of the scribe. Our objective was to study the punctuation signals found in the manuscripts from the eighteenth-century and to verify the existence of any differences concerning the use of these signals and if it related to the socioeconomic group of the scribe. As a parameter for the characterization of the norm of this period, we use grammars and manuals of the Portuguese language from the XVIII and XIX centuries. We also consulted two manuals, the first one is from the XVII century, and the second one is from the XX century, in order to verify if the inconsistencies regarding the use of these signals in the manuscripts are associated with the norms of these periods. We used four documents of Minas: one Order Third statute and three Brotherhood commitment book, all of them dated from the second half of the eighteenth century. The Order Third represents the school group, because it contains members of the cultural elite in this century. The Brotherhoods represents the non-school group, because they contained members of lower social classes. In a general analysis of these data, we find in all documents there are more standards than non-standards occurrences. However, when comparing the results of each punctuation signal, we found that for some of them -- *ponto-e-vírgula*, *dois-pontos* e *duplo-travessão* -- non-standards occurrences are more common than standards occurrences in the documents that were written by the non-school group, with the exception of the commitment book of Nossa Senhora do Amparo, from the city of Paracatu. It proves, in part, our hypothesis. We confirmed partially our hypothesis, but some punctuation signals and their diverse use are important to characterize the scribe's level of literacy and schooling.

Key-words: Historical sociolinguistics. Eighteenth century Minas Gerais manuscripts. Punctuation. Schooling. Degrees of literacy.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO 1 - HISTÓRICO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	15
1.1 PERCURSO HISTÓRICO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	15
1.1.1 IDADE ANTIGA	16
1.1.2 IDADE MÉDIA	17
1.1.3 IDADES MODERNA E CONTEMPORÂNEA.....	20
1.2 DEFININDO A PONTUAÇÃO: O PONTO DE VISTA LINGUÍSTICO.....	21
1.2.1 PONTUAÇÃO: OS ASPECTOS RÍTMICOS	21
1.2.2 PONTUAÇÃO E SUAS FUNÇÕES: UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA.....	24
1.3 PONTUAÇÃO: ANÁLISE EM <i>CORPUS</i> DIACRÔNICOS	28
CAPÍTULO 2 - PONTUAÇÃO: DEFINIÇÕES E NORMAS DE EMPREGO	32
2.1 DEFININDO A PONTUAÇÃO: A NORMA GRAMATICAL SETECENTISTA E OITOCENTISTA ...	32
2.2 A NORMA SEISCENTISTA: <i>ORTOGRAPHIA OU MODO CERTO PARA ESCREVER NA LINGUA PORTUGUESA</i> , DE ÁLVARO FERREIRA DE VÉRA (1631).....	37
2.3 A NORMA NOVECENTISTA: <i>ESTUDOS DE PORTUGUÊS: ORTOGRAFIA E PONTUAÇÃO</i> , DE JONAS CORREIA (1942).....	40
2.4 A NORMA SETECENTISTA E OITOCENTISTA	44
2.4.1 VÍRGULA.....	45
2.4.2 PONTO-E-VÍRGULA	47
2.4.3 DOIS-PONTOS.....	48
2.4.4 PONTO-FINAL	50
2.4.5 RISCA DE UNIÃO OU HÍFEN	51
2.4.6 PONTO DE INTERROGAÇÃO E PONTO DE EXCLAMAÇÃO.....	52
2.4.7 PARÊNTESES	53
2.4.8 DEMAIS SINAIS DE PONTUAÇÃO	54
CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	56

3.1 DIALETOLOGIA E SOCIOLINGUÍSTICA: DUAS CIÊNCIAS AFINS.....	56
3.1.1 VARIÁVEL E VARIANTES.....	59
3.1.2 DOS FATORES EXTRALINGUÍSTICOS	60
3.2 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ESCOLARIZAÇÃO: EM BUSCA DE UM TERMO SINCRONICAMENTE ADEQUADO	68
3.2.1 CIDADÃO LETRADO E NÃO-LETRADO NO SÉCULO XVIII	71
3.2.2 FILOGIA TEXTUAL E CARACTERIZAÇÃO DO ESCRIVENTE MINEIRO SETECENTISTA	78
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> E CRITÉRIOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	89
3.3.1 CONTEÚDO INFORMACIONAL DO <i>CORPUS</i>.....	90
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	95
4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	95
4.1.1 ESTATUTO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO (DIAMANTINA)	96
4.1.2 COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS (DIAMANTINA) ..	100
4.1.3 COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (DIAMANTINA)....	102
4.1.4 COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (PARACATU).....	104
4.2 REFLETINDO SOBRE OS DADOS	105
4.2.1 <i>Vírgula e ponto-final</i>	108
4.2.2 <i>Dois-pontos e ponto-e-vírgula</i>	112
4.2.3 <i>Hífen e duplo travessão</i>	115
4.3 A PONTUAÇÃO NAS MINAS SETECENTISTAS: PANORAMA E IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	128

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É consensual a importância dos sinais de pontuação para a produção de sentidos no texto escrito. Isso porque um mesmo enunciado pode ter diferentes significações, quando a pontuação empregada é modificada. Entretanto, Rocha (1996) critica, justamente, a pouca literatura voltada para a análise descritiva do uso da pontuação, já que a maioria dos estudos foca nos aspectos normativos. Em se tratando do ensino da pontuação, a autora argumenta não ser “satisfatório” por se desconsiderar que a ambiguidade e a flutuação são características decorrentes

- a) da própria natureza da pontuação – sistema gráfico plantado na confluência da fala e da escrita, acumulando várias propriedades e funções;
- b) do modo como se desenvolveu historicamente – introdução tardia, parcelada e arbitrária no sistema da escrita, coexistindo vários sistemas e critérios para pontuar, com os signos evoluindo de uma motivação prosódica para uma lógico-gramatical. (ROCHA, 1996, p. 2)

Essas características apontadas por Rocha (1996) demonstram toda a complexidade relacionada ao tema, revelando a necessidade de estudos que pautem seus objetivos nessas características. Em estudo posterior, Rocha (1997) reafirma serem poucos os estudos que elegem como objeto de estudo a pontuação sob o viés histórico ou teórico. Isso também foi observado, pela autora, em trabalhos de caráter descritivo. Essas afirmações evidenciam a importância de nossa pesquisa, já que propomos um trabalho que englobe os aspectos sociais e históricos, além do caráter descritivo de nossa pesquisa. Apesar de haver uma vasta bibliografia sobre o tema *pontuação*, muitas dessas obras se restringem ao seu aspecto normativo, assim como argumenta Rocha (1997), e poucos se dedicaram ao estudo desse tema sob o viés da teoria da sociolinguística histórica (cf. ROMAINE, 2009). Isso reforça a necessidade e a importância de nossa pesquisa, uma vez que entender o percurso histórico dos sinais de pontuação, bem como a análise descritiva desses sinais em nosso *corpus*, levando em consideração os aspectos sócio-históricos, servirá para se entender melhor o processo evolutivo da pontuação, o que constituirá alicerce para estudos futuros sobre o assunto. Além disso, não foram encontrados outros trabalhos que tratem da pontuação, sob a mesma perspectiva que propusemos, em documentos mineiros de períodos pretéritos, o que assegura a singularidade de nosso estudo.

Assim, cientes de toda a lacuna descrita neste preâmbulo, buscamos analisar os sinais de pontuação empregados em documentos mineiros setecentistas, sendo três deles da cidade

de Diamantina e um da cidade de Paracatu. É preciso ressaltar que dois desses documentos são livros de compromisso relativos à mesma irmandade – Nossa Senhora do Amparo –, sendo um da cidade de Diamantina e um da cidade de Paracatu. Assim, além do fator socioeconômico, representado pela estratificação social dos membros das agremiações religiosas estudadas, o fator regional foi considerado em nossa pesquisa. Nosso *corpus* é composto pelo Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778) e pelos livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora das Mercês (1781) e de Nossa Senhora do Amparo (1782). Todos esses documentos pertencem à mitra arquidiocesana de Diamantina e foram editados pela Prof.^a Dr.^a Aléxia Teles Duchowny e pela Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho (2013). Para o balanceamento desse *corpus*, foi necessária a inclusão de mais um documento: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1765). Este documento é da cidade de Paracatu e foi editado por mim, durante o período da pesquisa, visando a balancear os dados e a acrescentar a eles mais uma variável sociolinguística. Uma das características que distingue essas organizações religiosas, conforme já antecipado, é o estrato social ao qual pertencem seus membros. A ordem terceira é formada por homens brancos, que compõem a elite cultural da época; já as irmandades de N. Sr^a do Amparo são formadas por pardos livres e a irmandade de N. Sr^a das Mercês é formada por homens crioulos e representam as camadas sociais não elitizadas. Assim, os membros da ordem terceira, sabidamente (cf. Capítulo 3), possuem alto nível de escolarização, enquanto é difícil de se precisar tal informação sobre os membros das irmandades (cf. Capítulo 3). Dado esse perfil socioeconômico dos membros dessas organizações, torna-se imprescindível buscarmos recursos para caracterizarmos esses escreventes, visto que isso é indispensável para os estudos sociolinguísticos. Essas informações evidenciam a relevância de nossa pesquisa, uma vez que a metodologia aplicada neste estudo poderá servir como recurso, para outros estudos, na caracterização do escrevente de diferentes *corpora*, quando não há informações suficientes para isso.

A escolha em se trabalhar com estatuto de ordem terceira e compromissos de irmandades se dá pelo fato de tais documentos serem ricos e nos fornecerem pistas que nos indicam não só a formação social, mas refletem, a certo modo, a língua da época. Tal importância é citada por Salles (2007):

não se poderia estudar a evolução social de Minas, suas peculiaridades, sua dinâmica própria, suas projeções históricas, sua influência no comportamento social e político de coletividade mineira contemporânea, sem, antes de tudo, estudar a história das irmandades religiosas. Constituíram estas a mais viva expressão social da capitania, da província e mesmo do Estado. (p. 181)

A partir dessa estratificação e da diversificação no emprego dos diferentes sinais de pontuação encontrados nos documentos, levantamos as seguintes questões-problema: (i) é possível adotar o emprego dos sinais de pontuação como recurso para a caracterização social do escrevente, visto a provável relação desse recurso com o seu grau de letramento?; (ii) a norma empregada em cada documento pode ser um reflexo do estrato social ao qual o escrevente se insere?; e (iii) é possível que exista uma norma paralela, utilizada em território mineiro, que diverge da norma europeia, considerada, por questões históricas, a norma padrão da época?

Nossa hipótese, portanto, refere-se à possibilidade de se atestar, por meio da utilização dos diferentes sinais de pontuação, o nível de escolaridade/letramento do escrevente. Acreditamos que o escrevente da ordem terceira tenderia a utilizar a norma-padrão da época, por ter conhecimento dessa norma, enquanto os escreventes das irmandades se distanciaram do emprego dessa norma, por não a conhecerem. Visto que, àquela época, a educação regular era restrita às classes mais abastadas, que compunham a elite do período, isso nos fez pressupor que indivíduos de classes sociais mais baixas não tiveram, ou tiveram pouco, acesso à educação. Foi imprescindível, ainda, nesse contexto, levarmos em consideração, como critério, não somente se o indivíduo é ou não *escolarizado*, como também o critério de *grau de letramento* do escrevente. O termo *letramento*, nos moldes do que postula Marcuschi (2001) e Soares (2003, 2009), reflete as práticas sociais que envolvem os atos de leitura e de escrita. Assim, é possível que o escrevente, apesar de não ter frequentado os espaços escolares, tenha capacidade de redigir e de ler textos com relativa habilidade.

O objetivo central de nossa pesquisa pautou-se, portanto, em estudar os documentos supracitados, a fim de verificar se há distinção quanto ao emprego dos sinais de pontuação e se ela estaria atrelada à condição socioeconômica dos escreventes e, por conseguinte, ao seu grau de letramento. Quanto aos objetivos específicos, buscamos (i) averiguar se o estudo dos sinais de pontuação nos manuscritos serve como evidência sociolinguística para atestar o grau de letramento do escrevente; (ii) descrever os sinais de pontuação utilizados nos documentos dessas organizações religiosas; (iii) cotejar as normas de emprego dos sinais de pontuação em manuais setecentistas e oitocentistas, a fim de verificarmos possíveis alterações ou mudanças dessas normas; e (iv) verificar se havia uma norma paralela à norma-padrão da época.

Como metodologia, recorreremos a textos teóricos sobre o assunto, para entendermos o fenômeno da pontuação, e às gramáticas da época, a fim de estabelecermos as normas da época, para que pudéssemos definir o que seria a norma-padrão setecentista. Visto o caráter

sociolinguístico de nossa pesquisa, embasamo-nos nos postulados de Labov (2008 [1972]) e de Tarallo (2002). Isso porque, para esses autores, os fatores externos à língua são imprescindíveis para se avaliar a língua em uso. Assim, em nossa pesquisa, tornou-se indispensável, para a caracterização do escrevente, o resgate de informações que nos indicassem qual seria o perfil socioeconômico desse escrevente. Também o entendimento de alguns conceitos, como *escolarização*, *letramento* e *letrado/não letrado*, se fez necessário, a fim de aplicarmos tais conceitos na avaliação de nossos resultados.

A presente dissertação, na qual relatamos a pesquisa empreendida, foi organizada da seguinte maneira: no capítulo 1, fizemos um apanhado dos estudos sobre a pontuação, com o objetivo de obter subsídios que pudessem nos auxiliar no entendimento do seu percurso histórico e no cotejamento de resultados afins aos nossos; no capítulo 2, elencamos e resumizamos as normas encontradas em algumas gramáticas e manuais do século XVIII e XIX, bem como recorremos a uma gramática do XVII e a um manual do XX, apenas para fins de melhor entendermos a evolução do emprego normativo dos diferentes sinais de pontuação; no capítulo 3, apresentamos a metodologia utilizada em nossa pesquisa, com a definição de conceitos importantes para o bom andamento do estudo, caracterização do escrevente e do *corpus* e métodos de coleta e de análise dos resultados; e, no capítulo 4, apresentamos os dados obtidos e refletimos sobre os nossos resultados.

Passemos, então, ao percurso histórico dos sinais de pontuação, no capítulo 1.

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos um histórico dos sinais gráficos de pontuação, bem como alguns dos principais estudos acerca do assunto. Esse procedimento é necessário, para entendermos melhor a evolução e o percurso linguístico desses sinais que integram nosso objeto de estudo, e, assim, compreendermos a sua funcionalidade na língua portuguesa.

1.1 PERCURSO HISTÓRICO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Rocha (1997) inicia seu artigo argumentando que muitos dos trabalhos que possuem por tema a *pontuação*, abordam-no de maneira prescritiva ou descritiva, sendo esta mais escassa. Na avaliação da autora, “saltam à vista a flutuação e a ambiguidade que cercam o uso desses sinais gráficos” (s. p.). Dessa maneira, para essa estudiosa do tema, um estudo por meio de uma perspectiva histórica pode contribuir para o melhor entendimento dessa flutuação. Sob sua óptica,

do ponto de vista histórico, a pontuação não apenas foi uma aquisição tardia, mas [também] uma lenta conquista em muitos aspectos identificada com a evolução da própria escrita. Assim, buscar suas origens implica necessariamente refletir um pouco sobre a trajetória da escrita. (ROCHA, 1997, s. p.)

Rocha (1997) finaliza a discussão, ponderando sobre a complexidade que envolve a pontuação. De acordo com a autora (1997), “quanto mais funções os sinais acumulam, mais difícil se torna seu uso” (s. p.), já que, “além de organizarem sintaticamente o texto escrito, podem sinalizar diferentes significados” (s. p.), assim como enfatiza Catach (1980)¹.

Em publicação no ano seguinte, Rocha (1998), ao tratar mais especificamente da flutuação no uso de alguns dos sinais de pontuação, afirma que essa oscilação se deve não só à falta de normatividade, como também a fatores históricos. A princípio, o uso da pontuação era tido como um mecanismo para facilitar a leitura, visto que o texto era escrito para ser lido em voz alta e só posteriormente é que outras funções lhe foram incorporadas.

Ferreira (2008), por seu turno, aponta um aspecto comum na grande maioria das gramáticas atuais: a pouca atenção dada aos sinais de pontuação. Segundo a autora,

¹ Conferir informação na seção 1.2.

geralmente a abordagem do tema aparece nos capítulos finais ou no apêndice e se restringe a definições. “Se os sinais de pontuação são marcas inerentes do e no sentido, não se pode deixar de dar a eles um lugar de destaque nos estudos do texto, já que é no texto que a língua é real” (FERREIRA, 2008, p. 156).

A partir dessas informações, torna-se urgente o melhor entendimento do percurso histórico dos sinais de pontuação, para não só entendermos seu processo evolutivo, assim como suscitamos no início deste capítulo, bem como para compreendermos sua aplicabilidade na língua. Sendo assim, nas subseções 1.1.1 a 1.1.3, dedicamo-nos a traçar tal percurso histórico.

1.1.1 IDADE ANTIGA

Acioli (1994) argumenta que os sinais de pontuação exercem função importante na língua desde a sua criação, atribuída ao gramático Aristófanes, no século III a.C. De acordo com a autora, os sinais de pontuação “são sinais gráficos auxiliares da escrita” (p. 53), incluindo-se os acentos. A princípio, o sistema era formado, exclusivamente, por ponto, sendo que sua posição indicava o tipo de pausa – *breve* ou *longa*. A pausa breve, chamada de *koma*, para os gregos, e *incisum*, para os romanos, funcionava como uma vírgula. Já a pausa longa, *kolon* (gregos) e *membrum* (romanos), tinha a dupla função de demarcar o parágrafo ou de funcionar como ponto-final. Isso conferia ao sistema um caráter próprio da oralidade, função primeira dos sinais de pontuação. Apenas com o passar do tempo, foi-lhes atribuído o caráter sintático, próprio da linguagem escrita.

A vinculação com a oralidade assinalada por Acioli (1994) é também confirmada por Rocha (1997), para quem, a princípio, a pontuação, encontrada em textos sagrados, funcionava como “indicador de pausa”, já que tais textos eram “feitos para serem [sic.] recitados oralmente” (s. p.). Na Antiguidade Clássica, de acordo com a autora, priorizava-se o caráter eminentemente oral da língua. Sendo assim, “a escrita era contínua e o *leitor* era quem segmentava e pontuava o texto” (ROCHA, 1997, s. p., grifo da autora). Também no início da escrita grega, a pontuação era atribuída ao leitor, a fim de se evitarem ambiguidades. Rocha (1997) cita, ainda, dois sistemas de pontuação encontrados no grego antigo: (i) um que era usado para separar e (ii) outro que era usado para separar ou subseparar um enunciado. O primeiro visava a marcar a separação de enunciado completo. Já o segundo era formado por três pontos: (i) um no alto, indicando que o enunciado estava completo; (ii) um embaixo,

apontando que o enunciado estava incompleto; (iii) e um no meio, que servia para mostrar a necessidade de se respirar. Vê-se, a partir dessa descrição, que a pontuação passa a assumir também uma função gramatical.

Apesar de terem sido influenciados pelos gregos, os romanos desenvolveram, também, a leitura silenciosa. Ainda de acordo com Rocha (1997), os romanos “utilizavam a leitura oral e usavam simultaneamente a *scriptio continua*² e a forma segmentada” (s. p.). Sobre o uso dos sinais de pontuação, Rocha (1997) afirma haver variações de uso, dado que há textos em que a pontuação era razoavelmente empregada e outros em que não havia pontuação ou em que não fora bem empregada. Não havia, dessa maneira, uma sistematização no uso dos sinais gráficos de pontuação. Referenciando o estudo de Halliday (1989), Rocha (1997) enumera as seguintes aquisições do sistema de pontuação, ocorridas durante vários séculos, até a Idade Média:

- 1° A direção da linha foi padronizada. Os gregos adotaram a direção esquerda-direita, enquanto os fenícios optaram pelo outro sistema;
- 2° Foram introduzidos os espaços entre palavras;
- 3° Foi introduzida a primeira marca de pontuação, o ponto, para separar as frases;
- 4° Foram sistematicamente distinguidas as letras maiúsculas e as minúsculas, com a maiúscula tendo várias funções especiais;
- 5° Surgiram símbolos especiais para indicar ligações, interpolações e omissões (hífen, parênteses, apóstrofo);
- 6° Outras marcas de pontuação mais detalhadas foram acrescentadas: vírgula, dois-pontos, ponto e vírgula, e travessão;
- 7° Mais adiante símbolos para propósitos especiais entraram no sistema: aspas (“vírgulas invertidas” simples e duplas), ponto de interrogação e ponto de exclamação, os dois últimos na Idade Média. (HALLIDAY, 1989, p. 33 citado por ROCHA, 1997, s.p.)

1.1.2 IDADE MÉDIA

Segundo Acioli (1994), no período *Visigótico*, século VI d. C., o sistema de pontuação era formado pelos seguintes sinais: ponto-e-vírgula (sinal gráfico de uma vírgula acima de um ponto, semelhante ao ponto de interrogação), dois-pontos (usado predominantemente nas abreviaturas latinas), interrogação (linha reta, perpendicular, com ponto embaixo; esse ponto era semelhante ao atual ponto de exclamação) e admiração (sinal mais raro, formado por um círculo com um ponto no centro). Na escrita *Carolina*³, o uso da pontuação se restringia ao

² Escrita em que não há separação de palavras; não apresenta espaço em branco entre palavras.

³ Segundo Marcos (2011), a escrita Carolina ocorreu entre os séculos VIII e XII d.C., período referente ao Império Carolíngio. Como principais características dessa escrita, destacam-se “a sua alta legibilidade, lograda por vários métodos, como são o traçado claro das letras distintas, a tendência em separar as palavras, o uso escasso de ligaduras e a restrição do emprego de abreviaturas” (MARCOS, 2011, p. 54, tradução nossa). De acordo com Marcos (2011), ainda, a propagação dessa escrita deveu-se à “clareza e facilidade de leitura” (p. 54, tradução nossa), objetivos do imperador Carlos Magno, que buscava o resgate da herança cultural clássica.

ponto, enquanto que na escrita *Processada*⁴ era formada por pausas, por meio de um travessão oblíquo (/), e término do parágrafo ou do texto, por travessões duplos (//). Posteriormente, no século IX, a distinção de parágrafos era feita por um símbolo em forma de gama (γ) e depois pela *capitulum* (C), sendo que esta ocorria no final do século. Acioli (1994) informa, também, que os sinais de pontuação não são sinais de correção. Na escrita medieval, os dois-pontos eram usados para indicar letras ou palavras a serem suprimidas; dos séculos XVII a XIX, os sinais gráficos e a ortografia possuíam poucas distinções; estas só foram realçadas com o advento da imprensa.

Em referência ao surgimento da imprensa, Catach (1980) argumenta que, no tocante à influência da tipografia⁵, assim como a ortografia, a pontuação atendia a uma demanda específica, que levava em consideração “as necessidades técnicas e industriais de uma linguagem hermética que é o *objeto-livro*” (CATACH, 1980, p. 20, grifo da autora, tradução nossa).⁶ O uso das aspas, por exemplo, foi um recurso adotado nas tipografias, para substituir os caracteres em itálico. Até hoje, ambos são utilizados – aspas e itálico – no mesmo contexto.

De acordo com Rocha (1997), da Idade Média, até o Renascimento, o sistema de pontuação segue a orientação lógico-gramatical e a do ritmo respiratório. Retomando Tournier (1980), Rocha (1997) afirma que não há, nos séculos XV e XVI, definições para o termo *pontuação*, mas que são encontradas listas de signos com seus respectivos usos, sendo a obra *Compediosus dialogus de arte punctuandi*, de Jean Heylin, datado de 1471, o primeiro impresso em que se pode verificar essas listas. Ainda segundo a autora (1997), já no século XVI, verifica-se certo consenso entre os autores quanto a essas listas e são atribuídas, à pontuação, a função semântica e a prosódica. Entretanto, é com o advento da imprensa, surgida no fim do século XV e início do XVI, que a pontuação foi disseminada. Na avaliação de Rocha (1997),

a passagem do manuscrito para o [sic] imprensa constituiu uma revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade. A descoberta da

⁴ De acordo com Marcos (2011), o nome processada ou processual é proveniente de sua funcionalidade, que são os processos. Sua origem é datada do século XV e vai até o século XVII. Segundo o autor, “a processual representa uma degeneração da escritura” (p. 78, tradução nossa), convertendo-se “em uma letra quase ilegível” (p. 78, tradução nossa). Sendo assim, “na escritura processual, as letras se desfiguram, sem que haja um modelo base, a divisão das palavras não se ajusta às regras fixas, abundam-se os traços supérfluos e os laços circundantes, juntando palavras e chegando, em algumas ocasiões, a escrever-se uma linha completa sem se levantar a pena” (MARCOS, 2011, p. 78, tradução nossa). Além disso, as letras são maiores e “as abreviaturas são escassas” (MARCOS, 2011, p. 78, tradução nossa).

⁵ Tipografia, de acordo com o dicionário Aulete On-line, é uma “técnica de impressão a partir de matrizes de madeira ou de metal fundido em alto relevo, cujos caracteres e imagens são compostos um a um manualmente ou em linhas, por linotipia” (s. p.). Trata-se, ainda, de uma “pequena indústria onde se faz essa modalidade de impressão” (s. p.)

⁶ Do original: “nécessités techniques et industrielles de ce langage em coserve qu’est l’*object-livre*” (CATACH, 1980, p. 20, grifo da autora)

composição e da impressão com caracteres móveis provocou a estandarização do texto escrito e a massificação da leitura visual. E com elas veio a imposição do uso de signos da pontuação de domínio público. O advento da imprensa trouxe consigo caracteres e marcas inequívocas da pontuação, fazendo aparecer, de forma explícita, uma série de funções até então ao arbítrio dos escribas e pedagogos. Agora não era mais possível ignorar a segmentação, pois que havia uma marca de espaço programada no aparato para imprimir o texto. Assim também os signos de pontuação empregados passaram a ser cunhados em metal, não deixando dúvidas quanto à sua necessidade. Outros recursos gráficos de apresentação e formato também vieram a compor o arsenal utilizado no ato de imprimir em *prensa* ou no *prelo*, dando maior legibilidade ao texto. (ROCHA, 1997, s. p.)

De acordo com informações de Rocha (1997), até o século XVIII, o autor dos textos não possuía o mesmo *status* que tem nos dias de hoje. A pontuação, por exemplo, ficava a cargo do escriba. Dessa maneira, o autor ditava o texto ao escriba, que “era encarregado de arrumar e organizar os instrumentos e o material de escrita” (ROCHA, 1997, s. p.). Assim, da Idade Média até o séc. XVIII, a composição do texto era dividida entre autor, escriba e editor, que poderiam adotar estilos diferentes de pontuação. Além disso, até o século XIX, pontuação, ortografia e tipografia são consideradas variantes acidentais. Isso porque a pontuação “era definida *depois* do texto pronto, nem sempre coincidindo com as reais intenções do autor, além do [*sic*] texto ser passível de alterações no longo trajeto que percorria até atingir sua edição final” (ROCHA, 1998, s. p.). Sendo assim, “a maneira de pontuar muda não só de uma época para outra, mas entre autores de uma mesma época” (ROCHA, 1998, s. p.), o que contribui sobremaneira para a ressaltada flutuação de uso dos sinais de pontuação. De acordo com Rocha (1998), outra característica desse período é que a pontuação era empregada conforme as intenções prosódicas do autor do texto, distanciando-se, muitas vezes, da norma.

Assim como Catach (1980) e Rocha (1997), Ferreira (2008) afirma que a maioria dos sinais de pontuação, como os conhecemos hoje, surgiram entre os séculos XIV e XVII, com o advento da imprensa. Isso se deve ao fato de que os textos eram escritos para serem lidos e a pontuação facilitava essa tarefa.

A partir dos estudos de Catach (1980), de Rocha (1997; 1998) e de Ferreira (2008), depreendemos o papel importante da tipografia no surgimento de novos sinais de pontuação. Com o advento da imprensa, parece ficar evidente uma necessidade de se adequar o texto aos diferentes tipos de leitores, sendo necessário, inclusive, uma maior clareza na redação das informações, algo cuja obtenção é vislumbrada, no período, pelo emprego de diferentes sinais de pontuação.

1.1.3 IDADES MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Rocha (1997) avalia que, na Idade Moderna, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, apesar de a pontuação seguir duas orientações (pausal e gramatical), a gramatical era a que mais importava, já que havia uma função lógica para os sinais de pontuação. Os signos mais usuais no período eram a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos e o ponto. Os demais sinais de pontuação eram tratados à parte. Segundo a autora, os usos se assemelhavam aos atuais, com exceção dos dois-pontos, que eram um signo intermediário ao ponto-e-vírgula e ao ponto. É somente na Idade Contemporânea, contudo, que é publicada a primeira obra voltada exclusivamente para a pontuação: o *Traité de ponctuation*, de autoria de Riquier e datado de 1873. (ROCHA, 1997)⁷

Em relação ao século XX, Rocha (1997) retoma Tournier (1980), ao afirmar que há dois momentos em específico no que se refere à pontuação. O primeiro é até os anos 30, que foi marcado por dois congressos: o *Congrès international de linguistique romane* (em Nice, no ano de 1937) e o *Ve Congrès international des linguistes* (ocorrido em Bruxelas, em 1939). O segundo momento refere-se às preocupações editoriais. Notamos, com isso, uma abordagem mais cientificista do tema. Rocha (1997) cita duas grandes contribuições para os estudos sobre pontuação: a de Lydia Hirschberg, em 1964 e 1965, e a de Nina Catach, em 1973⁸ e 1977.

Ao traçarmos o percurso histórico da pontuação, a partir dos estudos supracitados, demonstramos a evolução, não só na diversificação desses sinais, com o surgimento de novos sinais gráficos para compor o sistema de pontuação, como também na funcionalidade assumida pela pontuação, a princípio, restrita à oralidade e, com o passar do tempo, exercendo funções semânticas e sintáticas. Na próxima seção, explicitaremos algumas das principais definições e funções a que esses, e outros estudiosos, chegaram acerca do tema.

⁷ Apesar de Rocha (1997) considerar que tal publicação tenha ocorrido na Idade Moderna, optamos em adotar a cronologia histórica que considera como marco do início da Idade Contemporânea a Revolução Francesa, em 1789.

⁸ Trata-se de uma "mesa redonda internacional sobre a estrutura da ortografia" (ROCHA, 1997, s. p.), ocorrida em janeiro de 1973.

1.2 DEFININDO A PONTUAÇÃO: O PONTO DE VISTA LINGUÍSTICO

Tendo em vista todo o processo evolutivo da pontuação, é notável a dificuldade em se defini-la, considerando-se todas as características que lhe são atribuídas. Dessa maneira, Catach (1980) apresenta uma definição bem ampla de pontuação, entendendo-a como um

conjunto de signos visuais de organização e de apresentação, acompanhando o texto escrito, *interior* ao texto e *comum* ao manuscrito e ao impresso; a pontuação compreende várias classes de signos gráficos discretos e formando um sistema, complementar ou suplementar à informação alfabética. (CATACH, 1980, p. 21, grifos da autora, tradução nossa)⁹

Rocha (1997), também buscando formular um possível conceito, afirma que “a pontuação é definida, em geral, a partir das propriedades e funções que este conjunto de signos assume” (s.p.). Retomando Tournier (1980), argumenta que falamos em sinais de pontuação, porque, assim como outros signos linguísticos, esses sinais são constituídos de significante (pontuante) e de significado (pontuado). Como exemplo, a autora cita a maiúscula, que pode ser considerada um significante que possui diferentes significados.

Visto que para se definir a pontuação é necessário entender suas funções, elencamos alguns dos aspectos que se referem a isso. Porém, antes, é preciso discutir a sua correlação com a fala, percebida por meio do ritmo.

1.2.1 PONTUAÇÃO: OS ASPECTOS RÍTMICOS

Chacon (1997) defende a correlação entre ritmo e pontuação. Para o referido autor (1997), os sinais de pontuação, no texto escrito, são responsáveis pela demarcação dos aspectos rítmicos da fala. Assim, haveria uma relação íntima entre escrita e oralidade. O autor reafirma, ainda, o caráter prosódico, mais especificamente, prosódico-semântico dos sinais de pontuação, quando estes são utilizados para enfatizar algo no texto escrito. Segundo seu entendimento,

teríamos, pois, na base de recomendações para o emprego de pontuação em estruturas enfatizadas, aparentemente uma alternância percebida como basicamente prosódica, que tradicionalmente é justificada pela necessidade de se quebrar a monotonia supostamente característica da disposição linear de um enunciado em que

⁹ Do original: “ensemble des signes visuels d’organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, *intérieurs* au texte et *communs* au manuscrit et à l’imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l’information alphabétique” (CATACH, 1980, p. 21, grifo da autora)

as palavras não fossem destacadas por meio da pontuação. Não destacá-las seria, num caso extremo, correr o risco de que fossem percebidas “como um mesmo tom, ou tesão das fibras da Glottis que as cansaria logo.”¹⁰ (CHACON, 1997, s. p.)

Essa alternância à qual Chacon (1997) se refere não está restrita à prosódia, mas se estende à semântica. Isso porque, ao se “destacar contrastes entre diversos matizes de entonação e de intensidade” (CHACON, 1997, s. p.), por meio da pontuação, estabelece-se “um contraste de sentido” (CHACON, 1997, s. p.). Chacon (1997) argumenta, entretanto, que, de alguma maneira, o ritmo orienta a produção escrita, já que os sinais de pontuação, ao demarcarem as unidades linguísticas, seriam os responsáveis pelo ritmo próprio da linguagem escrita. Além disso, retomando Lima (1978), o autor observa que, no texto escrito, o ritmo somente é apreensível devido aos sinais de pontuação. Segundo ele,

determinados fatos apontam para intuições que vários desses autores teriam a respeito de um deslocamento epistemológico no que concerne à caracterização do papel do ritmo na linguagem. Dentre esses fatos, destaca-se a sugestão de demarcarem, por meio dos sinais de pontuação, unidades linguísticas dos textos escritos que (postuladas muitas vezes como *enfáticas*) se caracterizam, num jogo de alternância, como sendo, ao mesmo tempo, de natureza prosódica, gramatical e semântica. (CHACON, 1997, s. p., grifo do autor)

Machado Filho (2002) amplia essa noção, ao propor uma possível correlação entre escrita e oralidade. Para ele, a oralidade influencia, em certa medida, a escrita. A pontuação, portanto, “desempenha, hoje, nas diversas línguas escritas contemporâneas, um papel fundamental no processo da produção textual, assim como elemento facilitador e concatenador do ato da leitura e da interpretação de textos” (MACHADO FILHO, 2002, p. 34). Ainda, nas palavras do autor,

é, pois, fundamental se ter em conta que, na sua “lenta conquista”, para além de inicialmente procurar representar [...], na língua escrita, características prosódicas da língua falada ou servir de mero elemento orientador de leitura em voz alta, a pontuação é hoje um elemento linguístico de espectro funcional muito mais amplo do que as gramáticas ou mesmo o senso comum costumam admitir. (MACHADO FILHO, 2002, p. 38)

Para Machado Filho (2002), há “duas forças de ordens antagônicas” (p. 39), atreladas ao uso dos sinais de pontuação, porém não excludentes. Por um lado, há uma noção lógico-gramatical que rege o uso da pontuação e que, assim como defende Chacon (1998)¹¹, é própria da língua escrita. Por outro lado, ao se considerar o caráter prosódico da pontuação,

¹⁰ Segundo Chacon (1997), citação retirada de Barboza (1830, p. 42).

¹¹ Também em Chacon (1997) encontramos a afirmação de que o uso da pontuação é regido por uma lógica gramatical e de que isso é próprio da língua escrita.

está se afirmando a relação com a língua falada. Esses conceitos, segundo Machado Filho (2002), apesar de serem “complacientemente possíveis de se utilizar como artifício taxionômico de estudo, não são, entretanto, muito facilmente apreendidos em seu uso efetivo” (p. 39).

Outro trabalho que converge com as reflexões de Machado Filho (2002) é o de Fonseca (2005). Ao analisar a pontuação de manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX, a autora constatou que a pontuação relaciona-se ao *médium* gráfico, que envolve a escrita, e ao *médium* empregado na oralidade, que envolve pausa e ritmo. Para essa pesquisadora,

a utilização indevida da pontuação pode dificultar o entendimento do sentido do texto, causando deformações sintáticas e modificação na formação, no ritmo e na musicalidade da frase. Isso sem contar com a alteração no pensamento do autor, com repercussões no próprio fato histórico. (FONSECA, 2005, p. 172)

Fonseca (2005) deixa clara a complexidade relacionada ao tema. Em certa medida, é válida a defesa de Chacon (1997), segundo a qual a pontuação confere ritmo propriamente à escrita; contudo, há de se considerar, assim como afirma Fonseca (2005), a relação entre escrita e oralidade. Para essa autora, a pontuação, usada de forma equivocada, pode modificar o sentido do texto, e a pausa, observada na fala, por exemplo, é representada, geralmente, pela vírgula, no texto escrito, estabelecendo, dessa maneira, ritmo não só à escrita, como pressupõe Chacon (1997), mas também à oralidade. Por este motivo, Fonseca (2005) argumenta sobre a dificuldade em se definir a pontuação. Há, segundo essa autora, uma incerteza se a gramática ou se a fonologia a definem. Para argumentar em prol dessa dificuldade, Fonseca (2005) analisa a mistura de critérios adotados pelos autores de manuais escolares, para tratar do assunto. Em tais manuais, ora a pontuação assume uma função retórica, estabelecendo pausa ou ênfase, ora assume uma função sintática, assimilando o uso de regras preestabelecidas.

Telles e Souza (2017) também assinalam a relação entre pontuação e ritmo. As autoras afirmam que “a pontuação representa a tentativa de transpor para a escrita aspectos expressivos próprios da linguagem falada, tais como pausa, entonação, ritmo” (p. 94). Em seu estudo, elas constataram que

o uso das marcas pontuacionais nos *Livros dos Tombo* apresentam-se antes como marcas dos *scriptores*, resultado da sua interpretação do escrito, servindo para assinalar a respiração, o ritmo, a cadência, o tempo, o circunlóquio, o silêncio e, enfim, o estilo jurídico (TELLES; SOUZA, 2017, p. 124).

Dadas essas informações, percebemos que não se pode distinguir entre escrita e fala, quando se referir à pontuação. Apesar de se tratar de modalidades distintas da língua, uma interfere na outra e precisam, portanto, ser consideradas no estudo desse tema. A relação entre pontuação e oralidade já era prevista, inclusive, por Barbosa (1822), ao afirmar que

a pontuação he a Arte de na escriptura distinguir com certas notas as differentes partes, e membros da oração, e a subordinação de huns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores, que deve fazer, e o tom e inflexão da voz, com que às deve pronunciar. (p. 85)

Vê-se, nessa passagem, não só a relação que o autor estabelece entre pontuação e aspectos sintáticos, ao se referir às partes da oração e à subordinação, bem como a relação entre pontuação e oralidade, já que ela é uma forma de direcionar a leitura do texto. Discutida a questão prosódica da pontuação, na próxima subseção, trataremos das funções exercidas pelos sinais de pontuação.

1.2.2 PONTUAÇÃO E SUAS FUNÇÕES: UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

Catach (1980) aborda a complexidade que envolve os estudos teóricos acerca da pontuação. Para a autora, o sistema de pontuação representa um sistema não alfabético, ou seja, que não possui correspondência com o sistema fonológico da língua. Isso porque não há como atribuir características próprias do sistema articulatório ao sistema de pontuação. Outro aspecto defendido por ela é o de que o sistema de pontuação já é “solidamente instalado na maioria das línguas”¹² (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa), embora isso não seja reconhecido. Os sinais de pontuação foram inseridos posteriormente nas línguas como um “segundo sistema de comunicação”¹³ (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Essa característica gera um problema para o linguista, pois o sistema apresenta uma “dualidade de funcionamento linguístico e de interação recíproca” (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). A autora argumenta, também, sobre a dificuldade relacionada ao uso dos sinais de pontuação, visto que é algo imposto por convenções externas. Para ela, “esse aspecto da linguagem é, assim como a ortografia, particularmente codificado, socializado, para não dizer alienado”¹⁴ (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa).

¹² Do original: “solidement installés dans la plupart de langues” (CATACH, 1980, p. 16)

¹³ Do original: “dualité de fonctionnement linguistique et de leur interaction réciproque” (CATACH, 1980, p. 16)

¹⁴ Do original: “cet aspect du langage est, tout comme l’ortographe, particulièrement codifié, socialisé, pour ne pas dire aliéné.” (CATACH, 1980, p. 16)

Segundo a autora, a pontuação desempenha três tipos de funções, quais sejam:

-*organização sintática*: união ou separação das partes do discurso, em todos os níveis (junção e disjunção, inclusão e exclusão, dependência e independência, distinção e hierarquia nos planos do discurso);

-*correspondência com a oralidade*: indicação da pausa, do ritmo, da melodia da língua, da entonação, e daquilo que, em suma, é chamado de “suprasegmental”. Todos esses fenômenos que, notadamente, não são marcas da escrita. Além disso, eles podem ser chamados de “terceira articulação da linguagem”. Isso explica a pluralidade do efeito do sistema lingüístico, porque, contrariamente à sua definição, ele não é “pontual”, mas um contínuo, portando sobre uma frase ou segmento de frase;

-*suplemento semântico*: esse suplemento pode ser redundante ou não, para se reportar à informação alfabética, complementar ou suplementar às unidades da primeira articulação, morfológicas, lexicais ou sintáticas (CATACH, 1980, p. 17, grifos da autora, tradução nossa).¹⁵

Catach (1980) considera o espaço em branco entre as palavras, isto é, o “signo negativo” (p. 18, tradução nossa), como o signo primitivo do sistema de pontuação. Para essa autora, o espaço gráfico do texto compreende três níveis: o das palavras, o das frases e o do texto. A autora divide os sinais gráficos especiais em *separadores* – que remetem aos signos gráficos de pontuação tradicionais – e em *símbolos* – que a eles são atribuídos a terceira função, ou seja, função de complemento semântico. Como exemplo dos sinais gráficos especiais, Catach (1980) cita o ponto abreviativo, que “é um ideograma de uma particularidade especial” (p. 19, tradução nossa),¹⁶ cuja diferença é percebida no nível semântico. Esse signo abreviativo pode “substituir um importante segmento oral abreviado” (CATACH, 1980, p. 19, tradução nossa).¹⁷ Segundo a autora, é o caso, por exemplo, do ponto abreviativo de M. (=Monsier), cujo sinal gráfico representa, além da função sintática, uma segmentação semântica.

Catach (1980) evidencia, ainda, a importância de se considerarem as letras maiúsculas ou capitulares, que demarcam, por exemplo, o início de títulos, de parágrafos, de frases, visto que essas são, também, uma forma de organização textual no espaço gráfico do texto, estabelecendo, dessa forma, a sua relação com os sinais gráficos de pontuação.

¹⁵ Do original: “*organisation syntaxique*: union et séparation des parties du discours, à tous les niveaux (jonction et disjonction, inclusion et exclusion, dépendance et indépendance, distinction et hiérarchisation des plans du discours); *correspondance avec l’oral*: indication des pauses, du rythme, de la ligne mélodique, de l’intonation, de ce que l’on appelle en bref le “supragmental”, tous phénomènes qui, notons-le, ne sont pas marqués à l’écrit par ailleurs, et qui peuvent être appelés à juste titre “la troisième articulation du langage”. C’est ce qui explique que la plupart du temps l’effet des signes, contrairement à ce que pourrait laisser croire leur dénomination, n’est pas “ponctuel”, mais continu, portant sur toute une phrase ou un segment de phrase; *supplément sémantique*: ce supplément peut être redondant ou non par rapport à l’information alphabétique, compléter ou suppléer les unités de première articulation, morphématiques, lexicales ou syntaxiques.” (CATACH, 1980, p. 17, grifos da autora).

¹⁶ Do original: “é um ideograma d’une espèce particulière” (CATACH, 1980, p. 19)

¹⁷ Do original: “substituer à n’importe quel segment oral abrégé” (CATACH, 1980, p. 19)

Referenciando os estudos de Halliday (1989), Rocha (1997) também cita três funções dos signos de pontuação: marcar limites e fronteiras, marcar a sua função discursiva e marcar relações. Para Rocha (1997), esta seria mais difícil de generalizar e compreende os sinais gráficos *hífen*, *travessão*, *parênteses* e *apóstrofo*. Já, ao citar Tournier (1980), Rocha (1997) enumera outra função para os sinais de pontuação: “*delimitar as sequências do escrito em níveis sucessivos*: palavras gráficas; frases e partes de frases, parágrafos e capítulos; sinalização semântica ou extralinguística” (ROCHA, 1997, s. p., grifo da autora). Haveria, portanto, quatro categorias, segundo proposta de Tournier (1980) citado por ROCHA (1997):

- a pontuação no nível da palavra, representada pelos espaços em branco, pelo apóstrofo e pelo traço de união (hífen);
- a da pontuação no nível da frase, que corresponde à delimitação da frase (pontos interrogativo, exclamativo, final e reticências) ou de partes da frase (vírgula, dois-pontos, ponto-e-vírgula, aspas, parênteses e colchetes);
- a da pontuação metafrástica, que delimita as sequências superiores à frase, isto é, no nível do texto;
- a da pontuação especificadora, cujos sinais de pontuação são responsáveis por assinalar certas palavras ou sequências, a fim de indicar, para o leitor, uma característica própria.

Rocha (1997) destaca que, mesmo em períodos mais recentes, há poucas obras voltadas para a pontuação sob a perspectiva histórica ou teórica, bem como há poucos trabalhos de caráter descritivo. Grande parte das obras, segundo a autora (1997), se restringe aos aspectos normativos, sem levar em consideração a complexidade do tema, visto que ainda “há um debate secular e inconcluso sobre se (ou em qual extensão) a pontuação é de fato determinada pela gramática, ou pela fonologia” (ROCHA, 1997, s. p.). Tal dissidência decorre da função prosódica (responsável pelo ritmo) da pontuação. Para Rocha (1997), há duas posturas distintas nos estudos sobre a pontuação: uma que a considera como sendo algo desvinculado da fala e outra que a trata como um sistema gráfico influenciado pela oralidade. Outra característica importante dos sinais de pontuação, segundo a autora, é a de seus signos “funcionarem sobre um eixo sintagmático e um paradigmático” (ROCHA, 1997, s. p.), característica comum a outros signos linguísticos. Segundo a autora, contudo, o eixo sintagmático “não se apresenta como um sistema de combinações entre os signos de pontuação para formarem unidades de nível superior, mas assume uma *função delimitadora*

em níveis gradativos" (ROCHA, 1997, s. p. *itálico da autora*). Já o eixo paradigmático relaciona-se à "possibilidade de o usuário poder selecionar um entre vários signos coexistentes" (ROCHA, 1997, s. p.), isto é, alguns sinais podem ser substituídos por outros, para efeitos de sentido, podendo relacionar-se, também, à "interferência da prosódia da linguagem falada na escrita" (ROCHA, 1997, s. p.).

Em estudo acerca da aquisição da pontuação nas séries iniciais, Oliveira e Assumpção (2003) argumentam que "a pontuação indica, principalmente, as intenções e os objetivos discursivos do produtor do texto" (p. 85); sendo assim, "a pontuação é um processo que se dá do texto para seu interior (e não o contrário!), do discurso para as camadas estruturais que compõem as partes do texto" (p. 92). Tal afirmação representa um avanço quanto aos estudos sobre pontuação, pois já se reconhece seu valor discursivo, o que amplia as noções sobre o tema, até então restritas ao plano da oralidade, da frase e, quando muito, do texto.

Também Ferreira (2008) argumenta que "os sinais de pontuação são marcas constitutivas de sentido" (p. 159). A autora afirma, ainda, que "embora a diversidade da pontuação produza sentidos distintos, quando há a ausência dela, ou se muda o sentido, ou se causa estranhamento ao leitor" (p. 154). Ferreira (2008) inclui no rol dos sinais de pontuação, além dos sinais gráficos que constam na NGB 152/57¹⁸, "o *itálico*, o *negrito*, as letras *maiúsculas* e *minúsculas* e *alínea*"¹⁹, visto que esses "sinais de pontuação estão ancorados nas intenções do produtor do texto" (p. 155-156). A autora constata que o sentido textual-discursivo é atribuído aos sinais de pontuação e que há uma preocupação do escritor em adequar o seu texto para quem o lê. Dessa forma, o uso dos sinais de pontuação não fica restrito às regras gramaticais, mas se subordina mais à "intenção que o autor pretende promover no seu interlocutor do que somente às funções gramaticais" (FERREIRA, 2008, p. 163).

Grantham (2009), ao analisar especificamente os sinais de reticências e de interrogação no discurso, no português brasileiro contemporâneo, reafirma a complexidade acerca do uso da pontuação e, conseqüentemente, da obscuridade que envolve a leitura correta do texto, considerando as intenções do autor. Segundo sua avaliação,

não há uma preocupação maior com os sentidos que a pontuação produz, a não ser em termos de clareza, transparência e boa qualidade do texto. Essa clareza e essa

¹⁸ Consta, na NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), como sinais de pontuação as aspas, o asterisco, a cedilha, os colchetes, os dois-pontos, o parágrafo, os parênteses, o ponto de exclamação, o ponto de interrogação, o ponto-e-vírgula, o ponto-final, as reticências, o travessão e a vírgula.

¹⁹ É importante ressaltar que, na terminologia atual, esses elementos apontados por Ferreira (2008) são considerados recursos paratextuais.

transparência, porém, revelam um “ideal” que é uma ilusão. Não parece haver, também, nenhuma preocupação com o sujeito que emprega esses sinais [interrogação e reticências] ou com o sujeito que os recebe, pelo processo discursivo da leitura. É como se ficasse apagado o fato de que os sentidos produzidos por esses sinais de pontuação não são somente da competência de quem os emprega, mas também de quem os lê (GRANTHAM, 2009, p. 105, grifo da autora).

Ao fazer essa análise, a autora sugere que a pontuação não se limita à prosódia e aos aspectos linguísticos, mas está relacionada, também, às características semânticas do texto, assim como Catach (1980) e Rocha (1997; 1998) defendem. Tal afirmação vai ao encontro, inclusive, do que argumentam Oliveira e Assumpção (2003) e Ferreira (2008), visto que ambos os autores defendem que a pontuação depende das intenções do autor do texto.

Na próxima seção, apresentaremos alguns estudos realizados a partir da coleta de dados em *corpora* de diferentes períodos históricos. Apesar de não dispormos de muitos estudos que tenham tal objetivo, assim como sinaliza Rocha (1997; 1998), essa descrição diacrônica é essencial, para tentarmos traçar possíveis similaridades com o nosso estudo.

1.3 PONTUAÇÃO: ANÁLISE EM *CORPUS* DIACRÔNICOS

Analisando textos impressos em português, datados do fim do século XV e início do XVI, período renascentista, portanto, Rosa (1995) verificou a existência de dois sinais gráficos de pontuação utilizados com maior frequência no período: *cólon* (desenho semelhante ao atual *ponto*) e *coma* (desenho semelhante ao sinal de *dois-pontos*). Já, analisando os manuais gramaticais do período, Rosa (1995) concluiu que “os sinais de pontuação não seriam intercambiáveis, mas indicadores de diferentes graus de coesão num contínuo” (p. 22), mostrando, dessa forma, relação de dependência entre as partes do enunciado. Rosa (1995) constatou, ainda, uma redução nos sinais gráficos de pontuação nas duas gramáticas analisadas por ela, além de perceber que a pontuação apresentada por esses autores revelava “um contínuo que ia do maior ao menor grau de coesão entre elementos do texto” (ROSA, 1995, p. 23).

Outra observação da autora, agora ligada não às obras de referência, mas a seus dados, diz respeito à diferença identificada no uso dos sinais de pontuação entre textos traduzidos do latim para o vernáculo, quer impressos ou não, com amplo favorecimento para o uso de *coma*. Já em se tratando de textos direcionados para os falantes não cultos, nota-se uma adequação do estilo a este público, empregando-se apenas o *cólon*. Rosa (1995) verificou, dessa maneira, que, “do século XV para o XVI, os dados apontam para um paulatino esvaziamento de

pontuação no interior do período, a par com a maior frequência na demarcação de seus limites” (p. 26), ocorrendo uma diminuição no emprego da pontuação em orações dependentes e um aumento nas independentes. Outra característica importante apontada pela autora é o surgimento, no período analisado por ela, de maiúscula seguida por cólon, surgindo, dessa maneira, uma “*sentença ortográfica*” (ROSA, 1995, p. 27, *itálicos da autora*)²⁰.

Em seus dados, compostos por textos portugueses do período medieval, datados dos séculos XIV e XV, Machado Filho (2002) verificou o uso do ponto simples em todos os manuscritos analisados e percebeu ser este o sinal que apresentava maior variabilidade de uso. Esse resultado, segundo o autor, “referenda o ponto como um dos sinais mais presentes e mais funcionais na história da pontuação ocidental, desde que foi primeiramente utilizado com tal finalidade” (MACHADO FILHO, 2002, p. 77).

Machado Filho (2002) observou, ainda, um uso “bastante regular” (p. 113) do ponto seguido de maiúscula, sendo que tal uso transitava “entre uma utilização lógico-gramatical e um emprego provavelmente apoiado em características da língua falada” (p. 113). Diferentemente do que argumenta Rosa (1995), essa constatação nos leva a crer que o uso de maiúscula, após o emprego do ponto, é anterior ao período renascentista. Também avaliando os usos de outros sinais gráficos de pontuação, o autor verificou uma correspondência que ora se alinhava à lógico-gramatical, ora se direcionava “para uma interpretação associada ao espectro da língua falada” (p. 118). Segundo Machado Filho (2002), há contextos que favoreceriam o uso de determinadas pontuações. Em seus dados, o “e”, com valor aditivo, é precedido por sinais de pontuação em aproximadamente 35% dos casos.

A partir da análise de documentos paraibanos setecentistas e oitocentistas, Fonseca (2005) conclui que, “nos séculos XVII e XVIII, a pontuação baseava-se tanto pela orientação pausal quanto pela gramatical” (p. 174). Já no século XIX, passou-se a ter um maior conhecimento sobre a pontuação, pelos editores. Um dado relevante de Fonseca (2005) é referente a uma carta, datada de 1821, escrita por um lavrador de algodão. De acordo com a autora, há aspectos em que se observa “flutuação na grafia, falta de concordância entre o verbo e o sujeito e a pontuação é insuficiente em alguns trechos” (p. 179), o que sugere que o autor, apesar de conseguir se expressar bem na oralidade, demonstra pouca habilidade com a língua escrita. Também a flutuação no uso arbitrário do apóstrofo é atribuída pela autora à existência de “produtores pouco conscientes da norma” (p.180), considerando a oralidade.

²⁰ Tal característica nos leva a crer que se trata dos sinais abreviativos, também citados por Catach (1980).

Essas constatações servem como subsídio para a nossa pesquisa, pois corroboram a nossa hipótese de que o respeito à norma padrão do período setecentista seria encontrado em documentos pertencentes às classes sociais mais altas, já que os membros dessas classes teriam maiores condições econômicas de frequentarem institutos acadêmicos, enquanto que o uso arbitrário, sem levar em consideração a regra gramatical do período, seria mais utilizado pelas classes sociais menos abastadas e que, conseqüentemente, tiveram pouco acesso à escolarização.

Outro estudo, que também toma como *corpus* documentos oitocentista, é o de Negro (2012). Ao analisar os sinais de pontuação e suas funções em documentos do século XIX, a autora (2012) defende que a pontuação envolve “sinais gráficos que determinam o grau de coesão entre as unidades do texto” (p. 129). Essa afirmação de Negro (2012) entra em consonância com os resultados de Rosa (1995), visto que esta autora constatou, ao analisar gramáticas referentes ao período renascentista, que os sinais de pontuação servem para estabelecer os graus de coesão de um discurso. Em seu *corpus*, Negro (2012) encontrou os seguintes sinais gráficos de pontuação: ponto, vírgula, ponto-e-vírgula, hífen, aspas, traços duplos e dois-pontos. Os resultados obtidos pela autora são os seguintes:

- Ponto: usado em término de orações e finalização de abreviaturas;
- Vírgula: usada antes de conjunções, separa frases e orações, isola expressões explicativas, enumera informações e separa local e data;
- Ponto-e-vírgula: separa orações, enumera informações e antecede conjunções conclusivas;
- Hífen: separa verbo de pronome;
- Aspas: usadas para inserir dizeres e ressaltar nome de um jornal;
- Traços duplos: usados para separar sílabas no final da linha;
- Dois-pontos: ocorrência única usada para enunciar uma explicação.

Tais informações são importantes para se cotejar o comportamento desses sinais gráficos também em nossos dados, com vistas a verificar possíveis similaridades. Isso porque, assim como Negro (2012) apresenta, há um distanciamento entre a norma e os dados encontrados, no que se refere ao uso do sinal de *dois-pontos*. Na gramática de Moraes (1806), analisada pela autora, esse sinal teria uso semelhante ao do ponto-e-vírgula, divergindo do que foi constatado por Negro (2012). Já em Ribeiro (1881), este uso está previsto, sendo que os dois-pontos são utilizados para introduzir uma reflexão ou explanação. Essa divergência

demonstra que houve uma provável agregação de função para este sinal, a partir de seu uso na língua, que, a princípio, divergia da norma. Tais características justificam, pois, a necessidade de nosso estudo, a fim de se verificar o uso, ou não, da norma também nos documentos mineiros setecentistas.

Também Telles e Souza (2017) constataram divergências entre pontuação e norma gramatical dos períodos referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. As marcas pontuacionais, em seu *corpus*, não seguem as normas gramaticais, mas sim o estilo de cada um dos *scriptores*. Servem, portanto, “para por em relevo as qualidades estéticas e os elementos que despertam interesse no texto jurídico” (TELLES; SOUZA, 2017, p. 124), refletindo, dessa maneira, “o *modus scribendi* dos traslados” (TELLES; SOUZA, 2017, p. 124).

Como pode ser visto nos autores supracitados, é consensual a complexidade que envolve os estudos sobre a pontuação. Isso pode ser reflexo das várias funcionalidades que os sinais de pontuação assumem, permeando não só os aspectos prosódicos, como também os aspectos semânticos e sintáticos.

A partir do arcabouço teórico apresentado neste capítulo, é possível perceber as dificuldades acerca dos estudos sobre pontuação. O resgate histórico do tema nos permitiu compreender, um pouco mais, as suas funcionalidades na língua e esclarecer melhor toda essa complexidade. Em certa medida, o cotejo com outros estudos nos permitiu traçar similaridades e divergências quanto ao uso desses sinais de pontuação, o que pode nos auxiliar na sua sistematização. É importante, inclusive, investigar a norma e os aspectos sociais do período estudado, a fim de estabelecermos uma melhor caracterização do tema. Cabe a nós, portanto, no próximo capítulo, apresentar as resenhas de alguns dos principais manuais normativos do século XVIII.

CAPÍTULO 2

PONTUAÇÃO: DEFINIÇÕES E NORMAS DE EMPREGO

Neste capítulo, objetivamos apresentar as definições e as regras para os sinais de pontuação, encontrados em alguns dos principais manuais e gramáticas do período setecentista. Para a nossa análise, optamos, também, pelas gramáticas e pelos manuais oitocentistas, por três motivos que estão interligados: o primeiro se deve ao fato de nossos dados representarem a escrita da segunda metade do século XVIII, podendo ter uma proximidade maior com a norma do século seguinte; o segundo motivo é justificado pelo fato de os manuais, nesse período, demorarem vários anos para serem elaborados e impressos, sendo que tais manuais poderiam, ainda, representar a norma do século anterior. Outro fator que motivou nossa escolha é que algumas dessas obras são edições posteriores à primeira publicação, o que pode conter, dessa maneira, uma norma própria do século XVIII. Findas essas considerações, passemos ao estudo dessas gramáticas, nas próximas seções.

2.1 DEFININDO A PONTUAÇÃO: A NORMA GRAMATICAL SETECENTISTA E OITOCENTISTA

Argote (1725), ao apresentar sua gramática, explicita a influência latina sobre a língua portuguesa. Segundo o autor, “a Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a mayor parte das regras, que contêm, guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as Latinas e as demais” (s.p.). O autor argumenta que, para se ensinar a língua latina, é mais fácil ensinar as regras da língua portuguesa. Em sua avaliação, essa facilidade estaria ligada ao fato de se ter contato direto com a língua portuguesa, isto é, pela prática, é possível perceber as regras. É importante ressaltar que essa obra, diferentemente das demais aqui citadas, possui um caráter mais didático, visto que é voltada para o processo de alfabetização/letramento de meninos. A obra é estruturada em perguntas e respostas, visando justamente a facilitar a boa compreensão do tema. Apesar disso, há pouco detalhamento das regras, o que pode gerar dificuldades no seu entendimento e na sua aplicação. Em se tratando da pontuação, o autor a define como “uns risquinhos, ou pontos, com que se apartaõ entre si as palavras, e mostraõ que casta de sentido fazem” (p. 351). Sendo assim, haveria sete sinais gráficos que servem à pontuação: vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto, ponto de exclamação, ponto de interrogação e parênteses.

Outra importante obra setecentista é a de Feyjo (1734). Na segunda parte de sua gramática, Feyjo (1734) apresenta as regras referentes à divisão das palavras e à pontuação. Logo no início dessa parte, o autor adverte sobre a importância de se fazer uma boa divisão das palavras, no final da linha, para se evitarem “erros” na escrita. Em se tratando especificamente da pontuação, o autor informa sobre a existência de seis sinais gráficos, sendo eles a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos, o ponto-final, o ponto de exclamação e o ponto de interrogação. Feyjo (1734) menciona, ainda, a dificuldade em se estabelecerem regras para o uso de ponto-e-vírgula, pois, segundo seu entendimento, seu conceito ainda não é bem conhecido e, por consequência, não se conhece a regra. Outros sinais também são citados pelo autor: parágrafo, parênteses, ângulo, semicírculo e conjunção (hífen), que são utilizados na organização da escrita, além de *apices*, *asterisco*, *obelisco*, *branchia* e *desunião*. *Apices* e *branchia* são considerados, na terminologia atual, como sendo diacríticos, já que teriam funções semelhantes aos atuais acentos agudo e circunflexo, respectivamente. O sinal *asterisco*, naquele período, era utilizado para indicar a ausência de palavras da citação de algum autor ou “para final de ponderação nas palavras, antes das quaes se põem” (p. 129). O sinal *obelisco* teria função semelhante à das aspas. Por fim, o sinal *desunião* é um símbolo formado pela letra *v*, virada para baixo, semelhante ao acento circunflexo, cuja finalidade é mostrar que as palavras deveriam ser escritas separadas, e não juntas.

Verney (1746), em seu *Verdadeiro método de estudar*, apresenta propostas de reforma do dicionário de Bluteau (1712-1728)²¹, visando a produzir uma gramática para a língua portuguesa do período, com a finalidade de “formar omens, que sejam utis, para a Republica, e Religiam” (VERNEY, 1746, p. 1). O autor remete aos gregos, ao afirmar que foram eles os primeiros a se dedicarem ao estudo da gramática e considera que “a Gramatica é a arte de escrever, e falar corretamente” (VERNEY, 1746, p. 5), conceito que reflete também a influência romana. Segundo Verney (1746), apesar de todos aprenderem a falar a língua desde cedo, logo quando começam a produzir a fala, ainda na infância, nem todos falam como “omens doutos.” (p. 5) Para o autor, as mulheres e as pessoas de “pouca literatura” (p. 5) são

²¹ Verney (1746) não informa o ano da publicação de Pe. Bluteau, mas o contexto histórico nos leva a crer que se trata de seu *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a ElRey de Portugal, D. Joaõ V, pelo Padre D. Raphael Bluteau*, importante obra do século XVIII, composta por oito volumes e dois suplementos, datado de 1712 a 1728.

“os primeiros mestres das-linguas vivas” (p. 5), porém as ensinam com erro, sendo necessário, dessa forma, os estudos da língua, a fim de se evitarem tais erros. Outro aspecto criticado pelo autor é a falta de uma gramática que possa auxiliar, por exemplo, o “Secretario principiante” (VERNEY, 1746, p. 12). Verney (1746) afirma que, para ser secretário, bastava ter boa caligrafia. Assim, o escrevente não teria consciência sobre aquilo que escreve. Verney (1746) também critica a obra de Pe. Argote (1725), afirmando que não é uma gramática completa, mas, assim como o próprio autor diz, são apenas regras, cuja finalidade é “facilitar a inteligencia da-lingua Latina” (p. 13).

Tratando especificamente da pontuação, Verney (1746) argumenta que os sinais *vírgula*, *ponto* e *dois-pontos* servem “para distinguir melhor o discurso” (p. 34). O autor cita a falta de padrão em empregar tais sinais, registrando, inclusive, uma variação quanto à determinação desses sinais nas gramáticas do período. Verney (1746), entretanto, não condena essa falta de padronização, pois, ele mesmo, às vezes, não segue totalmente as regras de pontuação. Para esse autor, a função principal da pontuação é “evitar as confuzoens, e procurar que os outros intendam, tudo quanto eu quero dizer” (VERNEY, 1746, p. 55). Verney (1746) finaliza sua explanação, afirmando que, tanto com relação à pontuação quanto à ortografia, “aprendem-se com o uzo” (p. 55).

Barbosa (1822) atribui aos sinais gráficos de pontuação os pontos simples, interrogação e exclamação, vírgula, dois-pontos, parênteses, “risca de união” (hífen), “viracento” (apóstrofo), trema e os acentos agudo e circunflexo. Nosso enfoque, entretanto, é somente para aqueles sinais gráficos utilizados no nível da oração – pontos simples, interrogação e exclamação, vírgula, dois-pontos, ponto-e-vírgula e hífen, quando este for utilizado para separar palavras, no final da linha. Os demais sinais apontados por Barbosa (1822), assim como dito anteriormente, ao nos referirmos a Feyjo (1734), são considerados diacríticos e representam sinais próprios da palavra, o que não atende aos objetivos de nossa pesquisa e por isso são aqui apenas mencionados.

A respeito da pontuação, Barbosa (1822) afirma que não deve ser supérflua: ponto-e-vírgula não pode ser usado, se somente o uso de vírgulas bastar; dois-pontos não podem ser usados, se somente o uso de ponto-e-vírgula for suficiente. Além disso, não se deve incluir sinais de pontuação, quando as palavras “que se modificão, [estão] ou concordando humas com outras, ou regendo-se” (p. 87).

Constancio (1831) define pontuação como sendo “a disposição de certos signaes que marcão as pausas que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz” (p. 305). É

atribuído à pontuação um caráter rítmico, em que o autor deixa clara a relação entre escrita e oralidade. Os sinais de pontuação apontados por Constancio (1831) são a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos, o ponto-final, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, os parênteses e a risca de união. Também esse autor cita, assim como outros apresentados em nossa resenha, o que hoje denominamos *diacríticos*: apóstrofo, trema, acentos agudo e circunflexo. Entretanto, diferentemente dos demais autores, Constancio (1831) considera tais sinais como sendo *acentos*. O autor afirma, por exemplo, que o trema “he inutil em portuguez” (p. 307), pois pode ser substituído por qualquer outro acento. Nos exemplos apresentados pelo autor, o trema foi substituído pelo acento agudo, exemplificando com a palavra *Esaiü*, que pode ser grafada como *Esaiú*. Ainda segundo o autor, palavras grafadas com os encontros *qu-* e *gu-*, como *qüesito*, podem ser grafadas sem qualquer sinal acima da letra *u*. Outra crítica apresentada pelo autor, em relação à pontuação, é o uso desnecessário de vírgulas, em trechos que não exigem pausa, ou o uso de ponto-e-vírgula em vez de dois-pontos e de dois-pontos no lugar do ponto-final. Segundo defende, isso prolonga os períodos, sem necessidade, deixando-os extensos.

Ao tratar da ortografia, Moura (1850) afirma que os sinais literais servem para “representar as palavras, e para mostrar a distincção e nexos das orações” (p. 176). Dessa forma, o autor divide esses sinais em dois grupos: o primeiro é formado pelas *letras, risca de união, apóstrofo, trema e acento*, “que servem para representar as palavras” (MOURA, 1850, p. 176); e o segundo, formado por *vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto-final simples, ponto de interrogação, ponto de exclamação e parênteses*, “que servem para mostrar a distincção e nexos das orações” (MOURA, 1850, p. 176). Fica claro, portanto, que o autor atribui uma função sintática para os sinais de pontuação, visto que, para ele, esses sinais servem para a organização do discurso e para a manutenção da coesão do enunciado. Moura (1850) propõe uma hierarquia para os sinais gráficos de pontuação, assim formulada: o ponto é o sinal mais forte, seguido dos dois-pontos, do ponto-e-vírgula e, por último, da vírgula, sinal mais fraco na escala por ele proposta. Segundo o autor, torna-se impróprio o uso de uma pontuação mais forte, onde a menos forte for suficiente. Como regra geral para o uso de ponto-e-vírgula e de dois-pontos, Moura (1850) recomenda “dividir com pontuação mais forte as partes do discurso, que tiverem relação mais remota; e dividir com pontuação mais fraca as que tiverem relação mais proxima” (p. 180-181). O autor defende que “a *Pontuação é a Ortographia do discurso*” (MOURA, 1850, p. 178, grifo do autor), o que explica o fato de o tema ser abordado na parte destinada à ortografia. Um aspecto interessante de sua obra é que,

ao afirmar a necessidade de se ter espaços em branco entre as palavras, para se evitarem possíveis confusões no discurso, deixa subentendido que também esse espaço em branco pode ser considerado uma pontuação, assim como sugerem Catach (1980) e Rocha (1997)²².

Também Silva (1890), ao se referir à ortografia e aos sinais de pontuação, afirma que “a ortografia ensina as regras de escrever bem, isto é, de representar aos olhos os sons com letras distintas, e cada uma para seu som proprio, e que não sirva juntamente de sinal de dois sons” (p. 32). O autor estabelece, assim, uma correlação entre escrita e fala. Isso também é percebido na pontuação. Segundo explica, são estes “os tons da voz, com que se proferem as sentenças: notão se com (!) as sentenças admirativas [...] Para as interrogativas temos (?)” (p. 33). Uma observação importante a ser feita é que, assim como Verney (1746) e Barbosa (1822) assinalam, os exemplos, para esses sinais de pontuação, apresentam o sinal gráfico no início e no fim da sentença, tal como ainda hoje é empregado no espanhol. Os exemplos (1) e (2) abaixo ilustram o uso de sentenças admirativa e interrogativa, respectivamente:

(1) ¡Ó milagre estupendo! (SILVA, 1890, p. 33)

(2) ¿Quem foi? ¿Quem o viu? (SILVA, 1890, p. 33)

Ribeiro (1950)²³, em sua oitava edição do *Serões Grammaticaes*, afirma que “pontuação é a arte de indicar por meio de certos signaes convecionaes a proporção das pausas que faz quem falla ou lê” (p. 532). O autor mescla, pois, características prosódicas, semânticas e sintáticas, ao se referir ao assunto, explicitando que, além da função supracitada, a pontuação distingue os sentidos de um enunciado, parciais ou totais, estabelece a subordinação das partes do discurso, suas dependências e relações, e “esclarece o discurso, adaptando a palavra aos altos destinos a que ella obedece na vida da humanidade” (p. 532). Reforçando essas noções, Ribeiro (1950) menciona as dificuldades de entendimento, quando da ausência de pontuação, bem como adverte para o fato de que “uma pontuação diferente altera muitas vezes o sentido da phrase” (p. 533). Outro aspecto citado pelo autor refere-se também aos princípios, “ainda hoje tão incertos” (p. 533), que “com tanta escassez [...] tem fixado o uso comum e constante dos bons autores, que, á primeira face, tudo nos induz a crer que é uma invenção moderna” (p. 533), apesar da já sua existência nos textos antigos. O autor cita, ainda, outra denominação atribuída à pontuação: “*notações syntacticas*” (RIBEIRO,

²² Conferir essa informação no capítulo primeiro.

²³ Apesar de ser uma obra publicada no século XX, optamos por incluir o manual de Ribeiro (1950), porque sua primeira publicação é de 1890, seguindo, portanto, o critério de análise justificado no início deste capítulo.

1950, p. 534, grifo do autor). Isso porque a pontuação é responsável pelo estabelecimento das relações dos discursos. Sintetizando, Ribeiro (1950) apresenta os principais “fundamentos da arte de pontuar” (p. 534):

1º a necessidade physiologica de respirar; 2º a distincção dos sentidos parciaes; 3º a distincção dos sentidos totaes; 4º a ligação de uns sentidos aos outros, sua dependencia reciproca, sua coordenação e subordinação (RIBEIRO, 1950, p. 534).

Por fim, Ribeiro (1950) destaca o uso arbitrário dos sinais de pontuação por alguns autores, sobretudo da vírgula e do ponto, sendo ora excessivo, ora insuficiente.

Antes de prosseguirmos com as regras estabelecidas pelos autores supracitados, para os sinais de pontuação, apresentaremos algumas concepções encontradas em duas gramáticas, uma do século XVI e outra do século XX. Julgamos que isso é importante, pois, caso ocorra algum dado divergente do que foi estabelecido pelos autores do período setecentista/oitocentista, é possível verificar se se trata de um arcaísmo (dado que se enquadre na gramática seiscentista) ou se se trata de uma inovação (caso este dado se enquadre na gramática contemporânea).

2.2 A NORMA SEISCENTISTA: *ORTOGRAPHIA OU MODO CERTO PARA ESCREVER NA LINGUA PORTUGUESA, DE ÁLVARO FERREIRA DE VÉRA (1631)*

Véra (1631) inicia seu texto estabelecendo relações entre escrita e fala. Para ele, assim como na fala há pausas e silêncio, que conferem ritmo ao que é dito e facilitam o entendimento, na escrita também essa característica é verificada. Segundo o autor, a justificativa para essa similaridade está no fato de que

a scrittura he hũa representação do que fallamos, para nos darmos a entender nella, usamos de pontos, como de balisas, que dividão as sentenças e os membros de cada clausula. Porque com aquelles certo sinaes tiramos, e distinguimos a muita confusão, que costuma aver no que escrevemos sem aquelles sinaes (VÉRA, 1631, p. 37).

Véra (1631) enumera, então, sete sinais de pontuação: incisio (vírgula), colon imperfeito (ponto-e-vírgula), colon perfeito (dois-pontos), ponto-final, interrogação, admiração e parênteses. Esses seriam, na concepção do autor, os sinais mais usados, porém há, também, outros sinais menos frequentes, quais sejam: ápices, união, desunião, falta, meio

círculo, asterisco, obelisco, brachia e syllaba longa. As regras apresentadas pelo autor para cada um desses sinais de pontuação estão sumarizadas no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Sinais de pontuação e suas regras, de acordo com Véra (1631)

Sinais de pontuação	Outras denominações ²⁴	Regras ²⁵
<i>Vírgula</i>	<i>Coma, incisio ou meio ponto.</i>	Utilizada para distinguir, no texto escrito, a pausa para a respiração. É usada antes de conjunções e de pronomes relativos, bem como para separar verbos de seus casos. É usada, ainda, para separar os adjetivos, na enumeração, e na separação de substantivos, como no exemplo abaixo: <u>Exemplo</u> : “As virtudes são quatro, ²⁶ Prudencia, Iustiça, Temperança, & Fortaleza.” (VÉRA, 1631, p. 38)
<i>Ponto-e-vírgula</i>	<i>Colon ou membro imperfeito</i>	Usado no final de uma sentença imperfeita. Seria um sinal intermediário entre a vírgula e os dois-pontos. É usado, também, para separar palavras e sentenças contrárias: <u>Exemplo</u> : “carregar; descarregar: alegrar; intristescer” (VÉRA, 1631, p. 38)
<i>Dois-pontos</i>	<i>Colon perfeito</i>	Usados em sentenças completas, perfeitas. São utilizados, também, para indicar citações de outros autores. “Sendo sentença suspensa, e não acabada no periodo, [...] não se segue letra capital, senão ordinaria” (p. 38). Isso corresponde à função de enunciar uma explicação. <u>Exemplo</u> : “El Rey de Inglaterra tratta pazes com sua Magestade: per a isso está o Embaxador em Madrid: não ha duvida, que se hão de effeitoar.” (VÉRA, 1631, p. 38)
<i>Ponto-final</i>	-	Usado no final da “razão, ou sentença, quando está de todo concluída, e não deixa suspenso o sentido” (p. 39). Deve-se começar a próxima sentença com letra maiúscula.
<i>Ponto de interrogação</i>	-	Usado para se fazer uma pergunta. Deve-se começar a próxima sentença com letra maiúscula. <u>Exemplo</u> : “Se conheces a tantos, porque te não conheces?” (VÉRA, 1631, p. 39)
<i>Ponto de admiração</i>	-	Usado em sentenças que exprimem espanto ou indignação. Deve-se começar a próxima sentença com letra maiúscula. <u>Exemplo</u> : “Com quanto trabalho se sustenta a virtude!” (VÉRA, 1631, p. 39)
<i>Parênteses</i>	-	Usados para incluir uma informação dentro de uma sentença,

²⁴ Estas outras denominações foram apresentadas pelo próprio autor, Véra (1631).

²⁵ Há sinais em que o autor não forneceu exemplos. Para aqueles que há exemplificação, ela será incluída logo após a descrição da regra.

²⁶ De acordo com a norma-padrão atual, em vez de vírgula, usaria-se os dois-pontos.

		porém se “tiradas do que dizemos, não fica imperfeita a razão” (p. 40). <u>Exemplo</u> : “Como vai arriscado (se se não emenda) a se perder!” (VÉRA, 1631, p. 40)
<i>Divisão</i>	-	Usada para separação de palavras, no final da linha. É representada pelo sinal - ou =. <u>Exemplo</u> : “tem-po; apar-ta” (VÉRA, 1631, p. 39)
<i>Angulo</i>	-	É um sinal usado para indicar o local onde o copista esqueceu de escrever uma determinada palavra ou trecho da oração. <u>Exemplo</u> : “Luis Rei da França, ^{Filho de Carlos Magno} tendo necessidade de dinheiro levantou os tributos antigos, com que obrigou a todos ^{oferecerlhe} o que não erão obrigados.” (VÉRA, 1631, p. 40)
<i>Parágrafo</i>	<i>Artigo apartado ou aforismo</i>	Usado para distinguir “hum trattato a outro, ou de hũa a outra diversa” (p. 95).
<i>Apices</i>	<i>Dieresis ou cimalha</i>	Sinal, representado por dois-pontos, que são colocados em cima de uma vogal, nos ditongos, para indicar que sua pronúncia é fechada. <u>Exemplo</u> : “Argüem, Poëta, alaüde.” (VÉRA, 1631, p. 40)
<i>Hyfen</i>	-	Usado em palavras compostas ou, quando “per caso, ou per erro” (p. 41), as sílabas de uma palavra ficam distantes, utiliza-se esse sinal, para demonstrar que se trata de uma palavra só. <u>Exemplo</u> : “Confia _doestou.” (VÉRA, 1631, p. 40)
<i>Desunião</i>	-	Diferentemente do hífen, este sinal serve para separar vocábulos que deveriam ser escritos separadamente. É representado pelo símbolo ∟.
<i>Meio círculo</i>	-	Usado para indicar uma explicação, no final de uma sentença, ou para demarcar as palavras de outro autor. Deve-se usar letra maiúscula após este sinal. É representado pelo símbolo).
<i>Asterisco</i>	-	Usado para mostrar ausência de palavras ou sentenças de outro autor “ou quando querem mostrar algũas palavras, que são dignas de se notar” (p. 41). É representado pelo símbolo *.
<i>Obelisco</i>	-	Ao contrário do asterisco, este sinal serve para assinalar “versos, ou palavras adulterinas de algum author” e “quer dizer pequena ponta de espeto, ou seeta” (VÉRA, 1631, p. 41).
<i>Syllaba breve</i>	<i>Brachia</i>	Sinal para mostrar que a pronúncia de determinada vogal é breve. É um acento diferencial, usado em palavras homógrafas. Segundo o autor, diferencia as palavras latinas <i>occido</i> , que significa <i>cair</i> , e <i>occido</i> , que significa <i>matar</i> .

Fonte: Autoria própria

A partir do quadro 1 acima, é possível perceber que muitos desses sinais, a saber, *angulo*, *ápices*, *hyfen*, *desunião*, *meio círculo*, *obelisco* e *syllaba breve*, não compõem mais o

sistema de pontuação/acentuação do português. É importante ressaltar, ainda, que o sinal chamado *divisão*, atualmente é conhecido pelo termo *hífen*. Como dito na seção anterior, levaremos em consideração somente os sinais gráficos para demarcar a pontuação no nível da frase. Dessa forma, os sinais *apices*, *hyfen*, *desunião* e *syllaba breve*, por serem próprios das palavras, não farão parte da nossa análise. Entretanto, é importante citarmos esses sinais, visto que todos eles são encontrados também na obra de Feyjo (1734). Isso nos leva a crer que, diferentemente dos outros autores setecentistas e oitocentistas citados em nosso trabalho, Feyjo (1734) tenha se pautado na obra de Véra (1631), para estabelecer quais são os sinais de pontuação, bem como as regras de sua utilização. Uma característica comum, não só na obra de Véra (1631), mas também de demais autores (que serão vistos a seguir), é tratar a pontuação juntamente da ortografia.

2.3 A NORMA NOVECENTISTA: *ESTUDOS DE PORTUGUÊS: ORTOGRAFIA E PONTUAÇÃO*, DE JONAS CORREIA (1942)

Correia (1942) divide os sinais gráficos de pontuação em três tipos: objetivos (vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto e parênteses), subjetivos (ponto de interrogação, ponto de exclamação e reticências) e distintivos (travessão, chave, asterisco, aspas e parágrafo). O que chama a atenção em sua obra em relação às demais é essa categorização. Dentre as obras consultadas, essa é a única que teve o cuidado de organizar os sinais, conforme a função exercida na frase. Apesar de o autor afirmar que são “notações gráficas sintáticas” (CORREIA, 1942, p. 201), avaliamos que as funções semânticas e pragmáticas foram também contempladas nessa sistematização. Outra característica importante de sua obra é que Correia (1942) considera, como sinais de pontuação, somente aqueles que servem para a organização sintática no nível da frase, com exceção, unicamente, do ponto abreviativo, que é um sinal diferenciador no nível da palavra. Sendo assim, os diacríticos – trema, acento circunflexo, apóstrofo, por exemplo – não foram citados pelo autor. Essas características nos levaram a escolher esta obra como representante da norma novecentista, visto que, de certa forma, há um distanciamento do que foi apresentado pelos demais manuais consultados. O quadro 2, abaixo, sistematiza as regras descritas para cada um dos sinais gráficos de pontuação citados por Correia (1942):

Quadro 2 - Sinais de pontuação e suas regras, de acordo com Correia (1942)

Sinais gráficos	Tipo	Regras
<i>Vírgula</i>	Objetivo	Usada depois de orações pronominais relativas, contudo, quando tiver o pronome relativo <i>que</i> , e quiser dar ênfase ou “quando a oração adjetiva desenvolver um sentido inerente ao substantivo” (p. 203), utiliza-se a vírgula antes de <i>que</i> . A vírgula também deve ser usada antes de <i>o qual</i> . É usada para separar, antes e depois, orações subordinadas (conjuncionais, adverbiais e circunstanciais), apostos, vocativos. Usada para separar, também, orações com sentido explicativo, zeugma do verbo, objetos pleonásticos, orações reduzidas de gerúndio, particípio ou infinitivas. Na separação de local e data, enumeração de palavras ou frases. A vírgula é usada para separar, ainda, conectores como <i>pois</i> , <i>porém</i> , <i>outrossim</i> , <i>todavia</i> , <i>entretanto</i> , <i>isto é</i> , <i>por exemplo</i> , <i>além disso</i> , <i>ou melhor</i> , <i>ou por outra</i> . Por último, a vírgula deve ser usada antes da conjunção <i>e</i> , somente quando “a oração coordenada tiver sujeito diverso do da coordenante” (p. 208), ou quando unir orações longas. <u>Exemplo</u> : “No <i>Ipiranga</i> o denonado Alvaro, gravemente enfermo, rivaliza em arrojo e sangue frio com os mais valentes, e consegue meter no fundo uma chata.” (CORREIA, 1942, p. 208)
<i>Ponto-e-vírgula</i>	Objetivo	É utilizado para separar orações coordenadas assindéticas e orações coordenadas, “com termos separados por vírgulas” (p. 209). Usado para separar os considerados de decretos, de leis, etc. <u>Exemplo</u> : “A porta abria-se no topo do corredor do centro; a câmara de D. Pedro ficava-lhe à esquerda.” (CORREIA, 1942, p. 209)
<i>Dois-pontos</i>	Objetivo	Indicam grande pausa e são usados para separar enumerações e citações. São utilizados, também, antes de um esclarecimento, reflexão, explicação, conclusão ou desenvolvimento. <u>Exemplo</u> : “Eu trazia de cor as palavras alguém [<i>sic.</i>] me confiou haver-lhe dito quando era simples estudante da Escola Central: Sr. Paranhos, você ainda há de ser Ministro.” (CORREIA, 1942, p. 210)
<i>Ponto</i> ²⁷	Objetivo	Como ponto simples, possui a função de ponto abreviativo ou é usado no final de orações absolutas e períodos. É usado no final de parágrafos. Como ponto-final, é usado no final do texto, para “encerrar o assunto” (p. 213).
<i>Parênteses</i>	Objetivo	São usados “para indicar palavras ou frases de citação, observação, reflexão ou explicação” (p. 214), ao citar o nome de um autor e título da sua obra ou ao inserir uma observação, reflexão ou explicação em uma frase. <u>Exemplo</u> : “Finjamos, pois (o que até fingido e imaginado faz horror) finjamos que vem a Baía e o resto do Brasil à mão dos holandeses...” (CORREIA, 1942, p. 215)
<i>Ponto de interrogação</i>	Subjetivo	“É usado ao fim das palavras, expressões ou frases interrogativas” (p. 216). <u>Exemplo</u> : “Então? Que é isso? Desertaram ambos?” (CORREIA, 1942, p. 216)

²⁷ O autor não apresenta exemplo para esse sinal de pontuação.

<i>Ponto de exclamação</i>	Subjetivo	<p>“É usado ao fim de palavra, expressão ou frase, que indique, exclamativamente, surpresa, sobressalto, cólera, piedade, afeto, compaixão” (p. 217). Pode ocorrer de este sinal ser empregado juntamente com o ponto de interrogação.</p> <p><u>Exemplo</u>: “Veste outra vez as roupas que despiste! Que olhar se apraz em ver-te assim tão nua? À nudez da Verdade quem resiste?!” (CORREIA, 1942, p. 217)</p>
<i>Ponto de reticências</i>	Subjetivo	<p>É usado “para indicar uma interrupção no sentido, uma suspensão do pensamento” (p. 217), intencionalmente, para efeitos de descontinuação do discurso, ironia ou antífrase.</p> <p><u>Exemplo</u>: “Ingrata... Oh! Não te chamarei de ingrata; Sou filho teu: meus ossos cobre [<i>sic.</i>] ao menos...” (CORREIA, 1942, p. 218)</p>
<i>Travessão</i>	Distintivo	<p>Também chamado de <i>traço de diálogo</i>, é representado por um traço maior que o hífen e pode substituir, em alguns casos, os parênteses, as vírgulas ou os dois-pontos. É usado para diferenciar as falas, em um diálogo, “salientar orações intercalares” ou “chamar a atenção do leitor para uma palavra ou expressão” (p. 220).</p> <p><u>Exemplo</u>: “Quase na extremidade do molhe, o carro parou e o sr. D. Pedro de Alcântara apeou-se – um vulto indistinto entre outros vultos distantes – para pisar pela última vez a terra da pátria”. (CORREIA, 1942, p. 220)</p>
<i>Chave</i>	Distintivo	<p>É usada “para indicar as partes ou divisões constitutivas de um todo” (p. 221) ou “o resumo de uma enumeração” (p. 221).</p> <p><u>Exemplo</u>: “Semiologia { Semântica Tropologia” (CORREIA, 1942, p. 221)</p>
<i>Asterisco</i>	Distintivo	<p>Usado para indicar alguma notação, na nota de rodapé. Caso haja mais notações, utiliza-se o agrupamento de mais de um desse sinal. Nesses casos, é comum, também, o uso de números, para substituir esse sinal de pontuação.</p>
<i>Aspas</i>	Distintivo	<p>Também chamadas de <i>vírgulas dobradas</i>, geralmente são utilizadas após os dois-pontos. São usadas ainda para indicar citações de outros autores.</p>
<i>Parágrafo</i>	Distintivo	<p>Também chamado de <i>alínea</i>, tem “a significação de sinal de seção - <i>signum sectionis</i>” (p. 225, grifo do autor). Serve para indicar as “seções de um discurso ou capítulo” (p. 225). Logo após este sinal, deve-se começar o texto com letra maiúscula. Os espaços em branco, à margem esquerda de onde se iniciará o discurso, exercem a mesma função desse sinal. Da mesma forma, podem-se empregar números ou letras, para esta divisão, em enumerações. É usado, também, para enumerar as divisões de um capítulo de um artigo (texto jurídico).</p> <p><u>Exemplo</u>: “As proposições simples se coordenam no período composto:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Por mera justaposição... b) Por meio de conectivos aproximativos...” <p>(CORREIA, 1942, p. 226)</p>

Fonte: Autoria própria

Ao analisarmos as especificações de emprego para o uso da vírgula, verificamos não só o acúmulo de funções que são atribuídas a esse sinal, como também o refinamento das regras, tendo em vista as normas dos séculos anteriores (cf. a seção 2.2, acima, e 2.4, a seguir). Os exemplos (3) a (6), abaixo, ilustram essa observação:

- (3) “Só a palavra, nas artes a que é matéria-prima, fala ao mesmo tempo à fantasia e à razão, ao sentimento e às paixões.” (CORREIA, 1942, p. 203, grifo meu.)
- (4) “No sol, que é uma estrela de quinta grandeza, tem centro o sistema planetário.” (CORREIA, 1942, p. 204, grifo meu.)
- (5) “A moral legisla para o homem; o direito, para o cidadão.” (CORREIA, 1942, p. 205, grifo meu.)
- (6) “[...] Aires Gomes estendeu o mosquete sobre o precipício, e um tiro saudou o ocaso.” (CORREIA, 1942, p. 208, grifo meu.)

O exemplo 3 ilustra a regra referente ao uso de vírgulas após orações pronominais²⁸, enquanto que o exemplo 4 refere-se à complementação dessa regra, visto que a vírgula foi colocada antes do pronome relativo *que*, por se tratar de uma oração adjetiva explicativa. Quando tais exemplos são comparados à norma setecentista, é notável um refinamento da regra, uma vez que, a princípio, o uso de vírgulas era empregado antes de pronome relativo *que*, de modo geral. Este refinamento também é perceptível no exemplo 6, já que, de acordo com a norma setecentista, a vírgula deveria ser empregada antes da conjunção *e*, sem qualquer restrição. No exemplo 4, a vírgula antes dessa conjunção só pôde ser empregada, porque se trata de sujeitos distintos: *Aires Gomes* e *um tiro*. Já o exemplo 5, que ilustra o uso da vírgula para separar zeugma do verbo, não era emprego previsto nas normas dos séculos anteriores.

Ao apresentar uma das regras para o ponto-e-vírgula, Correia (1942) afirma que esse sinal deve ser usado para separar orações, quando já estão separadas por vírgulas. Essa função é também observada nas demais gramáticas e manuais de nossa pesquisa. Já a normativa de separar os considerandos de leis, de decretos, bem como outros textos de caráter legislativo, está prevista somente nas obras de Véra (1631) e de Feyjo (1734).

É interessante observar, também, que o autor inclui o uso das chaves como sinal de pontuação, algo que não é percebido nos demais autores estudados em nossa pesquisa. Já o

²⁸ Fernandes Jr. (2012), pautando-se no trabalho de Fernandes Jr. (2010), argumenta que, pelo fato de os pronomes *que* e *se* se comportarem “como Pronomes Demonstrativos em referência anafórica ao “fato” da significação de uma Oração posposta” (p. 4), a oração posposta deve ser considerada como sendo uma “Oração Pronominal Apositiva”. (FERNANDES Jr., 2012, p. 4) Neste sentido, o trecho assinalado no exemplo 3, por ser um aposto, pode ser considerado uma *oração pronominal apositiva*.

sinal de pontuação *asterisco*, apesar de estar presente em manuais anteriores à obra de Correia (1942), apresenta uma função diferente da apresentada pelos autores precedentes, porém que se assemelha ao seu uso atual no português brasileiro.

De um modo geral, Correia (1942) apresenta sinais e usos verificados na contemporaneidade. Isso demonstra que, com o passar dos anos, os sinais de pontuação sofreram uma readequação e uma reorganização sintática, com a incorporação de novos sinais e usos. Outro exemplo que nos chamou a atenção e que ilustra essa hipótese é referente ao *parágrafo*. Apesar de este ser um sinal já citado por Véra (1631), o que nos indica a existência desse sinal na norma seiscentista, Correia (1942) avança em relação aos demais autores, ao afirmar que espaços em branco e indicação de letras e de números também exercem a mesma função do parágrafo. Apesar de não ser foco de nossa pesquisa, é importante termos conhecimento dessas informações, para verificarmos tais possibilidades de análise dos nossos dados, o que pode, inclusive, auxiliar-nos a dirimir alguma dúvida ou sustentar alguma análise.

2.4 A NORMA SETECENTISTA E OITOCENTISTA

Como dito anteriormente, o enfoque de nossa pesquisa é a norma empregada na língua portuguesa, no século XVIII, já que pretendemos averiguar se o uso dos sinais de pontuação encontrados em nossos *corpora* corresponde ou não a essa norma e, a partir disso, testar a hipótese de que os sinais de pontuação podem auxiliar a caracterizar o nível de escolarização/grau de letramento do escriba. Utilizamos, também, como parâmetro, as normas do século XIX. O conjunto das regras descritas nos manuais e nas gramáticas do período está sistematizado nas subseções que se seguem. Assim, no intuito de tornar mais didático para o leitor as regras adotadas na análise dos dados com vistas a testar a hipótese aventada, optamos por reunir, em quadros específicos para cada sinal de pontuação, todas as regras descritas pelos autores consultados. Esse procedimento também nos permite visualizar pontos convergentes e divergentes, assim como identificar em quais sinais a variação de uso é mais flagrante.

2.4.1 VÍRGULA

No quadro 3, a seguir, apresentamos uma súmula das normas de emprego referentes ao uso da vírgula que serão utilizadas em nossa análise.

Quadro 3: Regras de emprego para o sinal *vírgula*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usada depois de verbo e de caso, para separar partes da oração que possuem sentido imperfeito.	Argote (1725) Feyjo (1734)
Usada antes do pronome <i>que</i> ou de outros pronomes relativos.	Argote (1725) Feyjo (1734) Barbosa (1822)
Usada antes de conjunções copulativas (aditivas), de conjunções disjuntivas (alternância) ou de outras conjunções, no geral.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Silva (1890)
Não deve ser usada antes de conjunções sinônimas, porém deve separar proposições sinônimas.	Verney (1746)
É desnecessário seu uso antes da conjunção <i>e</i> , quando esta conjunção liga nomes, em uma enumeração. Evita-se, também, o uso para separar sujeitos, verbos ou atributos, quando há pouco ou nenhum complemento.	Constancio (1831) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada somente antes das conjunções <i>e</i> , <i>nem</i> e <i>ou</i> , quando ligarem orações extensas ou quando se quer enfatizar; na separação de conjunções opositivas ou conclusivas, quando pospostas.	Ribeiro (1950)
Usada depois de nominativos absolutos ²⁹ .	Argote (1725)
Usada para separar nomes, verbos, adjetivos nas enumerações.	Argote (1725) Feyjo (1734) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada para distinguir o discurso e evitar equívocos; para separar proposições com o mesmo sujeito ou proposições em que a segunda é	Verney (1746) Moura (1850)

²⁹ Segundo Bechara (1963), “consiste esta construção no emprego de um particípio em nominativo com função de ablativo absoluto, portanto com o valor de uma oração autônoma.” (p. 11)

objeto da primeira.	
Usada para separar apostos.	Verney (1746) Barbosa (1822) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada para separar vocativos, interjeições e exclamações.	Barbosa (1822) Moura (1850)
Usada para separar orações elípticas.	Barbosa (1822)
Usada para separar “orações encravadas” ³⁰ ou orações intercaladas.	Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada para separar sujeitos, atributos, verbos de proposição composta, partes da oração que não se modificam, concordam ou regem, isto é, não deve separar orações ligadas por concordância ou por regência.	Barbosa (1822) Moura (1850)
Usada para separar frases que estão transpostas da sua ordem natural ³¹ ou para separar palavras ambíguas, quando se referem a objetos distintos.	Barbosa (1822)
Usada para separar frases que estejam ligadas por palavras subentendidas ou por frases que sejam incidentes.	Constancio (1831)
Usada para separar orações incidentes ampliativas ³² , não devendo ser empregada para separar orações determinativas ou restritivas daquilo que determinam ou restringem. Emprega-se ainda na separação de sujeito e verbo, quando o sujeito for composto por muitos núcleos, com exceção dos casos em que o último elemento for os vocábulos “todo”, “tudo” ou “nada”.	Ribeiro (1950)

Fonte: Autoria própria

Como se pode observar nas regras condensadas no quadro que ora apresentamos, a *vírgula* é um sinal de pontuação que agregou várias funcionalidades. Essa característica pode estar relacionada ao fator histórico, visto que este sinal é um dos mais antigos. Cotejando-se as regras apresentadas pelos autores resenhados, é notável a existência de pontos em comum. Uma dessas convergências diz respeito ao uso da vírgula antes de conjunções copulativas e disjuntivas, prevista em todas as obras. A única ressalva encontrada quanto a essa regra é o

³⁰ *Orações encravadas* são, de acordo com Moura (1850), “orações subordinadas, quando se collocam dentro das orações subordinantes” (p. 179).

³¹ Entende-se por *ordem natural* a estrutura SVO (sujeito, verbo e objeto).

³² De acordo com Ribeiro (1950), as orações subordinadas são divididas em incidentes ou completivas, sendo que as incidentes são subdivididas em ampliativas ou determinativas. As orações incidentes ampliativas podem “cercear-se da phrase sem quebra no sentido, sem alterar a verdade e o sentido da *principal*” (RIBEIRO, 1950, p. 395, grifo do autor). Elas correspondem à denominação atual de *orações subordinadas adjetivas*.

não uso da vírgula, em se tratando de orações curtas. Tal informação está presente em Barbosa (1822), em Moura (1850) e em Ribeiro (1950). É interessante observar que todas essas obras são datadas do século XIX³³, o que pode refletir uma possível implementação de mudança quanto ao uso desse sinal de pontuação.

Como ponto divergente, encontramos Verney (1746) como único autor da norma setecentista que relaciona escrita e oralidade, ao afirmar que a vírgula é utilizada para indicar pausa para respirar, revelando o seu caráter prosódico. Isso também é observado em Véra (1631), o que denota uma consciência desses autores quanto ao ritmo na escrita, ao empregar os diferentes sinais de pontuação. Assim, a *vírgula* estabelece uma pausa mais breve, enquanto outros sinais, como os *dois-pontos*, representam pausas mais longas. Constancio (1831) e Ribeiro (1950) também estabelecem a relação entre pontuação e pausa, mas não relacionam isso especificamente a algum sinal, tratando esta caracterização como algo mais geral.

2.4.2 PONTO-E-VÍRGULA

O quadro 4 agrupa as regras de emprego do ponto-e-vírgula, segundo as normas setecentistas e oitocentistas.

Quadro 4: Regras de emprego para o sinal *ponto-e-vírgula*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usado quando a oração não possui sentido completamente perfeito.	Argote (1725) Verney (1746)
Usado antes de conectores <i>mas</i> , <i>porém</i> , <i>porque</i> , <i>ainda que</i> , <i>posto que</i> e outros de semelhante uso, quando a oração não possui sentido perfeito. Isto é, usado para separar orações que possuem ideias opostas.	Feyjo (1734) Ribeiro (1950)
Usado para separar verbos de significação contrária.	Feyjo (1734)
Usado para evitar uso excessivo de vírgulas, em períodos longos.	Verney (1746) Moura (1850) Ribeiro (1950)

³³ É indispensável lembrar que a primeira edição de Ribeiro (1950) é datada de 1890.

Usado depois de proposições que constem os conectores <i>como, qual, quando, se</i> , etc.; usado para enumerar muitas orações.	Verney (1746)
Usado para separar orações totais, mas que sejam dependentes e compostas por orações parciais.	Barbosa (1822)
Usado para separar orações que sejam dependentes.	Constancio (1831) Silva (1890)
Usado na separação das orações principais das coordenadas, quando são extensas; na separação de orações, quando possuem sentidos “diferentes”. (RIBEIRO, 1950, p. 538)	Ribeiro (1950)

Fonte: Autoria própria

De modo geral, as funções apresentadas pelos autores convergem para duas funções básicas para o ponto-e-vírgula: separar orações extensas, em que já se tenha utilizado vírgulas internamente; separar orações que possuam ideias opostas. Contudo, Verney (1746) foi o único autor a afirmar que esse sinal também deve ser empregado em muitas enumerações ou depois de proposições iniciadas com os conectores *qual, se, quando, como, se, ainda que*, etc. O exemplo (7), a seguir, ilustra este emprego:

(7) “Aindaque eu nam tenha, todo o dinheiro necessario, para a compra; farei o posivel, polo alcansar: para concluir de uma vez, este negocio.” (VERNEY, 1746, p. 53)

É interessante observar o uso diverso dos sinais de pontuação empregados na oração apresentada por Verney (1746), quando comparados à contemporaneidade: tendo em vista a gramática normativa atual do português, as vírgulas presentes na oração seriam dispensáveis, enquanto que tanto o ponto-e-vírgula, quanto os dois-pontos deveriam ser substituídos por vírgula. Esse exemplo serve, ainda, para demonstrar a necessidade de se buscar compreender a norma setecentista, para uma análise mais fiel dos dados de nossa pesquisa, considerando-se, sobretudo, a alteração no emprego desses sinais de um período para outro da língua.

Por último, observa-se um refinamento da regra geral desse sinal de pontuação em Barbosa (1822), quando o autor afirma que este recurso de pontuação mais forte que a vírgula é usado na separação de orações totais, porém dependentes e compostas por orações parciais.

2.4.3 DOIS-PONTOS

O quadro 5, abaixo, condensa as regras de uso para o sinal *dois-pontos*:

Quadro 5 - Regras de emprego para o sinal *dois-pontos*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usados em orações extensas, quando o sentido é quase perfeito.	Argote (1725) Verney (1746)
Usados no fim de uma oração, que possua sentido perfeito e que independa da oração seguinte.	Feyjo (1734) Constancio (1831)
Usados para separar orações com sentido perfeito, mas que tenham dependência entre si. Teria, assim, função semelhante à do ponto-e-vírgula.	Silva (1890)
Usados para introduzir citações de outros autores.	Feyjo (1734) Ribeiro (1950)
Usados para introduzir uma explicação.	Feyjo (1734) Verney (1746) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usados na separação de duas orações principais, mostrando que há uma oração principal e que há outras subordinadas a esta.	Barbosa (1822)
Usados antes das conjunções <i>assim como</i> , <i>assim também</i> e para enunciar um discurso direto.	Barbosa (1822)
Usados para se referir a um discurso direto; e para enunciar uma enumeração.	Ribeiro (1950)

Fonte: Autoria própria

Quanto ao uso dos *dois-pontos*, são notáveis as divergências de sistematização das regras, principalmente se comparadas aos demais sinais de pontuação anteriormente apresentados. Argote (1725), Feyjo (1734) e Verney (1746) afirmam que os dois-pontos devem ser empregados em orações extensas, que possuem sentido quase perfeito; porém Feyjo (1734), assim como Constancio (1831), condiciona o uso à independência entre tais orações. Contrariamente a isso, Silva (1890) vincula o uso dos dois-pontos à dependência entre as orações perfeitas. Em suma, a função comum aos autores compulsados é a dependência entre as partes da oração que estão separadas pelos dois-pontos; o diferencial seria o grau de dependência dessas partes, sendo sistematizado pelo seu sentido perfeito ou quase perfeito.

Feyjo (1734) foi o único autor a apontar o uso desse sinal antes de citações, conforme ilustrado a seguir:

(8) “Dizia Horacio: Nenhuma coisa he de todo perfeita.” (FEYJO, 1734, p. 126)

Nesse exemplo, nota-se também a relação de dependência entre as partes dessa oração, função comum a esse sinal, como pode ser vista nos demais autores. Além disso, não se pode desconsiderar o fato de estar introduzindo o discurso direto, função descrita por autores como Barbosa (1822) e Ribeiro (1950), o que pode não constituir uma distinção na essência da regra, mas apenas na nomenclatura. Em se tratando ainda de especificidade, Ribeiro (1950) foi o único autor a tratar do uso dos dois-pontos para introduzir uma enumeração, servindo ainda para introduzir uma explicação ou resumir uma ideia:

(9) “Tres coisa, dizia Socrates, que queria seus discipulos tivessem: prudencia no animo, vergonha no rosto, silencio na lingua” (RIBEIRO, 1950, p. 539).

Fica claro, pois, o pouco consenso entre esses autores, ao estabelecer as regras de uso para esse sinal de pontuação, diferentemente do que ocorre com o estabelecimento de regras para o uso do ponto-e-vírgula (cf. na subseção 2.4.2), do ponto-final, do ponto de interrogação, do ponto de exclamação e dos parênteses (cf. nas próximas subseções).

2.4.4 PONTO-FINAL

No quadro 6, estão sistematizadas as regras de emprego para o uso do ponto-final ou ponto simples:

Quadro 6 - Regras de emprego para o *ponto-final*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usado quando a oração tem sentido perfeito e não depende da oração seguinte.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
Exerce função de ponto abreviativo.	Ribeiro (1950)

Fonte: Autoria própria

Sobre o uso do *ponto-final*, é consenso entre os autores estudados que este sinal deve ser colocado no final de um enunciado, quando o sentido da oração estiver completo e não possuir relação com as demais orações. Nota-se, assim, que se trata de um sinal de pontuação com uso bem consolidado, visto que todos os autores atribuíram-lhe a mesma regra de uso. Além disso, verificam-se poucas regras, diferentemente do que ocorre com outros sinais de pontuação mais usuais - *vírgula*, *ponto-e-vírgula* e *dois-pontos*. Já em relação ao ponto abreviativo, Ribeiro (1950) é o único autor que alerta para esse uso.

2.4.5 RISCA DE UNIÃO OU HÍFEN

O quadro 7 é composto das regras de uso da risca de união ou hífen. É importante ressaltar que, para o nosso estudo, utilizaremos somente as atribuições referentes à estruturação da frase, ou seja, da divisão das palavras no final da linha.

Quadro 7 - Regras de emprego para o sinal *risca de união* ou *hífen*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Também chamado de <i>conjunção</i> , é representado por hífen, letra <i>v</i> e hífen, para unir palavras (-v-), formando substantivos compostos. Segundo Feyjo (1734), este símbolo foi substituído simplesmente pelo hífen, para facilitar a escrita.	Feyjo (1734)
Usado para unir o pronome <i>se</i> ao verbo, mesmo que tenha o advérbio de negação <i>não</i> entre eles; usado para distinguir as preposições <i>por</i> , <i>no</i> , <i>da</i> , <i>do</i> do verbo <i>pôr</i> e dos nomes <i>nó</i> , <i>dá</i> e <i>dó</i> ; usado para indicar a divisão de palavras no final da linha, somente quando a palavra já possuir hífen.	Verney (1746)
Usado para indicar a divisão de palavras no final da linha; usado para unir verbos e pronomes enclíticos.	Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usado para ligar palavras compostas.	Constâncio (1831) Ribeiro (1950)
Usado para separar as sílabas das palavras.	Silva (1890)

Fonte: Autoria própria

Apesar de ser um sinal de pontuação empregado no nível da palavra, optamos por incluir o *hífen*, ou *risca-de-união*, em nossa análise, porque, quando empregado no final da linha, assim como aponta Verney (1746), Barbosa (1822), Constancio (1831), Moura (1850) e Ribeiro (1950), este sinal serve para a organização do período, para sinalizar que ainda está incompleto e que sua continuação está na próxima linha.

2.4.6 PONTO DE INTERROGAÇÃO E PONTO DE EXCLAMAÇÃO

No quadro 8, resumimos as regras de emprego tanto do ponto de interrogação, quanto do ponto de exclamação. Optamos por fazê-lo dessa forma, pois há funções afins a esses dois sinais, como será verificado logo após a apresentação do quadro.

Quadro 8: Regras de emprego para os sinais *ponto de interrogação* e *ponto de exclamação*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Sinal de pontuação	Regras	Autor(es)
Ponto de interrogação	Usado no final de sentenças interrogativas.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
	Pode ser usado juntamente com o ponto de exclamação.	Verney (1746)
	Em orações mais longas, é usado no início da oração e no final do primeiro período ou não aparecem.	Verney (1746) Barbosa (1822)
Ponto de Exclamação	Usado no final de uma sentença, cujo sentido exprime admiração.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Moura (1850) Silva (1890)
	Assim como ocorre com a interrogação, o sinal de exclamação também era utilizado no início da frase, quando essas são longas.	Barbosa (1822)

	Usado no fim de palavra, frase ou expressão que exprime admiração, surpresa, medo, compaixão, terror, cólera, bem como outras reações relacionadas a sentimentos. Pode ter uso duplicado ou junto ao ponto de interrogação.	Ribeiro (1950)

Fonte: Autoria própria

Outro consenso é observado quanto ao uso dos sinais de *interrogação* e de *exclamação*, com exceção de Verney (1746) e de Barbosa (1822), que alertam para o fato de se encontrarem textos em que tanto o ponto de interrogação quanto o ponto de exclamação apareciam, também, no início das orações, quando estas eram longas (cf. seção 2.1).

2.4.7 PARÊNTESES

No quadro 9, abaixo, estão listadas as regras referentes ao uso dos parênteses.

Quadro 9: Regras de emprego para o sinal *parênteses*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usados no interior de uma oração, para inserir outra oração, a fim de explicá-la, de esclarecer o discurso.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
Usados para incluir o nome de um autor, em alguma sentença.	Feyjo (1734)
Usados com função semelhante à vírgula.	Verney (1746)

Fonte: Autoria própria

Apesar de ser um sinal menos produtivo na língua, assim como ocorre com o ponto-e-vírgula, no período setecentista, é observado um consenso entre os autores quanto ao seu uso, assim como verificado com alguns sinais de pontuação citados anteriormente - ponto-final, ponto de interrogação e ponto de exclamação. É observado, apenas, um detalhamento da regra atribuída por Feyjo (1734) e Verney (1746).

2.4.8 DEMAIS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Considerando-se a existência de poucos autores que tratam dos sinais de pontuação *parágrafo*, *obelisco*, *semicírculo*, *ângulo*, *duplo travessão*, *travessão*, *reticências* e *aspas*, dado que cada sinal foi citado por somente um autor, optamos por fazer um quadro síntese com essas informações.

Quadro 10: Regras para os sinais *obelisco*, *semicírculo*, *ângulo*, *parágrafo*, *duplo travessão*, *travessão*, *reticências* e *aspas*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Sinal de pontuação	Regras	Autor(es)
Obelisco e semicírculo	Usados para indicar citações de outros autores, à semelhança das aspas.	Feyjo (1734)
Ângulo	Usado para inserir uma palavra na oração, quando o autor, por motivo de esquecimento, deixa de escrevê-la.	Feyjo (1734)
Parágrafo	Usado para separar o período, “o qual se-comesa, quando materia que se-trata, se-acabou; e se-pasa a outra materia” (p. 53). É uma forma de organização do discurso, “para evitar a confuzam” (p. 53).	Verney (1746)
Duplo travessão	Usado para indicar a divisão de palavras no final da linha, quando nesta não se utiliza hífen, como é o caso das uniões de pronome-verbo e de palavras compostas.	Verney (1746)
Travessão	Usado para indicar a alternância das falas em um diálogo e, também, para dar ênfase a alguma informação, quando a vírgula ou os parênteses não bastam.	Ribeiro (1950)
Reticências	Usadas para interromper um sentido.	Ribeiro (1950)
Aspas	Usadas para indicar uma citação.	Ribeiro (1950)

Fonte: Autoria própria.

No quadro 10, reunimos todos os sinais de pontuação pouco discutidos pelos autores. Acreditamos que Feyjo (1734) tenha se pautado nas normas de Véra (1631) na composição de sua gramática, dado o modo como foi estabelecida a normatização dos sinais *obelisco*, *semicírculo* e *ângulo*. Por outro lado, somente Ribeiro (1950) aponta as regras para os sinais

travessão, *reticências* e *aspas*, o que, provavelmente, revela que esses sinais sejam modernos, tal como ocorre com o sinal ponto-e-vírgula. Além disso, somente Verney (1746) apresenta função para o *duplo travessão*, com uma norma que diverge do *travessão*. Quanto ao uso do *parágrafo*, Feyjo (1734) define este sinal como sendo um sinal de divisão, encontrado “nas postillas, e livros de Direito, de Philosophia e Theologia, quando de hum tractado se passa para outro diverso” (p. 108), informando o significado de seu símbolo [§]: *Signum Sectionis*. Entretanto, não apresenta regras de uso para esse sinal. Já Verney (1746) atribui a ele a função de organizar o discurso.

Após a sistematização das regras estabelecidas neste capítulo, passaremos para a apresentação e a análise dos dados coletados em nosso *corpus*, a qual foi pautada por tais normas. Antes, contudo, cabe a nós, no próximo capítulo, descrever a metodologia utilizada em nossa pesquisa, a fim de traçarmos os critérios que nortearam nossa análise.

CAPÍTULO 3

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, definimos os principais termos adotados em nossa pesquisa: *dialetologia*, *sociolinguística*, *variável*, *variantes*, *letrado* e *não-letrado*. Contextualizamos, ainda, os fatores extralinguísticos relacionados ao nosso objeto de estudo, tais como a caracterização dos grupos sociais aos quais pertencem os escreventes, questões geográficas e históricas das regiões de onde provêm os documentos e a formação das irmandades no período setecentista. Por fim, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e para a análise dos dados.

3.1 DIALETOLOGIA E SOCIOLINGUÍSTICA: DUAS CIÊNCIAS AFINS

Coutinho (2004) define *dialetologia* como sendo uma “modificação regional de uma língua” (p. 27), caracterizada pela distinção de um falar, em detrimento de outros falares de uma mesma língua, o que reflete uma tendência natural, não podendo, pois, ser entendida como uma corrupção da língua. Na formação de um dialeto, segundo o autor, “concorrem causas de várias ordens: étnica, social, geográfica, etc.” (COUTINHO, 2004, p. 27). Para o teórico, em consequência dessas características, torna-se difícil a manutenção de uma unidade linguística, a qual está condicionada à “ação enérgica do poder central”, sendo tal ação exercida “pela literatura, pelo jornalismo, pelas escolas, [...] condicionada ao grau de dependência política, à distância e aos meios de comunicação” (COUTINHO, 2004, p. 28). Caso os laços políticos estejam enfraquecidos frente à ação desse poder central, surgirão as diferenças linguísticas locais, que compõem o dialeto.

Tendo em vista a conceituação apresentada por Coutinho (2004), é previsível que o português no Brasil Colônia sofra variações, devido, principalmente, às mudanças sociais e históricas vivenciadas após o período de extração de metais e de pedras preciosas, no período setecentista. Nesse âmbito, a região em que hoje se encontra o estado de Minas Gerais se destaca por ser este o local em que mais se concentravam essas riquezas. Há, dessa forma, uma maior movimentação social nessa região e, conseqüentemente, modificações na língua portuguesa, falada ou escrita, caracterizando o então dialeto mineiro, concebido enquanto tal nos termos definidos por Coutinho (2004).

Quanto à *sociolinguística*, temos Willian Labov como um dos grandes precursores. Em seu livro *Pattern Sociolinguistics*, de 1972, o autor discute questões que abrangem não somente os fatores internos à língua (variáveis independentes linguísticas), como também os fatores externos a ela (variáveis independentes sociais). De acordo com Labov (2008 [1972]),

as pressões internas, estruturais, e as pressões sociolinguísticas agem em alternância sistemática no mecanismo da mudança linguística. Não se pode mais alegar seriamente que o linguista deve limitar suas explicações da mudança às influências mútuas de elementos linguísticos definidos por função cognitiva. Tampouco se pode alegar, com um mínimo de bom senso, que um sistema linguístico em mudança é autônomo. (LABOV, 2008 [1972], p.214).

Isso, porque, segundo Labov (2008 [1972]), somente os fatores internos à língua são insuficientes para se entender o processo de mudança linguística. O autor observou, ainda, existir uma clara correlação entre a escolha de determinadas variantes e o estrato social ao qual o falante/escrevente pertence, o que radica a necessidade de estudos da estrutura linguística sob o viés da sociolinguística, assim como propomos. Sendo assim, dada a hipótese aventada, torna-se indispensável, em nossa pesquisa, considerar o fator externo *grupo socioeconômico*. A escolha, ou não, pelo escrevente de nosso *corpus* das variantes padrão e não-padrão (variáveis dependentes) pode estar diretamente relacionada a esse fator.

Outro linguista que se dedicou aos estudos sob a perspectiva sociolinguística foi Fernando Tarallo. Em sua obra *A pesquisa sociolinguística* (2002 [1986]), o autor cita o “caos linguístico”, ou seja, “tudo aquilo que não pode ser prontamente processado, analisado e sistematizado pela mente humana [e que, por isso,] provoca desconforto” (TARALLO, 2002 [1986], p.5). Esse “caos linguístico” ao qual o autor se refere justifica a necessidade de se considerar também os fatores externos à língua, visto que, enquanto ferramenta de comunicação, ela passa por frequentes mudanças, muitas vezes acompanhando as mudanças sociais dos grupos que a utilizam. Em estudo posterior, Tarallo (1996) reflete justamente sobre essas questões. O autor adverte para o fato de que mudanças sociais importantes, ocorridas no século XVIII, tenham contribuído para as mudanças linguísticas do português em território brasileiro. No caso específico de nosso estudo, podemos associar a elas a busca por metais e por pedras preciosas, que atraiu pessoas de diversas regiões para, principalmente, a região onde hoje se encontra o estado de Minas Gerais. Também a Igreja Católica foi importante influenciadora, com a instalação de diversas ordens terceiras e irmandades, que regulamentavam e que auxiliavam na vida social nesse período. É nesse viés que estamos assumindo, segundo Tarallo (1996), que

[...] novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. [...] as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E nesse sentido fica comprovado quão importante é o exame linguístico à luz de evidências sociais. (p.99, grifo meu).

Também Luchesi (2006) correlaciona língua e sociedade. Para esse autor, no período colonial, existiria uma dicotomia da norma:

uma reduzida elite concentrada nos incipientes centros urbanos [que] guardava uma profunda fidelidade aos modelos de uso da língua provenientes de Portugal, [e] nas imensidões do interior do Brasil grandes contingentes de índios aculturados e negros africanos adquiriram a língua portuguesa em condições as mais precárias; e essa segunda língua defectiva se ia convertendo em modelo para a nativização do português entre os descendentes mestiços e endógamos desses segmentos, desencadeando profundas alterações na gramática da língua portuguesa assim adquirida, socializada e nativizada. (LUCHESE, 2006, p. 87-88).

Dessa maneira, segundo o autor, há duas normas preponderantes: a culta (ou elitizada) e a popular, utilizada pela maioria da população. De acordo com Luchesi (2006), essa dicotomia perdurou até 1822, ano em que houve a Proclamação da Independência. Tal dicotomia, apresentada por Luchesi (2006), entra em consonância com nossa hipótese, uma vez que estamos tratando de estratos sociais distintos: um que representaria a elite cultural mineira setecentista e outro formado por indivíduos com pouco acesso à escolarização, inclusive africanos trazidos para o país.

Todo esse panorama deve ser levado em consideração na pesquisa sociolinguística, visto que ela não se limita aos fatores internos à língua, como também considera as questões externas a ela. Desse modo, nas próximas subseções, apresentamos as definições de *variável* e de *variantes* e delimitamos quais foram a variável e as variantes de nossa pesquisa. Apresentamos, também, características extralinguísticas relacionadas ao nosso objeto de estudo.

3.1.1 VARIÁVEL E VARIANTES

Quanto aos fatores internos à língua, é necessário, por hora, definir o conjunto de variantes de nossa pesquisa. Em primeiro lugar, contudo, faz-se necessário entender alguns conceitos, para os relacionarmos com maior clareza a nosso objeto de estudo.

Labov (2008 [1972]) disserta sobre as dificuldades que envolvem os estudos sociolinguísticos. Ao tratar da estrutura sociolinguística, o autor afirma que

podemos definir uma *variável sociolinguística* como correlacionada com alguma variável não-linguística do contexto social: o falante, o interlocutor, o público, o ambiente etc. Alguns traços linguísticos (que chamaremos de *indicadores*) mostram uma distribuição regular pelos grupos socioeconômicos, étnicos e etários, mas são usados por cada indivíduo mais ou menos do mesmo modo, em qualquer contexto. Se os contextos sociais puderem ser ordenados em algum tipo de hierarquia (como grupos socioeconômicos ou etários), podemos dizer que tais indicadores são *estratificados*. Variáveis sociolinguísticas mais altamente desenvolvidas (que chamaremos de *marcadores*) não somente exibem distribuição social, mas também diferenciação estilística. (LABOV, 2008 [1972], p. 275-276, grifos do autor).

As variantes sociolinguísticas, a partir do que determina Labov (2008 [1972]), compreendem os fatores externos que podem influenciar uma mudança linguística. Isso nos permite classificar os diferentes elementos envolvidos nessa mudança em indicadores e marcadores. Os indicadores “são traços encaixados numa matriz social, exibindo diferenciação segundo a idade e o grupo social, mas que não exibem nenhum padrão de alternância estilística e parecem ter pouca força avaliativa” (LABOV, 2008 [1972]), p. 360). Os marcadores, por outro lado, “exibem estratificação estilística tanto quanto estratificação social” (LABOV, 2008 [1972]), p. 360). Entender tais conceitos apresentados por Labov (2008 [1972]) é indispensável em nossa pesquisa, uma vez que, como dito anteriormente, estamos lidando com os fatores socioeconômicos que podem influenciar no nosso objeto de estudo.

Tarallo (2002 [1986]), referindo-se aos preceitos sociolinguísticos labovianos, define *variantes linguísticas* como sendo as “diversas maneiras” de se dizer algo, dentro de um mesmo contexto e possuindo “o mesmo valor de verdade”; já *variável linguística* é o “conjunto de variantes” (p. 8). Temos, dessa forma, a *variável dependente*, que é a variável linguística a ser estudada, e a *variável independente*, que é composta pelos fatores internos (independentes linguísticas) e pelos fatores externos (independentes sociais). Tal conjunto de variantes pode ser subdividido em inovadoras vs conservadoras, de prestígios vs estigmatizadas, padrão vs não-padrão. Assim, uma variante padrão geralmente é, “ao mesmo

tempo, conservadora e aquela que goza de prestígio sociolinguístico na comunidade” (TARALLO, 2002 [1986], p. 12). Por sua vez, a variante não-padrão tende a ser inovadora e estigmatizada pelos falantes de determinada comunidade. Para Tarallo (2002 [1986]),

uma variável sociolinguística estável estará linearmente correlacionada à classe socioeconômica, de tal forma que o grupo social de *status* mais alto terá os índices mais elevados da variante de prestígio e, conseqüentemente, a frequência menor de uso da variante estigmatizada. Mas, quando a mudança se inicia em um grupo intermediário, como é de costume, surge o padrão curvilíneo, o qual é regularmente associado à mudança em progresso. (p.70, grifo meu).

Nossa hipótese de trabalho se relaciona aos pressupostos formulados por Tarallo (2002 [1986]), na medida em que acreditamos que os membros que compõem a elite cultural de nosso *corpus* tendem a reproduzir a norma padrão, enquanto os grupos que compõem as classes sociais mais baixas (negros e pardos) tendem a seguir uma norma que se distancia da norma padrão, justamente por desconhecê-la, em função do pouco ou do nenhum acesso à instrução formal. Tendo em vista o nosso objeto de estudo – emprego dos sinais de pontuação –, a variante padrão é determinada pela obediência às normas do período, conforme estabelecido nas gramáticas setecentistas e oitocentistas, e a variante não-padrão corresponde a todo emprego que não é regido por essas gramáticas. A esse respeito, Tarallo (2002 [1986]) faz a seguinte observação:

as gramáticas poderão fornecer dados substanciosos ao analista. Os comentários dos gramáticos do período histórico em estudo refletirão o conceito de norma prescritiva da época, isolando indiretamente variantes consideradas estigmatizadas pela comunidade. (p. 71)

Essa passagem justifica, pois, nossa opção por recorrer às gramáticas para estabelecer a norma padrão e, conseqüentemente, determinar o que foi codificado como variante padrão nos *corpus*. Entendemos, assim, que a dificuldade em se trabalhar com documentos de períodos pretéritos deve ser solucionada com o uso de recursos que possam auxiliar na análise linguística, quando ela é possível, e, no caso de nosso estudo, esse instrumento são as gramáticas do período.

3.1.2 DOS FATORES EXTRALINGUÍSTICOS

Como dito anteriormente, a pesquisa sociolinguística não se restringe ao estudo de fenômenos internos à língua, mas também considera os fatores externos que possam

para [se] reconstruir a sociedade diamantina do período [colonial] é necessário que se leve em consideração o povoamento da região e sua evolução durante o período da Real Extração, comparando-os com os da Comarca e da Capitania, além dos dados referentes à produção de diamantes e à economia da região. O fato é que o próprio crescimento constante da população, da produção de diamantes e o dinamismo da economia local demonstravam que a Administração Diamantina não trazia nem a decadência, nem o despovoamento. Ao contrário, a população soube se reorganizar neste novo sistema, encontrando sua sobrevivência e até mesmo o próprio enriquecimento. (FURTADO, 1996, p. 44).

A autora deixa claro o forte impacto econômico e social da região para a capitania, bem como o fato de Diamantina, antigo Arraial do Tijuco, estar fortemente consolidada, a ponto de não enfraquecer o seu desenvolvimento econômico e social, mesmo com a decadência do ciclo do ouro, no fim do período colonial. Em dados analisados por Furtado (1996), a autora observou um aumento populacional de 9 mil habitantes, em 1738, para aproximadamente 60 mil habitantes, em 1776, com o início das atividades de extração de diamante. Segundo a autora,

em 1776, a Comarca apresentava uma população de cerca de 59 mil habitantes, dos quais 23% eram brancos, 26% eram pardos e 51% eram negros. Sendo a maioria esmagadora da população composta de homens de cor e mestiços, isto requeria uma vigilância constante por parte das autoridades coloniais, já que tal concentração e composição populacional só poderiam resultar em tensões, o que também ocorria no resto da capitania (FURTADO, 1996, p. 46).

Este panorama social, apresentado pela autora, nos fornece algumas pistas necessárias para a compreensão da estrutura da sociedade da época. Como observado pela autora, era de se esperar que negros e pardos, que compunham a maior parte da população, buscassem reverter sua situação socioeconômica. Nas palavras de Furtado (1996),

a sociedade diamantina seguia os mesmos contornos da Capitania, era composta de uma grande camada de escravos, seguida de homens livres e pobres, geralmente pardos e finalmente uma pequena classe dominante branca, em sua maioria portugueses, que ocupavam os principais postos administrativos. Esta sociedade, plural, heterogênea e múltipla era dificilmente dominada pelas autoridades, apesar de terem em mãos Regimento autoritário e excludente e de afastarem a população da mineração do diamante. O espaço da diversidade e do conflito esteve sempre presente e este último não se dava prioritariamente entre a população local como um todo contra a administração colonial, mas muito mais entre as classes dominantes entre si, buscando privilégios e cargos, ou entre essas e as classes dominadas - os escravos, os homens livres e pobres e os desclassificados sociais (p. 50).

Também Cunha e Godoy (2003) estudam aspectos sócio-históricos da região adamantina. De acordo com Cunha e Godoy (2003), ao norte do atual estado de Minas Gerais,

encontra-se a cidade de Diamantina, antigo Arraial do Tijuco, que pertencia ao município da Vila do Príncipe, e

esta região traz a peculiaridade da extração de diamantes e de presença marcante do Estado. Mesmo tendo em conta a existência de outras áreas diamantíferas em Minas Gerais, e são os próprios viajantes que disto nos informam, é a Região do Distrito Diamantino que, durante os séculos XVIII e XIX, trará a especificidade da mineração de diamantes como principal atividade econômica. O monopólio da extração, que perdurava desde o terceiro quartel do século XVIII, é quebrado alguns anos após a independência, abrindo a possibilidade de atuação da iniciativa privada. Contudo, os viajantes que mais atenção dedicaram a [*sic.*] região a percorreram ainda no período colonial, com a Administração Diamantina em pleno funcionamento (CUNHA; GODOY, 2003, p. 20 e 21).

Era de se esperar, portanto, que em tal região ocorresse um grande desenvolvimento econômico, fato que, segundo Coelho (2013), chamou a atenção do “naturalista francês Saint-Hilaire, quando de sua visita ao referido arraial, em 1816” (COELHO, 2013, p. 22). Saint-Hilaire estimou uma população de aproximadamente 6000 pessoas, característica que contradiz a sua denominação de *arraial*. Segundo Coelho (2013), o naturalista explica tal “descompasso entre o nível de desenvolvimento não apenas econômico, mas também cultural da região e a posição por ela ocupada na hierarquia da capitania” (p. 22-23) por “questões político-religiosas”:

Não se dá ao Tijuco outro título senão o de arraial; porém a população desse vilarejo [*village*], pois é assim que o chamam, chega a cerca de seis mil almas, e o número de suas casas, a cerca de oitocentas. Provavelmente, não se quis promover o Tijuco à sede de paróquia a fim de evitar que o clero adquirisse demasiada importância dentro do Distrito Diamantino e, quando de minha viagem, o arraial não passava de uma modesta filial da Vila do Príncipe (citado por COELHO, 2013, p. 23).

A Vila de Paracatu, por sua vez, “corresponde à porção sul da zona fisiográfica Paracatu e a pequenas áreas das zonas fisiográficas Alto Médio São Francisco e Alto São Francisco” (CUNHA; GODOY, 2003, p. 14-15). Assim como na região de Diamantina, o extrativismo era a principal atividade econômica e se verificava a “concentração significativa de atividades econômicas mais consolidadas, vinculadas inclusive a sua ocupação que remonta ao século XVIII” (CUNHA; GODOY, 2003, p. 15).

Esse fato também é apontado por Ulhôa Pimentel [20-?]. Segundo a autora, após a descoberta das minas de ouro na região de Paracatu, “não surgiu no cenário das Gerais nenhuma nova região aurífera de importância” (ULHÔA PIMENTEL, [20-?], s/p). A autora afirma que o descobrimento do ouro em Vila de Paracatu contribuiu para o desenvolvimento do Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas de Paracatu. Assim, em 1798, “o arraial foi elevado a vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de D. Maria (a

louca)” (ULHÔA PIMENTEL, [20-?], s/p). De acordo com Ulhôa Pimentel [20-?], mais tarde, com a dissipação das atividades de extração de ouro, a região experimentou a decadência do desenvolvimento econômico, voltando somente a se fortalecer com as atividades agropecuárias, no século XIX. Apesar do declínio do ouro experimentado na cidade, nota-se, assim como em Diamantina, o grande impacto econômico que as duas cidades exerciam no período setecentista.

Salles (2007) cita o modelo paternalista existente na cidade. Segundo o autor,

a formação social das zonas agropecuárias, mesmo aquelas que foram antes mineradoras, como Paracatu, que atravessou dois ciclos, é de acentuada tendência patriarcal. Imperava o paternalismo, a amizade protetora entre o patrão e o vaqueiro. Também esse espírito patriarcal perdurou até no século XX, quando funciona o paternalismo (SALLES, 2007, p. 104).

Observa-se, assim, um comportamento social diferente daquele encontrado na cidade de Diamantina. Não se verifica a disputa de classes, como pontuado por Furtado (1996), apesar de o modelo patriarcal estar presente em quase toda a sociedade dessa época.

Em paralelo, as igrejas, no Brasil Colônia, também, exerciam papel fundamental na organização social, visto que era a Igreja Católica a responsável por reger a conduta da sociedade. Nesse cenário, disseminou-se a formação de irmandades e de ordens terceiras, que, além de disseminarem a fé cristã, tinham forte papel social. Na próxima subseção, discutimos sobre o papel da Igreja Católica e sua importância para a nossa análise.

3.1.2.2 IRMANDADES MINEIRAS, LEIGAS E RELIGIOSAS, NO SÉCULO XVIII

Um tema amplamente estudado na literatura referente ao período colonial é a influência da Igreja Católica na sociedade. No setecentos, uma prática³⁴ comum era a organização da sociedade em associações religiosas – irmandades e ordens terceiras – geralmente divididas de acordo com o estrato social dos agremiados. Segundo Salles (2007), as irmandades, geralmente, eram distribuídas da seguinte forma:

Santíssimo Sacramento, N. S. da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos, Almas Santas e poucas outra, [*sic.*] eram de brancos das camadas dirigentes ou reinóis; Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, de negros escravos; N. S. das Mercês, N. S. Amparo, Arquiconfraria do Cordão, de mulatos e crioulos, ou mesmo pretos forros; São Francisco de Assis e Ordem Terceira de N. S. do Carmo

³⁴ Tal prática é um legado da colonização portuguesa.

pertenciam aos comerciantes ricos e altos dignatários; estas últimas apareceram a partir de 1745 ou 1750, o que é expressivo. (SALLES, 2007, p. 87)

Essa sistematização apresentada pelo autor deixa clara a estratificação socioeconômica presente na sociedade e ratificada nessas irmandades e ordens terceiras. O autor ressalta, ainda, que tais organizações não se restringiam à vida cristã, como também atuavam em diversos setores da sociedade. Tal estratificação, citada pelo autor, concorreu para a configuração da sociedade até o fim do século XX, algo que não foi observado nas demais localidades em que a economia se pautava na agropecuária.

Outra importância das irmandades, apontada por Salles (2007), refere-se à possibilidade de inserção do escravo no meio social. Para o autor,

acontece, ainda, que a corporação, permitindo ao escravo e ao mulato ingressarem nos seus próprios organismos, proporcionou uma forma de luta, um veículo próprio e adequado, além de legal, para a apresentação das suas reivindicações. É por isso que, quando se aprofundam os antagonismos de classe no seio da sociedade, intensificam-se os conflitos entre as irmandades. Tais atritos refletiam o que se passava na vida social da região (SALLES, 2007, p. 105).

Fica evidente, dessa forma, o importante papel dessas organizações nas minas setecentistas, principalmente para as camadas sociais mais baixas da sociedade: os agrupamentos de pessoas de mesma classe socioeconômica, que possuíam interesses em comum, favoreciam a busca por reconhecimento e por inserção social, o que demonstra o quão benéfico era para os cidadãos mineiros do Brasil Colônia associar-se a essas irmandades. Contudo, a tradição cultural africana se perdeu nesse processo, como advertido por Salles (2007):

quando a estratificação social, ocorrida naquela sociedade baseada no absolutismo português e na diferenciação interétnica, atinge seu ponto maduro, os homens de cor, com suas subdivisões principais (que são escravos, crioulos, forros e pardos), encontram nas irmandades seu veículo social adequado, seu organismo de classe. No seio dessas corporações, lutam por seus interesses, aspirações e anseios. Não possuíam, todavia, uma tradição de luta, nem mesmo ideológica. São acionados pelo instinto coletivo das próprias necessidades, reivindicam um lugar, uma forma de coexistir coletivamente, e encontram nas irmandades permitidas pelas autoridades, única forma de organização legal possível. Houve, então, intensa absorção do catolicismo, religião das classes dirigentes e do Estado, que rapidamente traga as seitas africanas, destruindo-as e, dessa maneira, impedindo que muitos dos valores estéticos da cultura africana se incorporassem às tradições e à cultura local que nascia. Parece fora de dúvida que essas corporações sufocaram, no processo da aculturação, a contribuição dos negros que tanto enriqueceu, por exemplo, as tradições baianas. Restou-nos apenas o resado que as irmandades do Rosário permitiram, fixaram e divulgaram. A Igreja e o governo permitiam certa continuidade do rito africano quando este não se conflitava com o código religioso. Em alguns casos houve uma “adaptação” dos códigos. (SALLES, 2007, p. 168, grifo do autor).

Outra característica relevante para se entender o processo de organização social e o papel das irmandades é o fato de que, com a extração de pedras e de metais preciosos, cresceu o número de comerciantes nessas regiões. Salles (2007) argumenta que, com o “processo de instalação e desenvolvimento das irmandades, a diversificação das camadas sociais, na segunda metade do século [XVIII]” (p.115), surgiram diversas associações de pardos, compondo um grupo intermediário. Também os comerciantes, provavelmente, já teriam se desenvolvido e se estratificado “como grupo definido e forte dentro do contexto” (p.115). Assim, para Salles (2007), “esse grupo passou a se constituir de pessoas que detinham parte do poder econômico da região e era grupo não ligado diretamente ao poder político” (p.115). Nesse sentido, verifica-se, segundo Salles (2007), um novo perfil da sociedade: “as corporações de pardos foram veículo de luta contra aquela classe dominante” (p.181), ao passo que surgiram ordens terceiras, revelando “a polarização da cúpula dessa classe média, constituída pelos comerciantes, funcionários, intelectuais, etc.”(p.181).

Boschi (2007) também discute o papel social das irmandades mineiras e suas impressões convergem com as de Salles (2007). Segundo o autor, “nas Minas Gerais do século XVIII, religiosidade, sociabilidades e irmandades se (con)fundem e se interpenetram” (p. 59). Para este estudioso da questão, o descobrimento de ouro nas regiões mineiras aumentou o sentimento de insegurança e de instabilidade na população, o que fez com que essa população buscasse refúgio na religião. Entretanto, a Coroa se interpôs: “opostamente ao que se observa e se constata em outras partes do império colonial português, se não em todo ele, na Minas Gerais colonial as ordens religiosas não tiveram lugar nem espaço” (BOSCHI, 2007, p. 60). Dessa maneira, a instituição da vida religiosa se deu nessa região pela atuação dos leigos. Isso explica o papel social das irmandades. Nas palavras de Boschi (2007),

essas igrejinhas logo se tornaram não apenas cenário para ofícios religiosos como também centro de vida social e local para trocas e para a prática do comércio. Ou seja, a sociedade que se foi organizando na área fê-lo em torno da religiosidade; as *urbes* foram nascendo sob o impulso da vida religiosa. Mantenedoras das capelas, cerne dos arraiais e igualmente dos altares que se construíram no interior delas, as irmandades assumiram, pois, função e papel nuclear na promoção das sociabilidades coloniais mineiras (p.61, grifo do autor).

Nota-se, assim, a emergência dessas agremiações que pudessem auxiliar a sociedade não só na promoção da fé cristã, como também na execução de atividades sociais. Boschi (2007) também registra que as ordens terceiras surgiram devido à estratificação social observada na época. O objetivo principal de tais ordens era a busca pela “perfeição da vida cristã de seus

membros” (p.62), mas a admissão de membros nestas associações, diferentemente do que ocorria nas irmandades, era determinada por fatores socioeconômicos: “integrar tais quadros significava adquirir ou reforçar o *status* social do agremiado. Ou seja, via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por ser associações compostas pelas camadas mais elevadas da sociedade da Capitania” (BOSCHI, 2007, p. 62). Isso implica que somente pessoas mais abastadas, que representavam, pois, a elite econômica da época, podiam fazer parte de ordens terceiras.

Boschi (2007) relata ainda a importância da formação de irmandades para a inserção do negro na sociedade, pois é nesses espaços que os membros poderiam se identificar e, diferentemente do que afirma Salles (2007), é nesses locais que os negros poderiam promover suas culturas e suas crenças. Para Boschi (2007),

ao fundar suas irmandades, os negros africanos não estavam a incorporar inequivocadamente padrões culturais dos brancos. Ao abrigo das suas confrarias e nos eventos públicos que estas realizavam ou de que participavam, os negros externalizavam suas tradições e costumes de origem. Por conseguinte, nem sempre foi possível a integração deles no catolicismo dominante, como hipotética também era uma efetiva redefinição da religião anteriormente praticada pelos negros, no interior das confrarias por eles instituídas (p.69-70).

O autor evidencia, assim, que as práticas da fé entre os negros não se restringia aos costumes europeus, especificamente da Igreja Católica. Como exemplo, Boschi (2007) cita os reisados e congados, que refletem a mistura de ritos católicos à tradição africana, restritos, segundo Salles (2007), às irmandades do Rosário.

Toda essa caracterização refletia o caráter autônomo das irmandades, fato que, segundo Boschi (2007), despertou a atenção da monarquia. Foram necessárias, portanto, medidas que melhor regulamentassem essas entidades. O primeiro ato foi, então, a exigência de que tais organizações possuíssem “documento fundador”, chamado de *compromisso*, no caso das irmandades, ou de *estatuto*, em se tratando de ordens terceiras. Esses documentos deveriam conter “as normas da vida associativa e os direitos e deveres dos associados” (BOSCHI, 2007, p. 73), além de serem submetidos “às autoridades civis e eclesiásticas” (p.73). Somente depois da aprovação desses documentos é que as irmandades ou as ordens terceiras teriam reconhecimento legal.

Priore e Venâncio (2010) também reforçam a importância da Igreja Católica no período colonial, especialmente na organização social: “a religião era uma forma de identidade, de inserção num grupo social – numa irmandade ou confraria, por exemplo – ou no mundo.” (p.19). Para os autores, o estabelecimento de irmandades e confrarias, na colônia,

servia não somente para propagar a fé cristã, como também era responsável por promover a vida social, por meio de ações como “fundação e manutenção de abrigos de meninos pobres, recolhimento de meninas órfãs em hospitais, denominados Santas Casas de Misericórdia. Sua finalidade específica era promover a devoção a um santo” (PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p.23). Isso, segundo os autores, era benéfico para a metrópole, pois isentava a Coroa de tais responsabilidades sociais, motivo pelo qual se proliferam tantas irmandades em Minas Gerais no período.

3.2 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ESCOLARIZAÇÃO: EM BUSCA DE UM TERMO SINCRONICAMENTE ADEQUADO

Soares (2009 [1998]) avalia a complexidade que envolve a definição de *letramento*, o que se deve, segundo ela, à heterogeneidade do termo, que engloba as habilidades de leitura e de escrita e que são, portanto, distintas. Assim, um indivíduo pode dominar as técnicas de leitura, mas não a de escrita, e vice-versa. Por este motivo, segundo a autora, “o letramento é uma variável contínua, e não discreta ou dicotômica. Portanto, é difícil especificar, de uma maneira não arbitrária, uma linha divisória que separaria o indivíduo *letrado* do indivíduo *iletrado*” (SOARES, 2009 [1998], p.71, itálicos da autora). Ademais, não se trata, unicamente, de habilidades individuais, mas sim de um “conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 2009 [1998], p.72). A autora alerta para o fato de o sistema escolar, na contemporaneidade, ser uma das principais formas de promover o letramento, apesar de não ser impossível que um indivíduo seja letrado, sem ser escolarizado. Por meio dessa acepção, entende-se a escolarização como um processo em que um indivíduo tenha frequentado uma instituição de ensino, local em que é alfabetizado, e passa pelo processo de letramento. Dessa forma, segundo Soares (2009 [1998]), *letramento* é considerado objetivo e produto da escolarização, o que restringe a amplitude do termo, uma vez que não considera outros aspectos que o envolvem. Tendo essa característica como base, há alunos de uma mesma faixa etária ou série, com diferentes níveis de letramento escolar. Para Soares (2009 [1998]),

quase sempre, nos países em desenvolvimento, em geral sociedades com divisões sociais marcantes, os padrões de letramento definidos pelas escolas variam de acordo com o *status* social e/ou econômico do aluno: os padrões são, quase sempre, consideravelmente mais altos para os alunos das classes altas. Assim, tornar-se letrado ou mesmo apenas alfabetizado numa escola de classe alta tem um significado bastante diferente de tornar-se letrado ou alfabetizado numa escola de classe

trabalhadora; de fato, os alunos das classes trabalhadoras são sub-escolarizados e sub-letrados em comparação com os alunos de classes altas (p.87-88).

Assim como Soares (2009 [1998]) defende a existência de diferenças nos níveis de letramento entre alunos de classes altas e de classes trabalhadoras, certamente ela também deve ser considerada em se tratando do escrevente do século XVIII, a partir da estratificação social desse período.

Marcuschi (2001), ao estabelecer a relação entre oralidade e letramento, alerta para a mudança no tratamento desses dois aspectos. Antes da década de 1980, como observa o autor, tem-se a errônea noção da existência de uma supremacia da escrita em detrimento da oralidade. Entretanto, a variação linguística é fruto dos diferentes “usos da língua”, “são as formas que se adequam [*sic.*] aos usos e não o inverso” (p.16). É a partir dessa noção que se pode afirmar que tanto oralidade quanto letramento refletem as práticas sociais. O enfoque do letramento voltado para a escrita fez com que ela se tornasse “indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder” (MARCUSCHI, 2001, p.17). É importante frisar, assim como adverte o autor, que não se trata de uma hierarquia entre a modalidade escrita e a modalidade oral, mas que, do ponto de vista cronológico, a oralidade faz parte da formação social do indivíduo e é anterior à escrita. Entender essa caracterização das línguas, em especial da língua portuguesa, objeto de nosso estudo, se faz necessário, a fim de estabelecermos possíveis relações entre escrita e oralidade como práticas sociais que, apesar de suas especificidades, estão interligadas.

Outro aspecto abordado pelo autor está relacionado ao fato de que as práticas de letramento sempre existiram nas sociedades que possuíam a escrita e elas não estão intimamente ligadas à escolarização. Sendo assim, tais práticas tendem a seguir o perfil da sociedade, em diferentes períodos, adequando-se às suas necessidades. Como o próprio autor afirma,

até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de *práticas de letramento*, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional. (MARCUSCHI, 2001, p.19, grifo do autor)

Desse modo, conforme argumenta Marcuschi (2001), pessoas consideradas “iletradas” (analfabetas) “não deixam de estar sob influência de estratégias de escrita e em seu desempenho linguístico, o que torna o uso do termo ‘iletrado’ muito problemático em sociedades com escrita” (p.20).

Marcuschi (2001), então, propõe as seguintes definições para *alfabetização*, *escolarização* e *letramento*: *alfabetização* é entendida como “um aprendizado mediante ensino, e compreende o domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever” (p.22). Já a *escolarização* “é uma prática formal e institucional de ensino que visa à formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola” (p.22). Por fim, *letramento* refere-se, segundo ele, a “um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, *letramentos*” (p.21, itálico do autor). Dessa maneira, o termo *letramento* não se restringe ao ambiente escolar, compreendendo as diferentes práticas sociais da escrita:

O **letramento** [...] envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances (MARCUSCHI, 2001, p.25, negrito do autor).

Esse conceito, formulado pelo autor, deixa clara a abrangência do termo *letramento*. Por esse motivo, na literatura atual referente aos processos de ensino e aprendizagem, afirma-se existir diferentes graus de letramento. Em complementação a esse conceito, Marcuschi (2001) argumenta que “letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita” (p.25). Ainda que estejamos conscientes de que tais termos não eram empregados no século dezoito, avaliamos que entender tais conceitos pode nos auxiliar a caracterizar os escreventes de nosso *corpus*, uma vez que, em muitos casos, é difícil precisar o nível de escolaridade desses indivíduos, além do que não se pode estabelecer uma relação biunívoca entre escolaridade e grau de letramento.

Na mesma linha argumentativa de Marcuschi (2001), Soares (2007 [2003]), ao tratar da aprendizagem da língua materna, afirma que é necessário distinguir o processo de aquisição da língua do processo de desenvolvimento da língua, seja oral, seja escrita, em ambos os casos. Dessa forma, segundo a autora, *alfabetização* é um “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2007 [2003], p.15). Já *letramento*, ou *alfabetismo*, designa “o estado ou condição de domínio e usos plenos da escrita, numa sociedade letrada” (SOARES, 2007 [2003], p.54), isto é, trata-se de um

desenvolvimento contínuo das habilidades de escrita e de leitura, o que implica a existência de diferentes graus de letramento.

Apesar de serem terminologias referentes ao processo de ensino e de aprendizagem na contemporaneidade, como mencionado, avaliamos que o entendimento dessas definições é essencial para caracterizarmos o escrevente de períodos pretéritos, uma vez que o texto escrito reflete as práticas sociais de outrora.

3.2.1 CIDADÃO LETRADO E NÃO-LETRADO NO SÉCULO XVIII

Rosa (1995) observou em seus dados referentes ao uso de pontuação no português, no período renascentista, que textos traduzidos do latim, direcionados para o público não-culto, apresentavam apenas o sinal *cólon* e eram adequados ao estilo deste público, diferentemente daqueles voltados para o público culto, em que havia o favorecimento do uso do *coma*. Esse aspecto nos leva a conjecturar que, assim como ocorria no período renascentista, também no período colonial brasileiro, os textos se conformavam ao estilo dos diferentes tipos de escreventes, adequando-se, assim, aos diversos tipos de letramento³⁵. Isso pode, inclusive, pautar-se na complexidade que envolve os usos dos sinais de pontuação: saber aplicar adequadamente a norma dos diversos sinais de pontuação pode indicar, segundo estamos supondo, o nível de letramento do escrevente.

Furtado (1996), em referência à caracterização da sociedade diamantina no século XVIII, afirma que parte da elite dessa região era letrada, recorrendo à fala de Saint-hilaire para justificar tal observação: “encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo vivo de se instruir” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.33, citado por FURTADO, 1996, p.54). Dos dados levantados por Furtado (1996), em 21,2% dos inventários consta a posse de livros, sendo três deles de padres; além disso, todos esses inventários eram de portugueses brancos. Essa informação nos leva a inferir que a parcela da população com maior grau de letramento na cidade de Diamantina do setecentos era composta, preferencialmente, pela elite branca e por cidadãos portugueses, além do clero.

Outra característica notada, até o século XIX, é que a pontuação, a ortografia e a tipografia, segundo Rocha (1998), poderiam ser variantes acidentais. Nesse período, a pontuação era definida após o texto estar pronto e, em muitos casos, não coincidia com as

³⁵ Reiteramos o fato de que esse termo não existia no século XVIII, mas não o consideramos anacrônico e, conseqüentemente, inadequado para caracterizar o escriba do período, dado que, tal como defendido por Marcuschi (2001), os níveis de letramento são determinados historicamente. Seria, contudo, inadequado, se estivéssemos classificando o cidadão letrado do período setecentista segundo as práticas sociais contemporâneas.

intenções de seu produtor. Outra possibilidade, de acordo ainda com a autora, era empregar-se a pontuação segundo as intenções do autor do texto e distanciando-se da norma. Dessa maneira, tais aspectos devem ser considerados ao se analisar o emprego dos sinais de pontuação no período setecentista, uma vez que o seguimento, ou não, da norma possa ter relação não só com o nível de letramento/escolaridade do escriba, como também pode representar seu estilo.

Coutinho (2004), ao criticar o período histórico classificado como *pseudoetimológico*,³⁶ argumenta que,

se o objetivo de qualquer sistema gráfico é representar as palavras, ajustando-se a elas do mesmo modo que a indumentária ao corpo, como explicar a presença de tantos símbolos inúteis, que tiram ao idioma escrito a simplicidade primitiva, dando-lhe um ar postiço de afetação? Faz-se mister, portanto, democratizar a ortografia. Já vai longe o tempo em que ela era considerada alguma coisa misteriosa, cujos segredos só competiam aos sacerdotes e iniciados. A língua escrita, como a falada, é uma propriedade coletiva. Para que todos dela possam utilizar-se, como de direito, torna-se necessário que se eliminem os óbices por meio de uma grafia racional e fácil (COUTINHO, 2004, p.76, grifo nosso).

Essa afirmação de Coutinho (2004), embora relativa à ortografia, evidencia o contraponto entre o que se preconizava como norma e a necessidade de uma língua que alcançasse todos os níveis e práticas sociais. Apoiando-nos nessa observação, inferimos que somente aquelas pessoas que tiveram acesso à escolarização tenderiam a reproduzir os arcaísmos gráficos presentes nesse período. Coutinho (2004) traz à luz, ainda, uma característica importante referente ao nosso *corpus*: afirmar que os conhecimentos da ortografia eram restritos a sacerdotes e a iniciados nos leva a crer, assim como hipotetizamos, que os representantes do clero compõem a elite cultural da sociedade setecentista, tese que se fortalece diante dos dados de Furtado (1996) acerca dos inventários. Dessa forma, membros de ordens terceiras teriam maior acesso à escolarização do que os membros de irmandades de pardos e negros, hipótese que pretendemos julgar, a partir da análise de nossos dados, no próximo capítulo.

Para Coutinho (2004), apesar da tentativa em se reproduzir a norma europeia, as mudanças que sofreu a língua, no território brasileiro, fizeram com que ela se caracterizasse como um dialeto. O autor atenta, também, para o fato de que as camadas populares não

³⁶O período *pseudoetimológico* compreende os séculos XVI a XVIII e é caracterizado pelo resgate da grafia latina. Um exemplo disso é a inclusão do caractere -g- em palavras como *digno*, *benigno*, *maligno*, que, segundo Coutinho (2004), já não apresentavam essa forma no latim vulgar, o que deixa clara a desnecessidade do emprego dessa grafia.

tinham conhecimento da norma gramatical, fazendo com que a sintaxe se distanciasse da norma do português europeu (PE).

Já Villalta (2007) defende que, apesar de se ter a ideia de que a circulação de livros e a leitura no Brasil colônia eram vistas sob uma perspectiva negativa, essa ideia precisa ser relativizada. O fato de a produção de livros passar por várias instâncias, dentre elas o Estado, não impediu que os leitores fizessem uso desse material:

[estudos mostraram que] os leitores desenvolveram múltiplas resistências, seja desrespeitando as proibições que pesavam sobre os livros, seja lendo estes últimos de uma maneira não prevista nem por autores, nem por editores, nem pelas autoridades. As pesquisas sobre a história da educação seguiram a mesma direção, deslocando o foco dos tratados pedagógicos e das diretrizes reformistas emanadas da Coroa e, com isso, centrando-se nos atores do processo-aprendizagem, em suas relações com as estruturas sociais, com as formas de estratificação então vigentes (tanto aquelas que metiam aos gêneros, às relações de produção e à riqueza como as relacionadas aos estatutos da “pureza do sangue”) e ainda com as condições materiais em que se desenvolviam as práticas pedagógicas (os ambientes, os mobiliários, os livros, os recursos didáticos, etc. da sala de aula). Focalizaram, com especial atenção, além disso, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita (VILLALTA, 2007, p.250).

Em certa medida, essa afirmação de Villalta (2007) se contrapõe ao que defende Coutinho (2004). Diferentemente do que este autor argumenta, pode não ter ocorrido um distanciamento da norma por desconhecimento, mas por uma readequação da realidade à qual o leitor/escrevente estava inserido. O que argumenta Villalta (2007) tem relação, inclusive, com os diferentes níveis de letramento, considerando-se tais “habilidades de leitura e escrita” interligadas às práticas sociais setecentistas, conforme as estamos concebendo.

Outra característica apontada por Villalta (2007) é o fato de que leitura e educação “estiveram marcadas pela intensa oralização” (p.250). Esse fator seria reflexo das altas taxas de analfabetismo no período colonial e, como consequência, “as práticas de leitura eram frequentemente orais e coletivas” (p.250). Sendo assim,

muitas pessoas tinham acesso ao saber livresco na medida em que ouviam a leitura feita por outrem, que acompanhavam e participavam de debates travados em torno dos textos, até nos ambientes escolares. Letrados e populares compartilhavam o uso dos mesmos objetos, inclusive livros, apropriando-se e construindo uma cultura coletiva. As discussões travadas em sala de aula alcançavam ruas, praças, boticas, igrejas; eram objeto de delação e se inscreviam numa teia de intrigas que remetia às tensões existentes na sociedade luso-brasileira (VILLALTA, 2007, p. 251).

Villalta (2007) afirma que, sobretudo no século XVIII, os livros não se restringiam somente às questões religiosas e profissionais; havia, também, grande interesse da população por livros “que traziam divertimento e ainda que ampliavam as perspectivas sobre o mundo

social, natural e religioso” (p.251). Dessa forma, não eram somente os homens brancos que tinham acesso a essas obras, “mulheres, escravos, ex-escravos, negros e mulatos, driblando as barreiras econômicas, sociais e culturais, também se fizeram presentes, ainda que de modo secundário” (p.251). Essa situação espelha uma boa parte da sociedade que possuía, mesmo que de forma deficiente, algum acesso à informação, inclusive como forma de o indivíduo se impor socialmente. Isso evidencia o papel preponderante das irmandades no período colonial, visto que são nesses espaços que seus membros poderiam se desenvolver, também, intelectualmente, com acesso à alfabetização. Outra questão importante que se extrai das informações de Villalta (2007) diz respeito, conforme alertara Soares (2009), ao fato de que o grau de letramento não se relaciona diretamente com a escolaridade ou com a instrução formal. Como pudemos perceber, independentemente da escolaridade, os cidadãos do século XVIII estavam inseridos em práticas sociais letradas, o que precisa ser considerado no ato da análise dos dados.

Em outro estudo, Villalta (2007) apresenta uma reflexão sobre as práticas educacionais no período setecentista. O autor expõe as duas facetas da sociedade àquela época, que, por um lado, era caracterizada pelo “escravismo e preeminência do homem” e, por outro, discriminava e limitava “as possibilidades de ascensão dos trabalhadores manuais, comerciantes de porta aberta, penitenciados pelo Santo Ofício, negros, mouros e cristão-novos” (p.255), características próprias de uma estrutura social pautada na estratificação. A educação, segundo o autor, tinha poucos investimentos governamentais, sendo restrita às séries iniciais, muitas vezes, custeada pelas câmaras municipais.

Villalta (2007) afirma, ainda, que um dos marcos da educação no século XVIII foi o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, criado em 1750, em Mariana, cuja finalidade não era somente a de aprimorar a formação dos clérigos, atendendo à Reforma católica, como também a de minimizar os custos na educação dos filhos da elite da capitania, em que hoje se encontra Minas Gerais. Não era mais necessário que esses filhos frequentassem as escolas de ensino superior do Rio de Janeiro e da Bahia ou da Europa. Segundo Villalta (2007), o bispo D. Frei José da Santíssima Trindade ressaltou a importância do seminário na formação intelectual de leigos e clérigos, na segunda metade do século XVIII. Paralelamente a isso, observava-se o acesso periférico ao ensino, pelos escravos. De acordo com Villalta (2007),

a ordem social colonial e escravista, assim, reproduzia-se, com suas contradições, no interior do Seminário de Mariana: enquanto os homens livres submetiam-se a um processo escolar formal, os escravos, cuja força de trabalho permitia aos primeiros prosseguir nos estudos, resumiam-se, em grande parte, a ter acesso à doutrina.

Homens livres e escravos, professores e alunos, porém, podiam apropriar-se inventivamente das instruções distintas que recebiam e/ou davam, tomando como ponto de partida para a negação da ordem, fosse ela política, fosse ela religiosa, fosse ela socioeconômica (VILLALTA, 2007, p.266).

A partir do que expõe Villalta (2007), percebemos o papel da igreja no processo de formação educacional do indivíduo, reforçando as divergências dos diferentes estratos sociais que compunham a sociedade do período setecentista. Fica evidente, dessa forma, os privilégios dos quais a elite social da época usufruía, como a escolarização, em detrimento da atividade laboral exercida pelas camadas sociais inferiores. Porém, não fica claro, no excerto acima, em que medida essas camadas utilizavam-se das práticas de escrita e/ou tinham acesso à escolarização.

Informações a esse respeito foram buscadas em Morais (2007), que investigou a relação entre educação e escravidão nos séculos XVIII e início do XIX. De acordo com a autora, em 1827, foi estabelecida uma lei referente à educação primária, que instituiu a inauguração de escolas primárias em todas as vilas e locais mais povoados, voltadas, principalmente, para o atendimento da população masculina. Segundo Morais (2007),

em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos são legalmente proibidos de freqüentar as escolas públicas. Essa medida pode ser considerada fruto do temor das elites quanto ao acesso à instrução por parte da população cativa, uma vez que o aprendizado das tecnologias de leitura/escrita por parte dos escravos poderia gerar uma perda de controle das “massas perigosas”. Isso não quer dizer que os escravos não freqüentassem as aulas públicas, uma vez que a fiscalização provincial era significativamente ineficaz. No Oitocentos, os próprios professores produziam seus “mapas de freqüência de alunos” e relatórios exigidos pela Presidência da Província. Além disso, o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho, livre ou forro, ou de um escravo ainda pequeno ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Os professores particulares lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres (MORAIS, 2007, p.498).

Este dado, apresentado pela autora, é de suma importância para nosso estudo, pois nos fornece informações que podem nos ajudar a traçar o perfil educacional da população negra e parda no período colonial. Mesmo sendo proibidos de frequentar legalmente a escola pública, não se pode assegurar que escravos e forros não tiveram acesso ao aprendizado das tecnologias da leitura/escrita (alfabetização, nos termos de Soares (2009)), já que não havia uma fiscalização rígida quanto a isso, além do que essa era uma forma que os membros de classes socioeconômicas mais baixas possuíam para conquistar sua autonomia.

Em sua tese de doutoramento, Mendes (2008) trata da relação entre escrita e oralidade em documentos do início do século XVIII. Ao elencar as conclusões do trabalho de

Magalhães (1994), Mendes (2008) traz à luz fatos importantes para se entenderem os processos que envolvem a prática da escrita e da leitura no Antigo Regime Português e que podem nos ajudar na caracterização do cidadão do século XVIII. Uma delas remete ao fato de que foi somente no século XVIII que houve uma “crescente preocupação com o ensino e a qualidade da escrita” (p.95). Dentre os motivos apontados pela autora para isso está a necessidade de se ter escrivães habilitados para lidar com a burocracia e com a contabilidade pública e privada. Também relativo a isso, havia uma necessidade de atender as demandas de eclesiásticos e de setores letrados. Havia, ainda, “uma grande correspondência entre estrutura profissional e o nível de alfabetização” (MENDES, 2008, p.96), em que moradores das cidades e proprietários de bens próprios eram tipicamente alfabetizados, o que, conforme já discutimos, não assegura que eram letrados. Já em relação a pequenos e a médios comerciantes esta situação era irregular, sendo que “os mestres e oficiais ourives usualmente eram alfabetizados, mas o mesmo não ocorria com os mestres de ofício” (MENDES, 2008, p.96). Por outro lado, segundo Mendes (2008), “nobres, eclesiásticos e monges, membros das profissões liberais, letrados³⁷, grandes comerciantes (negociantes) com estabelecimento e grandes proprietários de bens fundiários eram alfabetizados” (p.96). De acordo com a autora, apesar do acesso que os nobres tinham às práticas de leitura e de escrita, eles recorriam a um escrivão ou a um secretário para desempenharem tal atividade, o que nos faz pressupor que não eram letrados, nos termos que concebemos tal prática.

Já em referência a seus dados, Mendes (2008) estabelece um *continuum* de letramento, em que tabeliães e escrivães teriam um grau regular de letramento, enquanto juízes ordinários e clérigos teriam alto grau de letramento. Esse fato é relevante para a pesquisa atual, uma vez que os punhos de nosso *corpus* são compostos justamente por clérigos e por escrivães, o que, nesse *continuum*, representaria escreventes letrados, por oposição aos negros e pardos, que seriam os não-letrados.

Assim como pressupõe Morais (2007), Venancio (2012) levanta um fato que pode ser um indicativo de que os negros no período colonial, ou pelo menos parte dessa população, possuíam conhecimentos básicos de leitura e/ou escrita: a interpretação e a tentativa de implementação de uma nova legislação em 1773, “que estabelecia a ‘lei do ventre livre’” (p.154), em solo brasileiro. Segundo Venancio (2012), tal legislação regulamentava a libertação de crianças, filhas de escravos, que nascessem após a sua promulgação. Entretanto, “há indícios de conspirações visando ampliar seu alcance e sentido” (VENANCIO, 2012,

³⁷ Soares (2009) utiliza o termo *letrado* para “caracterizar a pessoa que, além de saber ler e escrever, faz uso frequente e competente da leitura e da escrita.” (p. 36) Já o termo *iletrado* é o seu antônimo.

p.154-155), o que foi observado, por exemplo, na Capitania da Paraíba. Apesar de não ter sido concretizada, de acordo com Venancio (2012), esse fato chamou a atenção das autoridades. Com isso, houve a abertura de um processo, em que foram denunciadas reuniões entre “escravos libertos e escravos da capital paraibana”, cujos “documentos resultantes da repressão revelam a leitura que os conspiradores faziam da legislação portuguesa” (VENANCIO, 2012, p.155). Ainda segundo o autor, “em 1773, durante a repressão à conspiração ocorrida na Paraíba, foram confiscados *pasquins*, que reproduziam os textos do alvará referente à liberdade dos filhos de escravas de Portugal” (VENANCIO, 2012, p.169, grifo do autor). Venancio (2012) menciona, também, que em 1802 foi enviada uma carta ao Conselho Ultramarino, “referente à capitania de Minas Gerais”, cujo teor relata “a circulação de textos escritos por “homens e pessoas de nação branca, pardos e muitos inferiores nas cores e graus”³⁸, através dos quais se mencionava rumores a propósito da libertação dos cativos” (p.169). Vê-se, dessa maneira, que também pardos e negros protagonizavam práticas de leitura e de escrita, mesmo que de maneira deficiente, quando comparados à elite socioeconômica do período, o que nos faz optar por considerá-los também cidadãos letrados, ainda que possam ter um menor grau de letramento. Contudo, Venancio (2012), ao analisar documentos pertencentes a irmandades de Mariana, alerta para o fato de que, em muitos casos, pardos e negros sabiam apenas assinar ou desenhar sua assinatura, o que não configura uma prática de leitura/escrita propriamente dita. Para o autor,

estudos relativos a outras áreas e períodos mostram a existência de cativos com algum domínio de leitura e escrita. No entanto, essas ocorrências foram excepcionais. Na verdade, antes mesmo de migrar para o Novo Mundo, os portugueses sabiam que letramento e escravidão eram incompatíveis. A experiência com cativos mouros - e depois com africanos das regiões subsaarianas - lhes havia mostrado que tal habilidade aumentava a eficácia das revoltas e dava origem, como seria de esperar, a falsificação de alforrias (VENANCIO, 2012, p.179).

Essas informações deixam clara a dificuldade em se precisar o nível de letramento de pardos e de escravos, bem como dos demais membros da sociedade mineira setecentista. Contudo, a existência de cativos que possuam “algum domínio de leitura e escrita”, bem como de outros fatores supracitados, nos leva a crer que nessa classe social havia cidadãos alfabetizados, ainda que tais habilidades fossem conquistadas de maneira não

³⁸ Carta de Francisco de Borja Garção Stockler, ao Príncipe Regente D. João, levando à sua presença o requerimento dos “homens e pessoas de nação branca, outros pardos e muitos inferiores nas cores e graus” do Brasil, principalmente da Capitania das Minas Gerais, no qual pedem as providências dos alvarás de 19/9/1761 e 16/1/1773, relacionados com a libertação dos escravos. **Arquivo Histórico Ultramarino**. AHU_CU_011, Cx. 165, D. 12369. 4 de novembro de 1802. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>> Acesso em 22 jan. 2018.

institucionalizada. Assim, apoiando-nos nas informações acerca de quem tinha ou não acesso à escolarização, consideramos que os escribas da ordem terceira, bem como aqueles das irmandades brancas passaram por um processo formal de aquisição do código escrito, enquanto os escribas das irmandades de pardos e de negros não o passaram e, se o adquiriram, foi por vias informais. Dessa forma, no tocante ao processo de aquisição da escrita, nossos escreventes foram categorizados em dois grupos: (i) escribas escolarizados e (ii) escribas não-escolarizados.

3.2.2 FILOLOGIA TEXTUAL E CARACTERIZAÇÃO DO ESCRIVENTE MINEIRO SETECENTISTA

O próximo passo, seguindo os preceitos sociolinguísticos, é caracterizar os escreventes dos documentos, contudo esta é uma das tarefas mais difíceis, ao se lidar com documentos pretéritos. Isso porque, muitas vezes, faltam informações que explicitem o perfil desse escrevente, como formação educacional, por exemplo. Sendo assim, é necessário buscar pistas que possam nos ajudar a definir esse perfil. Nesse aspecto, a filologia textual serve para nos guiar nessa busca, seja pelo resgate de informações nos próprios documentos, seja pelo traçado da escrita.

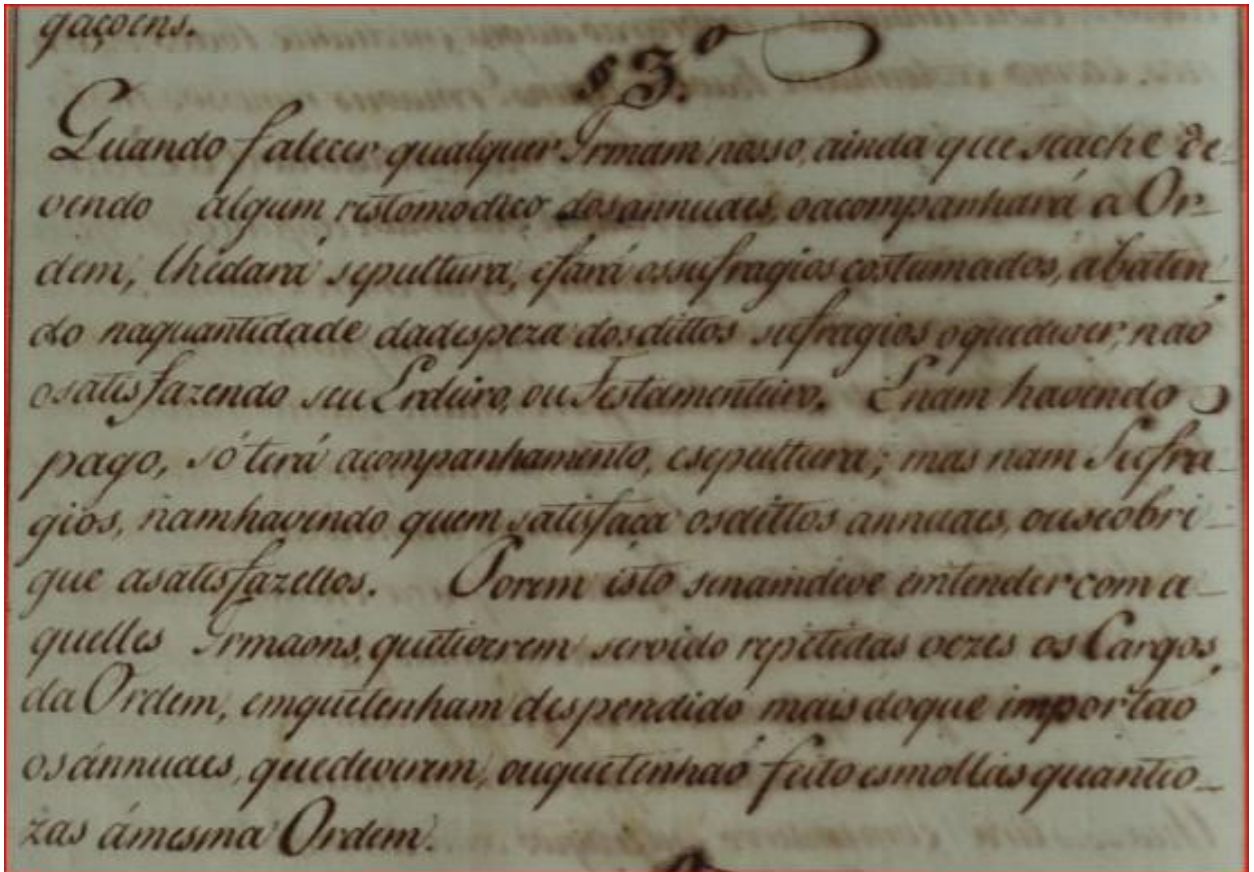
Segundo Telles (2008), a partir da *scripta* de documentos, tanto em períodos pretéritos, como em contemporâneos, é possível identificar não só “erros óbvios” como, por exemplo, autocorreções, repetições, problemas quanto às normas, em geral, mas também “variantes textuais decorrentes do desempenho do que escreve, do que é responsável pela *scripta*” (p.29). A autora constatou, baseando sua análise puramente na *scripta* de atas baianas oitocentistas, que os desvios da norma cometidos pelo escrevente podem representar a influência da fala na escrita. Assim, para tentar o maior grau possível de confiabilidade às informações sócio-históricas já apresentadas sobre as regiões analisadas, bem como os cidadãos que neles viviam, agregamos os preceitos da filologia textual, conforme passamos a detalhar.

3.2.2.1 O TRAÇADO DA LETRA

Recorremos, nesta subseção, a uma análise breve do traçado da letra de alguns excertos que compõem o nosso *corpus*, buscando inferir dados acerca da habilidade de escrita

dos escreventes de cada *grupo*. As imagens 1 a 4, abaixo, servem como subsídio em busca dessa caracterização:

Imagem 2 - Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (EOTSF): Capítulo 12, 3º parágrafo



Fonte: Duchowny; Coelho (2013, fólio 17v)

§ 3.º

Quando falecer qualquer Irmão nosso, ainda que se ache devendo algum resto modico dos annuaes, o acompanhará a Ordem, lhe dará sepultura, e fará os sufragios costumados, abatendo na quantidade da despeza dos ditos sufragios o que dever, não os satisfazendo seu Erdeiro, ou Testamenteiro. Enam havendo pago, só terá o acompanhamento, e sepultura; mas nam Sufragios, nam havendo quem satisfaza os ditos annuaes, ou se obrigue a satisfazellos. [espaço] Porem isto senam deve entender com aquelles Irmaons, que tiverem servido repetidas vezes os Cargos da Ordem, em que tenham despendido mais do que importaõ os annuaes, que deverem, ou que tenham feito esmollas quantiozas á mesma Ordem. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fólio 17v)

Imagem 3 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (CINSM): Capítulo 2

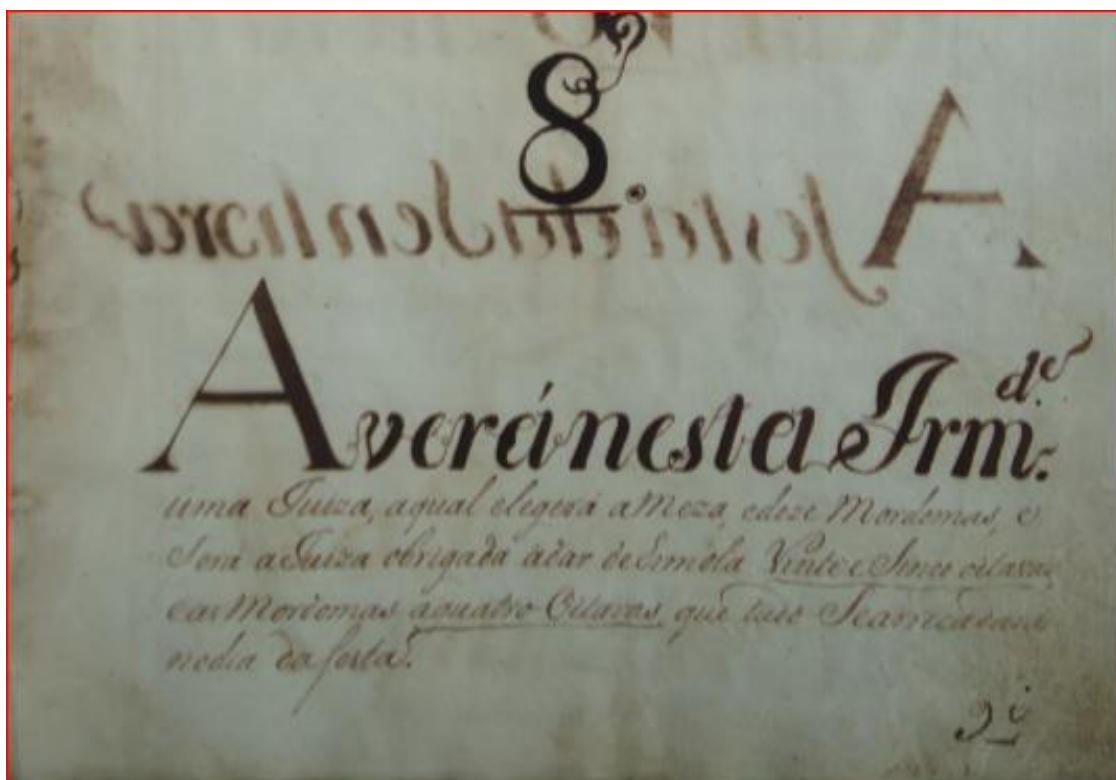


Fonte: Duchowny; Coelho (2013, fólio 11r)

Capítulo 2º

Annual-mente na vespera da festa de Nossa Senhora das Mercês sefarão as Eleiçoens dos Irmaons que devem servir, desorte que este- jáo presentes aquelles Officiaes que devem votar com muit- ta ordem, equitação, escrevendo-se fiel-mente os votos, sem que já mais se elejão officiaes, que acabarão para tornarem a servir, por ser justo, que todos, e cada hum por sua vez tomem sobre si o zelo da Irmandade, para que deste modo não sirvão só huns, e des- canssem outros sem já mais terem trabalho. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fólio 11r)

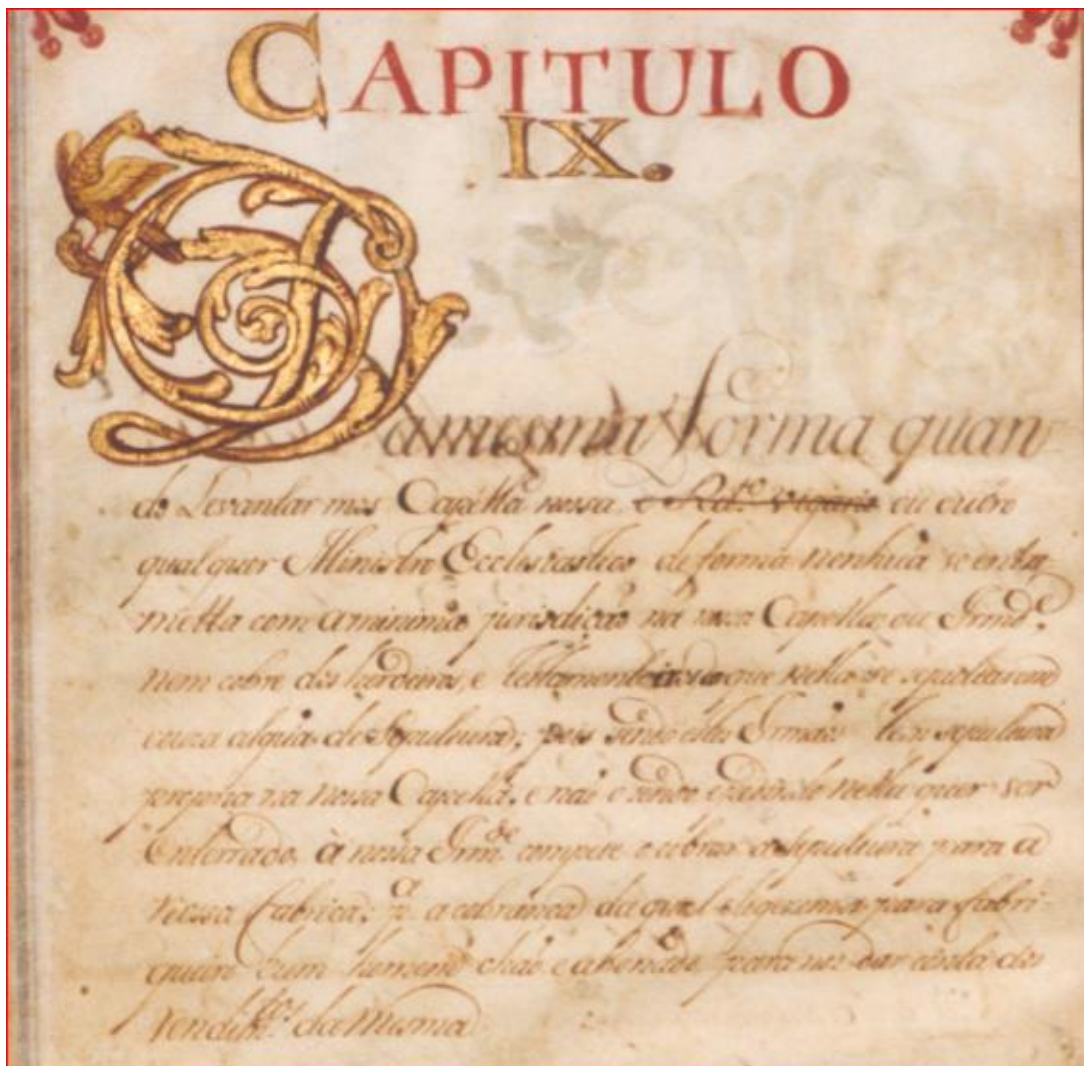
Imagem 4 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, em Diamantina
(CINSAD): Capítulo 8



Fonte: Duchowny; Coelho (2013, fólio 3r)

Averá nesta Irmandade
 úma Juiza, aqual elegerá a Meza, edoze Mordomas, e
 Será a Juiza obrigada adar de Esmola Vinte e Sinco oitavas
 e as Mordomas a quatro Oitavas, que tudo Searrecadará
 nodia da festa. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fólio 3r, grifos fac-
 similares)

Imagem 5 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, em Paracatu (CINSAP): Capítulo 9



Fonte: em fase de edição (fólio 7v)

CAPITULO
IX.

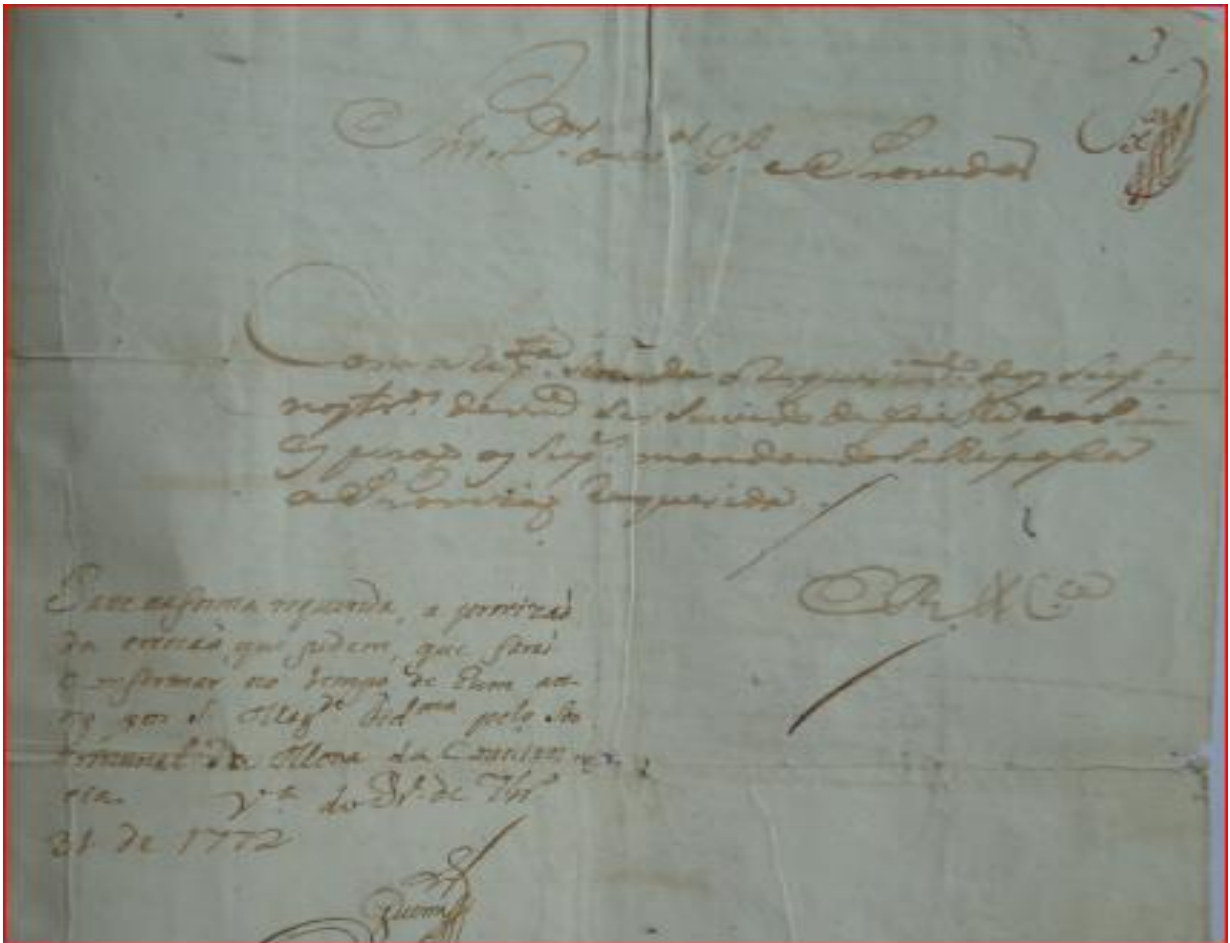
Da mesma forma quando se levantar nos Capella nossa, o ~~Re. to Vigário~~, ou outro qualquer Ministro Ecclesiastico de forma nenhuma se entremetta com a minima jurisdicção na nossa Capella; ou Irmd.e, nem sobre dos herdeiros, e testamenteiros, do que nella se sepultarem couza algũa de Sepultura, pois sendo estes Irmãos tem sepultura própria na nossa Capella, e não o sendo, e [pedido] nella quer ser enterrado à nossa Irm.de compete o cobrar a Sepultura para a nossa fabrica; p.^a a cobrança da qual elégemos para fabri= queiro hum homem chão, e abonado, para nos dar conta dos rendim.tos da mesma. (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, 1765, fólio 7v)

Um traço em comum nos excertos selecionados é que todos apresentam uma boa caligrafia, com letra bastante legível. Entretanto, é possível perceber nuances na habilidade de

escrita, que diferenciam os documentos entre si. No EOTSF (imagem 2), por exemplo, notamos uma letra mais alongada, provavelmente de um escrevente que está bastante habituado com o texto escrito. As letras possuem um traçado firme e, por parecerem mais alongadas, denotam uma possível agilidade quanto à prática da escrita. Já o oposto se observa no CINSM (imagem 3): o traçado não aparenta ser tão firme e a letra mais arredondada sugere que o escrevente dispôs de mais tempo para a escrita, quando comparado ao escrivão do EOTSF. Em um nível intermediário, encontra-se tanto o CINSAD (imagem 4), quanto o CINSAP (imagem 5): em ambos, os escrivães demonstram uma maior habilidade com a escrita, com uma letra um pouco mais alongada que a do escrivão do CINSM, porém, ao que parece, não demonstram a mesma agilidade que o escrivão do EOTSF.

É importante frisar a existência de diferentes punhos nos compromissos de irmandade, algo que, aparentemente, não ocorre no estatuto da ordem terceira. Foram identificadas distinções no traçado da letra dos paratextos existentes nos compromissos do traçado presente nos capítulos desses documentos, fato que nos auxilia na caracterização do *corpus* e dos escreventes desses documentos. As imagens 6, 7 e 8 exemplificam esse aspecto:

Imagem 6 - CINSM: Pedido/aceite de provisão de ereção da capela

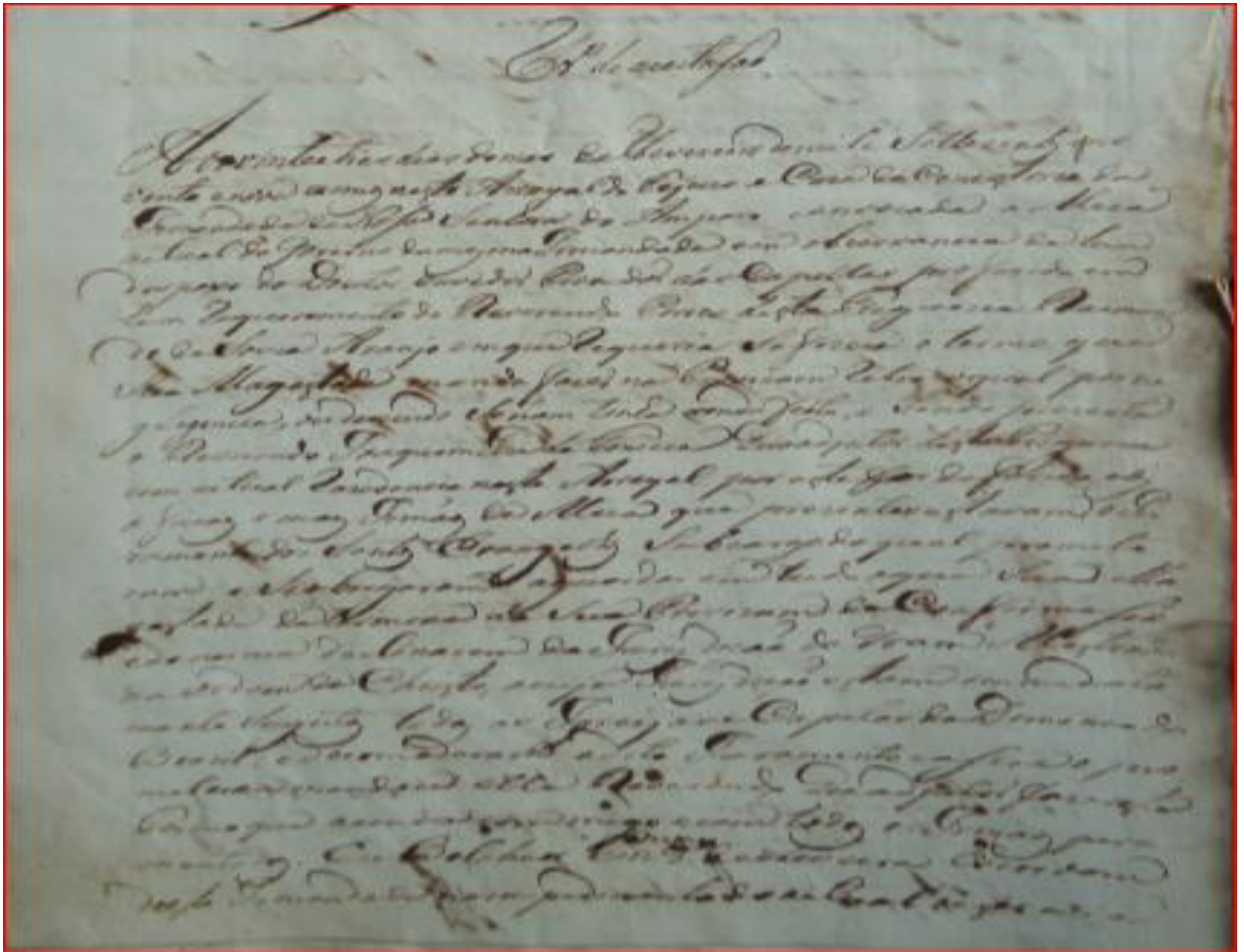


Fonte: Duchowny; Coelho (2013, fol. 8r)

Senhor Doutor [ouvidor Geral] e Provedor
Com a referida se[...], a o Requerimento dos Suplentes
nos termos devem ser servido de [inint.]
[inint.] os Suplentes mandando selhe fação
a Provisão Requerida. /
ER. XC.^{co}

Passe na forma requerida, a provisão
da ereção, que pedem, que farão
confirmar no tempo de hum an-
no por Sua Magestade Fidelíssima pelo Seo
Tribunal da Meza da Conscien-
cia.
Villa do [Príncipe] de setembro
31 de 1772.
Guerra (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fólho 8r)

Imagem 7 - CINSAD: Termo de aceitação

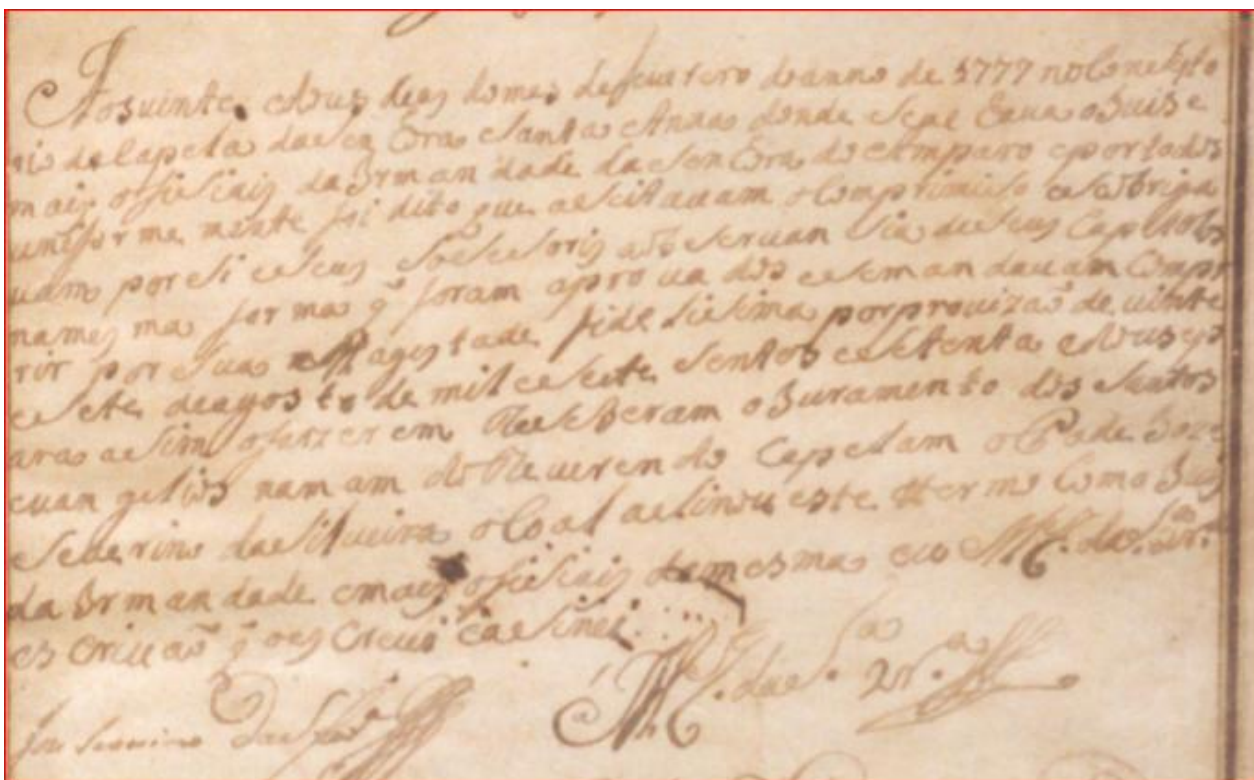


Fonte: Duchowny; Coelho (2013, fol. 10v)

Termo de aceitação

Aosvinteetres dias do mes deFevereiro demil e setecentos e cinquenta e nove annos neste Arrayal do Tejuco eCaza de Conci[s]tório da Irmandade deNossa Senhora do Amparo convocada a Meza actual do Governo damesmaIrmandade em obcervancia de hum despaxo do Doutor ouvidor Provedor dasCapellas profer[i]do em hum requerimento do Reverendo Paroco desta Freguezia Raimundo deSouza Araujo emque requeria sefizece o termo que Sua Magestade manda fazer na Provizam retro oqual por negligencia, ou descuido senam tinha ainda feito, e sendo presente o Reverendo JoaquimJoze daFonceca Quoadjutor destaFreguesia com actual residencia neste Arrayal por estefoi deferido aos officiais e m[ais] Irmãos de Meza que presentes estavam o Juramento dos Santos Evangelhos sub cargo do qual prometeram eseobri[g]aram aguardar em tudo oque Sua Magestade d[eter]mina naSua P[riv]izam daConfirmação ede nunca declinarem da Jurisdicção do Gram Mestrado da ordemdeChristo, acuja Jurisdicção estam immediatamente sugeitas todas as IgrejjaseCapelas doDominio do Brazil: [edecomadarar] odito Juramento easim o pro[meteram mandace ella Reverendo Quadjutor faserata] Termo que acendo com migo e com todos os Irmãos paramentados. Eu Belchior [Pires] [declaro] [sero] Escrivam desta Irmandade no impedimento do actual [se for aos]; e (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fólio 10v)

Imagem 8 - CINSAP: Informe de aceitação do compromisso pelos membros da irmandade



Fonte: em fase de edição (fol. 19r)

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 1777 no Consistório da Capela da Santa Anna donde se achava o Juiz e mais oficiais da Irmandade da Santa Anna do Amparo e por todos unificados e em mente foi dito que [asei] au am o Compromisso [sabriga] tiam por si seus [soel] [esoris] [aob] ser uan sia deseus [Capitulos] names ma for ma que foram ap ro ua dos sem an dau am comprir por sua Magestade fide lissima por prouizaõ de uinte e sete deagos t o de mil setenta e setenta [inint.] e para assim ofazer em reseber am o Juramen to dos santos cuan [gelios] nam am do Reuer en do Cap elam o Pade Joz Seuerino dasil ueira o Co al asinou este ter mo como Juiz da Irmandade e mais oficiais da mesma eu M. E. do S.^azr.^a es criou ão que oes creui easinei
 Jose Severino da Slv.^a [espaço] M. E. da S.^a zr.^a (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, 1765, fólho 19 r)

Na imagem 6, há dois punhos distintos: um do escrivão da irmandade e outro de Francisco de Souza Guerra e Araujo, ouvidor e provedor de capelas. Já, nas imagens 7 e 8, há somente o punho dos escrivães dessas irmandades. Em todos os casos, verifica-se uma letra mais descuidada, diferente do que se observa nos capítulos do estatuto dessas irmandades. Ainda em relação à imagem 8, apesar de a hiperssegmentação, em alguns casos, ser um estilo comum ao escriba do período colonial (cf. BARBOSA, 2012, p. 28), é possível perceber falhas na segmentação das palavras, por exemplo, nos vocábulos “unifo r me mente” e “M ages tade”, que demonstram pouca habilidade com a escrita.

Nesse sentido, é necessário nos apoiarmos em estudos afins, em busca de similaridades com os nossos *dados*. Marquilhas (1996), em estudo sobre a caligrafia empregada em documentos inquisitoriais portugueses seiscentistas, observou algumas características físico-caligráficas e dificuldade de aplicação do segmento fonológico³⁹ referentes às “mãos inábeis”. As características físico-caligráficas por ela analisadas foram as seguintes: (a) “ausência de *cursus*”, em que é verificado uma “falta de agilidade das mãos”, decorrente do pouco uso dos músculos do braço; (b) “uso de módulo grande”, isto é, o escrevente apresenta dificuldades em escrever com módulo pequeno; (c) “ausência de regramento ideal”, caracterizado pela pouca habilidade do escrevente em seguir um “pautado mental”; (d) “traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza ao conjunto”, que, segundo Marquilhas (1996), são características subjetivas e que só podem ser verificadas, quando comparadas à escrita de mãos hábeis; (e) “irregularidade da empaginação”, ou seja, não há proporção entre as margens; e (f) “letras monolíticas”, caracterizadas pela pouca diferenciação dos sinais em contexto inicial, medial e final. Um exemplo desta última característica, segundo Marquilhas (1996), seria o impedimento da utilização de -s- com forma arredondada em contexto inicial e presença de uma forma mais alongada nos contextos medial e final.

Dentre as características apontadas pela autora, aquelas que são verificadas para se distinguir os escreventes de mãos inábeis⁴⁰, principalmente em se tratando do EINSM, do escrevente de mãos hábeis seria ausência de *cursus* e, conseqüentemente, traçado inseguro, uso de módulo grande e letras monolíticas. Como dito anteriormente, notamos uma grafia mais alongada no EOTSF, o que nos sugere uma maior habilidade do escrevente desse documento, em detrimento daqueles dos demais documentos. Também o uso de maiúsculas e de minúsculas mostra-se eficaz na distinção de nossos escreventes: no EOTSF, o escrevente demonstra ter conhecimento quanto ao emprego desses sinais, o que não foi observado nos documentos CINSM, CINSAD e CINSAP. Já as características referentes à proporção de margens e pautas pouco nos auxiliam nessa diferenciação, uma vez que isso não foi observado em nosso *corpus*. Pelo contrário, percebemos certo zelo quanto à disposição do texto no espaço gráfico dos fólhos. Por este motivo, Marquilhas (1996) adverte que tais características,

³⁹ Para a pesquisa atual, nos restringimos somente às características físico-caligráficas, visto que realizar uma análise, conforme a apresentada pela autora, se distanciaria da nossa proposta de análise.

⁴⁰ Segundo Marquilhas (1996), as *mãos inábeis*, diferentemente das *mãos hábeis*, apresentam um conjunto de características que revelam uma inabilidade com a escrita, decorrente do fato de estarem “estacionadas” em sua fase inicial. Para Barbosa (2012), ainda, ela pode ocorrer em diferentes graus. É possível que exista uma correlação entre esses graus de inabilidade com a escrita com os graus de letramento do escrevente. Assim, quanto maior a inabilidade com a escrita, menor será o grau de letramento.

por vezes, não são cumulativas e equilibradas, assim como pode ser observado em nossos documentos.

Morais (2007), ao analisar os testamentos deixados por escravos forros, divide os grupos de acordo com seus níveis de letramento, que podem ser observados a partir do traçado da letra. O nível 1 é formado por indivíduos que “não assinam, mas fazem siglas ou sinais” (p. 502). Nesses casos, observou-se o uso de uma cruz pelo testamenteiro. No nível 2, a autora verificou que as

assinaturas são abreviadas, imperfeitas, rudimentares, havendo em todos os casos a necessidade de procurar em outras partes do documento o nome completo dos testamenteiros, uma vez que não se consegue decifrar o que foi escrito. As letras são postas no papel de modo inseguro, trêmulo, desorganizado, não conseguindo os assinantes seguir uma linha reta. Os traços mostram-se como de “mão guiada” (MORAIS, 2007, p.502).

A autora nos mostra, a partir de sua análise, que é possível caracterizar o perfil do escrevente de manuscritos antigos, conforme suas habilidades com a escrita. Isso também pode ser observado em nosso *corpus*, assim como descrito acima, cujas características, como o traçado mais firme ou o formato da letra, podem indicar em que medida o escrevente domina as habilidades caligráficas.

Já Barbosa (2017) complementa as caracterizações apresentadas por Marquilhas (1996), discutindo aspectos da dimensão da escriptualidade, que seriam os grafismos, como também de outras sete dimensões, a saber: (1) “aquisição do nível fonológico da escrita” (p. 24), que se refere a uma aproximação do aspecto fonológico e distanciamento do aspecto gráfico das palavras; (2) epifenômeno, dimensão que se refere à pontuação empregada pelo escrevente; (3) lexical, dimensão referente tanto à “repetição de vocábulos na mesma sentença ou em sentenças subsequentes” (p.25), quanto à “dificuldade de riqueza na variação e precisão do léxico” (p.25); (4) reprodução de “aspectos sintáticos complexos em imitação a estruturas não vernáculas” (p.25); (5) reprodução de “tendências e modelos discursivos em fórmulas” (p. 26); (6) habilidade motora; e (7) segmentação gráfica não somente em termos de hipersegmentação, mas também de hipossegmentação⁴¹. Tendo em vista tais dimensões, aquelas que se aplicam ao nosso estudo, assim como propomos, seriam a habilidade motora, que engloba as características físico-caligráfico, já discutidas anteriormente, quando nos referimos à Marquilhas (1996), e hiper/hipossegmentação, ou seja, o respeito ao espaçamento

⁴¹ Assim como critério adotado em relação às características elencadas por Marquilhas (1996), optamos por considerar, na pesquisa atual, somente os aspectos caligráficos (habilidade motora e hiper/hipossegmentação). Dado que o objeto de nossa pesquisa são os sinais de pontuação, as observações feitas pelo autor, quanto a essa dimensão, serão discutidas de forma mais aprofundada no próximo capítulo, destinado à análise dos dados.

em branco que delimita as palavras. Para a averiguação de ambas as características, Barbosa (2017) argumenta que são facilmente percebidas nos documentos por qualquer leitor, desde que se tenha acesso aos fac-símiles. No caso da hiper/hipossegmentação, o autor afirma que

somente pela observação da imagem do original o usuário de *corpus* pode discernir entre os espaços sistemáticos e comuns, por exemplo, da escrita colonial de qualquer redator e os espaços deixados pela dificuldade motora de a mão inábil, desacostumada em escrever (BARBOSA, 2017, p.28).

Tal caracterização não se aplica aos excertos selecionados, pois, ao que parece, trata-se de um estilo de escrita aplicável a documentos desses gêneros textuais, assim como alerta Barbosa (2017). Contudo, segundo o autor, é possível que o escrevente possa ser hábil em uma dimensão e inábil em outras. Dessa maneira, “o cruzamento desses planos pode permitir a oposição entre subgrupos de inábeis, desde um hipotético grau máximo de inabilidade até um grau mínimo” (BARBOSA, 2017, p.28). Entender esse argumento é indispensável para nossa pesquisa, uma vez que os diferentes graus de inabilidade podem ter relação com os diferentes níveis de letramento, auxiliando-nos na caracterização dos escreventes de nosso *corpus*. Partindo desse pressuposto, podemos inferir que o escrevente do EOTSF possui maior nível de letramento, visto que as características físico-gráficas pouco se aplicam, enquanto o CINSM parece ser o que mais se aplica tais caracterizações. Porém, somente um estudo detido dessas caracterizações pode corroborar tal hipótese. A análise da pontuação (dimensão do epifenômeno, nos termos de Barbosa (2017)) poderá suscitar melhores resultados e, assim, atestar, ou não, nossa hipótese.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS* E CRITÉRIOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Como já explicitado, o objetivo central de nossa pesquisa é averiguar se é possível definir o estrato social ao qual pertence o escrevente e, conseqüentemente, determinar se passou ou não por um processo formal de alfabetização, a partir do modo como emprega os sinais de pontuação, segundo os parâmetros da norma setecentista. Dessa forma, escreventes de classes sociais mais altas tenderiam, segundo nossa hipótese, a reproduzir a norma, enquanto escreventes de classes sociais mais baixas se distanciariam dela. Como *corpus*, selecionamos quatro documentos das Minas setecentistas, escritos em duas regiões distintas do estado, mas que possuem como principal atividade econômica no período o extrativismo. Tais documentos são um estatuto de ordem terceira e três livros de compromisso de irmandade, conforme caracterizado no quadro abaixo:

Quadro 11 - Composição do *corpus*

Documento	Sigla	Ano	Cidade	Etnia	Nº de palavras ⁴²
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo	CINSAP	1765	Paracatu	Pardos	4612
Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco	EOTSF	1778	Diamantina	Branco	15681
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês	CINSM	1781	Diamantina	Negros	5815
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo ⁴³	CINSAD	1782	Diamantina	Pardos	5273

Fonte: Autoria própria.

O EOTSF, o CINSM e o CINSAD foram editados pelas professoras doutoras Aléxia Teles Duchowny e Sueli Maria Coelho (2013). Já o CINSAP foi editado por mim e, visto a necessidade de se fazer uma edição conservadora, com o menor grau de intervenção possível, bem como a necessidade de se manter o mesmo padrão adotado nos demais documentos do *corpus*, optei pela edição semidiplomática. Nosso *corpus* pode ser, inicialmente, dividido em dois blocos: (i) um representativo da elite econômica e intelectual do período, composto pelo Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco; (ii) e outro representativo das classes sociais não elitizadas, compostos pelos compromissos de irmandades. Além dessa estratificação, o *corpus* nos permite ainda controlar as seguintes variáveis sociais independentes: (i) cor do escriba (brancos, no primeiro grupo; pardos e negros, no segundo), (ii) escolaridade (escolarizados *versus* não-escolarizados) e (iii) espaço geográfico (Diamantina e Paracatu).

3.3.1 CONTEÚDO INFORMACIONAL DO *CORPUS*

⁴² Para a contagem de palavras, utilizamos o aplicativo *antconc*.

⁴³ Apesar de no texto de apresentação do documento constar o termo “estatuto”, nos paratextos, ao fim do documento, aparece o termo “compromisso”, nomenclatura aplicada usualmente para irmandades leigas.

A busca por informações nos próprios documentos também se faz importante. No EOTSF, por exemplo, consta a informação de que o escrevente é o Frei José de Jezus Maria Reys. Nesse período, os membros da igreja (padres, frei, freiras, etc.) possuíam maior nível de escolaridade, por frequentarem instituições de ensino. Como citado por Boschi (2007) e por Salles (2007), os membros das ordens terceiras, no período colonial, compunham a elite cultural da época. Também Mendes (2008) constatou alto nível de letramento entre os membros da Igreja Católica. Dadas essas informações, inferimos que o escrevente do EOTSF seja uma pessoa pertencente à elite econômica e cultural da sociedade mineira setecentista, letrada e com acesso à escolarização. Diferentemente do que ocorre nas irmandades, os membros da ordem terceira obrigatoriamente deveriam seguir a fé cristã, isto é, trata-se de uma organização formada por religiosos, característica verificada ao longo dos capítulos desse documento.

Outra característica que deve ser considerada na caracterização do escrevente da ordem terceira, pelo menos no estatuto utilizado em nosso *corpus*, refere-se à “pureza do sangue”. Logo no primeiro capítulo, apesar de não estar clara qual a etnia dos membros dessa ordem religiosa, há informações que restringem a presença de pessoas não-brancas, como pode ser visto no excerto abaixo:

Capítulo 1.º

Das pessoas que aõde ser ademetidas aesta Ordem, eforma emque o devem ser. Porque dapureza dosã-gue, edoscostummes depende emprimmeiro lugar, aestabilidade eesplendor desta SantaOrdem: determinamos quetoda apessoa quenella ouver deemtrar, concidere primmeiro emsi sese-acha emformado, erevestido destas qualidades, eparecendolhe que sim, fará Petiçam quedará ameza, aqual sendo ahirecebida, e-proposta, sedentro della, ouverem tres Irmaons desconhecida verdade, eprudencia, quepossam afirmar dasqualidades dopertendente, seram aisso ademettidos, ajustandose unanimamente naditta em-formaçam, conforme aella sevottará sobre apettiçam, naqual se-escreverá amesma imformaçam pelloIrmamSecretario, asignada porelle, epellos imformadores. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fólio 5r, grifo meu)

A esse respeito, Mattos (2004 [1999]) relata que o estatuto da pureza do sangue limitava o “acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos aos chamados cristãos velhos (famílias que seriam católicas há pelo menos quatro gerações)” (p. 14), a princípio restrito a descendentes mouros e judeus, com as Ordenações Afonsinas (1446-1447). As Ordenações Manuelinas (1514-1521) restringiam este acesso também aos descendentes de indígenas e de ciganos. Já as Ordenações Filipinas (1603) incluíam os negros e os mulatos em

tal restrição, perdurando, no Brasil, até a Constituição de 1824, cujo documento “definiu os direitos inerentes à cidadania brasileira” (p. 14). Segundo a autora,

o estatuto da pureza do sangue, apesar de sua base religiosa, construía uma estigmatização baseada na descendência, de caráter proto-racial – que, entretanto, era usada não para justificar a escravidão, mas antes para garantir os privilégios e a honra da nobreza, formada por cristãos velhos, no mundo dos homens livres. (MATTOS, 2004 [1999], p. 14-15)

A autora adverte que somente a etnia não determinava a escravização de negros e de índios. Assim, só ateus e bárbaros seriam escravizados. Uma vez escravizados, aqueles que se convertiam à fé católica e eram obedientes ao Império e a seus senhores, poderiam ser alforriados e “seus descendentes seriam súditos livres de Sua Majestade e também por ela protegidos em seus direitos, porém a eles estaria vedado o acesso aos altos cargos eclesiásticos, bem como às honrarias reservadas aos cristãos velhos” (p. 16).

Também acerca do estatuto da pureza, Souza (2008) argumenta que “os estatutos de pureza do sangue podem ser considerados como a expressão legal do racismo do Estado e da Igreja na sociedade portuguesa e, por extensão, na América Portuguesa” (p. 94). Referenciando Boxer (1981), Souza (2008) cita ser necessário ter sangue imaculado em depoimentos e como testemunhas em processos. Dessa forma,

a pureza de sangue do candidato tinha de ser provada através dum inquérito judicial, no qual sete ou oito cristãos-velhos prestavam um juramento de conhecimento pessoal testemunhando que pais e avós de ambos os lados estavam isentos de quaisquer manchas raciais ou religiosas [...] era sempre mais fácil obter uma dispensa se o candidato tivesse qualquer antepassado remoto ameríndio ou protestante europeu de raça branca do que se lhe corresse nas veias algum sangue judeu ou negro. Todas as ordens religiosas que se haviam fixado no Brasil mantiveram uma discriminação racial contra a admissão de mulatos. (BOXER, 1981, p. 252 citado por SOUZA, 2008, p. 95, grifo meu)

Fica evidente, assim, que também a Ordem Terceira de São Francisco seguia tais postulados sociais, ao deixar clara, em seu capítulo inicial, a necessidade de comprovação da pureza de sangue daqueles que almejavam entrar para essa ordem religiosa.

Por outro lado, no CINSM, no CINSAD e no CINSAP é liberada a entrada de qualquer pessoa, porém há ressalvas. No CINSM, está clara a informação de que se trata de uma irmandade de crioulos e que o juiz e o escrivão devem, obrigatoriamente, ser crioulos, contudo, o tesoureiro deve ser homem branco, conforme pode ser visto no excerto abaixo:

Primeiramente se devead-
virtir que para obom governo de qual quer Irmandade
deve haver huma total obediencia aosmayores, e para
esta haver deve tambem eleger-se nesta Irmandade Ju-
iz, Tizoureiro, Procuradores, e todos os mais officios, que se-
jão percizos para aumento dadita Irmandade, e mayor zelo

e honra de Deos, e melhor governo edispozição da mesma Irmandade, elegendo-se todos os annos hum Juiz, e hum Escrivão amboz Crioulos, eoTezoureiro homembranco, e abonado, havendo mais dois Procuradores, e hum Zelador, e tambem duas Juizas, eduas Procuradoras, Como doze Mordomos, e outras tantas Mordomas. (DUCHOWNY;COELHO, 2013, fól. 10v, grifo nosso)

No CINSAD, não há, de maneira clara, informação que indique a etnia à qual pertencem os irmãos, porém, assim como assinala Salles (2007), geralmente, as Irmandades de Nossa Senhora do Amparo são compostas por pardos. É interessante observar que, no documento referente a essa irmandade, o escrivão tenha optado pelo termo *estatuto* - “Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo do Arraial de Santo Antonio de Tejuco” (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fol. 1r) - não só no texto de introdução, bem como ao longo dos capítulos, o que não é comum, já que, como apresentado, *estatutos* são documentos próprios de ordens terceiras. Já no CINSAP é bem clara a informação, em texto introdutório, que se trata de uma irmandade formada por pardos livres. Contudo, em seu capítulo quarto consta a informação de que qualquer pessoa que quiser fazer parte da irmandade poderá ser admitida, desde que seja livre:

Toda a pessoa Liberta brancos, ebrancas, pardos, epardas, pretos, epretas, que quiserem entrar nesta nossa Irmandade, o Escrivão della com approvação do Juiz da mesma lhe lavrará termos de entrada (CINSAP, em edição, fol. 5r, grifo nosso).

Tendo como base as informações contidas neste capítulo, bem como aquelas obtidas em fontes históricas, entendemos que o escrevente da ordem terceira é um cidadão branco, letrado, com alto grau de letramento e de mão hábil. Já no caso dos compromissos de N. Sra. do Amparo, tanto de Paracatu quanto de Diamantina, pressupomos que se trata de escreventes pardos, livres, letrados, porém com menor grau de letramento que o escrevente da ordem terceira e de mão inábil. Por último, no compromisso de N. Sra. das Mercês, sabemos que o escrevente é crioulo, conforme consta no capítulo primeiro do documento, e assim como nos CINSAD e CINSAP, é letrado, com menor grau de letramento e de mão inábil.

Ter conhecimento dessas informações é necessário para que possamos fazer inferências sobre o perfil das pessoas que compunham estas organizações sociais e, dessa forma, ter pistas que, junto com a análise dos dados, servirão para configurar o escrevente desse período. O próximo passo de nossa pesquisa foi a coleta dos dados. Foi necessário,

antes dessa etapa, recorrer a gramáticas do período setecentista⁴⁴, bem como a de séculos anterior e posteriores, para assim estabelecermos a norma do período e definir qual seria, então, a variante padrão. Todos os usos que não se enquadraram na norma estabelecida foram considerados variantes não-padrão, configurando uma norma paralela à norma padrão. Foi possível definir, inclusive, a tendência seguida pelos autores consultados e, a partir disso, averiguar qual a tendência utilizada pelo escrevente, especulando se ele teve ou não acesso à escolarização.

Todos os dados referentes aos sinais de pontuação - somente aqueles usados no nível da frase - foram coletados. Essa coleta foi realizada manualmente, sem recorrermos a qualquer programa computacional, pois, assim, poderíamos analisar a ocorrência dos diferentes tipos de sinais de pontuação dentro de seu contexto de uso. Esses dados foram tabulados segundo uma regra de três simples. É importante registrar que se trata de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, pois foi necessário avaliar as intenções dos escreventes quanto ao contexto de uso dos sinais de pontuação e quantificá-los em padrão e em não-padrão. Os resultados obtidos em nossa pesquisa estão apresentados no próximo capítulo.

⁴⁴ As gramáticas e os manuais consultados foram de Argote (1725), Feyjo (1734), Verney (1746), Barbosa (1822), Constancio (1831), Moura (1850), Silva (1890) e Ribeiro (1950).

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Após termos feito um apanhado de informações relevantes para a pesquisa, seja dos conceitos referentes aos usos normativos dos sinais de pontuação no período setecentista (capítulo 2), seja de caracterização do *corpus* e dos escreventes (capítulo 3), passamos, agora, para a apresentação dos dados e a discussão dos resultados, embasando-nos nessas informações.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Antes de discutirmos sobre os resultados obtidos, julgamos necessário retomar o objetivo central da presente pesquisa à luz do qual os dados serão analisados: averiguar se é possível diferenciar um cidadão letrado de um cidadão não letrado, a partir do emprego dos sinais de pontuação. Com base nisso, acreditamos que o escrevente do EOTSF, por ser um representante da elite cultural mineira setecentista, tenderia a reproduzir a norma padrão da época ao utilizar os sinais de pontuação, enquanto os escreventes das demais agremiações, constituídas pelas classes socioeconômicas mais baixas, se distanciariam dessa norma. A fim de avaliarmos a adequação de nossa hipótese, coletamos as ocorrências referentes ao uso desses sinais. Os tipos de sinais encontrados nos documentos estudados estão indicados no quadro 12 abaixo:

Quadro 12 – Tipologia dos sinais de pontuação encontrados em documentos mineiros setecentistas

Documentos	EOTSF	CINSM	CINSAD	CINSAP
Sinais de Pontuação				
Vírgula	x	x	x	x

Ponto-final	x	x	x	x
Ponto-e-vírgula	x	x	x	x
Dois-pontos	x	x	x	x
Hífen	x	x	x	x
Duplo travessão	x	x	x	x
Travessão	x			
Parágrafo	x			
Barra	x			

Fonte: Autoria própria

Como pode ser visto no quadro acima, o EOTSF foi o documento que apresentou mais variabilidade de tipos de sinais de pontuação. Além dos sinais comuns aos demais documentos – vírgula, ponto-final, ponto-e-vírgula, dois-pontos, hífen, duplo travessão –, há três sinais que não aparecem nos outros documentos: travessão, parágrafo e barra. Inicialmente, isso pode ser um indicativo de que o escrevente de tal documento tinha um maior domínio da norma, provavelmente por meio da escolarização. Os sinais de pontuação comuns a todos os documentos podem ter um uso mais consolidado, o que não quer dizer que o seu uso reflita a norma. Nas próximas subseções, discutiremos, mais detalhadamente, o que essas ocorrências representam em cada um dos documentos, a partir da quantificação desses dados em *padrão*, *norma facultativa*⁴⁵ e *não-padrão*.

4.1.1 ESTATUTO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO (DIAMANTINA)

É sabido que a Ordem Terceira de São Francisco é representada por pessoas da elite cultural do século XVIII (cf. capítulo 3). Dessa forma, esperávamos que essa organização religiosa reproduzisse, com maior fidelidade, a norma setecentista. A tabela 1, abaixo,

⁴⁵ *Norma facultativa* são os casos em que o uso, ou não, dos sinais de pontuação é opcional. Para fins de análise, consideramos essas ocorrências como seguimento à norma padrão da época.

apresenta a quantificação das ocorrências categorizadas segundo o padrão do período e nos auxiliará no julgamento de nossa hipótese:

Tabela 1 - Ocorrências dos sinais de pontuação (EOTSF)

Sinais de pontuação	Padrão	Facultativa	Não-padrão	Total de ocorrências
Vírgula	1760 (47,39%)	178 (4,79%)	669 (18,01%)	2607 (70,19%)
Hífen	29 (0,78%)	-	437 (11,77%)	466 (12,55%)
Ponto-final	156 (4,2%)	-	92 (2,48%)	248 (6,68%)
Parágrafo	129 (3,47%)	-	4 (0,11%)	133 (3,58%)
Duplo travessão	61 (1,64%)	-	49 (1,32%)	110 (2,97%)
Ponto-e-vírgula	58 (1,56%)	-	44 (1,18%)	102 (2,74%)
Dois-pontos	21 (0,57%)	-	15 (0,4%)	36 (0,97%)
Barra	-	-	9 (0,24%)	9 (0,24%)
Travessão	-	-	3 (0,08%)	3 (0,08%)
Total de ocorrências	2214 (59,61%)	178 (4,79%)	1322 (35,6%)	3714 (100%)

Fonte: Autoria própria

De um modo geral, há um número elevado de ocorrências *padrão* e *facultativa*, totalizando um total de 2392 ocorrências (64,4%). Numa macro-análise, esse dado corrobora nossa hipótese de que o escrevente do EOTSF detinha conhecimento da norma, visto que a porcentagem de usos que se distancia dela é de apenas 35,6%.

Voltando as lentes de análise para os tipos de sinais de pontuação empregados, verificamos uma maior ocorrência de *vírgulas* (2607), o que representa 70,19% dos dados. A maior incidência de uso desse sinal, assim como o do *ponto-final* – 248 ocorrências (6,68%) – pode ser explicada historicamente, visto que ambos são os mais antigos, assim como

preconizam Acioli (1994) e Rosa (1995). Também o sinal de *parágrafo* destaca-se pela quantidade bastante superior de ocorrências padrão – 129 (3,47%) – em relação à não-padrão – 4 (0,11%). Essas ocorrências, ilustradas no excerto (9), são também, segundo nossa análise, um indicativo de que o escrevente do EOTSF conhecia, de fato, a norma do período, sobretudo quando comparado aos demais documentos analisados, conforme se demonstrará posteriormente:

(9)

§5.º

<Entrada> Toda apessoa queemtrar nesta Ordem, tendo deIdade athé quarenta annos dará deemtrada 3[1]/2 Oitavas deouro, ehuma [l]i[b]ra de Cera, edahipara simma ficará assuaemtrada, ao Arbitrio da-Meza, comtantoporemque oarbitrio seja sempre regullado pelas regras darazam, edacaridade, esó sepoderá estender ao racionavel lemitte, emque seevite oprejuizo da Ordem.

§ 6.º

<Remição> Todo oentrante que voluntariamente quizer remirse dosannuaes, emais emcargos daordem, selhedará aremissam, aqual se fará respectivamente aqualidade, eposses dapessoa quese remir. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 6r)

No exemplo (9), acima, podemos verificar o contexto em que o parágrafo ocorria. Feyjo (1734) afirma que o uso desse sinal era muito comum em apostilas de teologia, para se dividir os tratados, e Verney (1746) diz que este sinal é usado para se organizar o discurso. Ambos os empregos ocorrem no excerto acima, visto que não apenas estabelecem os tratados do capítulo em que se encontram, como também servem para melhor organizar as informações dos capítulos do documento, como um todo.

Já os sinais *duplo travessão*, *ponto-e-vírgula* e *dois-pontos* obtiveram percentuais de frequência bastante próximos, comparando-se os usos padrão e não-padrão: 61 (1,64%), 58 (1,56%) e 21 (0,57%), contra 49 (1,32%), 44 (1,18%) e 15 (0,4%), respectivamente. Apesar de serem percentuais bastante próximos, a frequência padrão é superior à não-padrão, o que, por hora, corrobora nossa hipótese inicial de que o escrevente dessa agremiação possuía conhecimento da norma.

Por outro lado, o percentual de violação da norma é superior em se tratando do emprego do *hífen*, do *travessão* e da *barra*. O que nos mais chama a atenção é o *hífen*: apesar de ser o único dos três sinais empregado segundo a norma, as ocorrências não-padrão superam, em valor bastante elevado, as ocorrências padrão. É interessante observar, contudo, que dentre as 437 ocorrências, 423 são de uso do hífen no lugar do duplo travessão, o que nos leva a uma hipótese: o escrevente, consciente de que é desnecessário o uso de duplo travessão, optou pelo hífen, o que pode ser um indício de desuso desse sinal e o princípio de uma

mudança de cima para baixo, nos termos de Labov (2008 [1972]). No exemplo (10), abaixo, podemos verificar tal uso:

(10)

<Entrada> Toda apessoa queemtrar nesta Ordem, tendo deIdade athé quarenta annos dará deemtrada 3[*I*]/2 Oitavas deouro, ehuma [*I*]*i*[*b*]*ra* deCera, edahipara simma ficará assuaemtrada, ao Arbitrio **da-** Meza, comtanto porem que oarvitrio seja sempre regullado **pe-** las regras darazam, edacaridade, esó sepoderá estender ao **racio-** navel lemitte, emque seevite oprejuizo da Ordem. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 6r)

A primeira ocorrência de hífen (linha 3) é considerada padrão, pois, de acordo com Verney (1746), esse sinal é utilizado para diferenciar a preposição *da* do verbo *dá*. As outras duas ocorrências (linhas 4 e 5) são equivocadas. Para o referido autor, o hífen somente deve ser utilizado, quando a palavra já possuir hífen, sendo obrigatório, nesses casos, o uso do duplo travessão.

O sinal *barra*, por sua vez, não está previsto em nenhuma das gramáticas consultadas, o que nos fez considerar seu uso como não-padrão, obedecendo aos critérios estabelecidos para a nossa análise. Observamos, contudo, que sua função aproxima-se daquela atribuída aos *parênteses*, como pode ser visto no exemplo (11):

(11)

[...] etornando aacharce o mesmo numero defavas **pretas**, / **porque** serálicitto aoIrmam quesouber dealgum empedimento, lançar no Vazo, **asquelhepareçer** / **ficará** suspenso o despacho, (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 5v)

Neste caso, fica claro que há uma inserção de oração no interior da principal, a fim de explicá-la, demarcado pelas barras. Trata-se de uma explicação da informação anterior. Isso nos leva a crer que, àquela época, este sinal seria inovador na língua. Quanto ao travessão, em uma das ocorrências, este sinal aparece no lugar do duplo travessão, ao final da linha, e as outras duas ocorrências referem-se à sua ausência. Os exemplos (12) e (13) ilustram esses dois casos:

(12)

[...] e disto sefarátermo paraconstar **a** - todo otempo. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 10r)

(13)

C oncluidaafunção dos escrutinios dirá o Reverendo Commissário = votem [*V*]*ossas Senhorias* para Definidor noIrmão **Fulano**, esta ELeição será já por feijões pretos, ebrancos (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 23v)

Inferimos que, no exemplo 12, seja intencional a escolha em demarcar a separação silábica ao final da linha, apesar de não ser necessária, por serem palavras distintas. Entretanto, parece ser um estilo, naquele período, em que preposições e artigos fossem escritos sem fronteira com as palavras às quais acompanham⁴⁶. Já o exemplo (13) é marcado pela ausência desse sinal após a palavra “fulano”. O trecho “votem [V]ossas Senhorias para Definidor noIrmão **Fulano**,” deveria vir demarcado pelo travessão, visto que esse sinal é usado em discursos diretos (RIBEIRO, 1950).

4.1.2 COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS (DIAMANTINA)

Contrariamente à hipótese aventada para o EOTSF, acreditamos que o CINSM tende a distanciar-se mais da norma gramatical da época para o uso dos sinais de pontuação, devido ao fato de, dadas as condições sociais do período, os membros dessa irmandade terem menor, ou nenhum, acesso à escolarização. Os dados coletados deste compromisso estão dispostos na tabela 2 e nos ajudarão a julgar a (in)adequação de nossa hipótese.

Tabela 2 - Ocorrências dos sinais de pontuação (CINSM)

Sinais de pontuação	Padrão	Facultativa	Não-padrão	Total de ocorrências
Vírgula	317 (28,08%)	79 (7%)	328 (29,05%)	724 (64,13%)
Duplo travessão	75 (6,64%)	-	70 (6,2%)	145 (12,84%)
Ponto-final	49 (4,34%)	-	58 (5,14%)	107 (9,48%)
Hífen	4 (0,35%)	-	72 (6,38%)	76 (6,73%)
Ponto-e-vírgula	17 (1,51%)	-	23 (2,04%)	40 (3,54%)

⁴⁶ Essa observação reflete uma suspeita de que se trata de um estilo adotado pelos escritores deste gênero textual, naquela época. Aparentemente, parecia ser comum escrever preposições e artigos junto das palavras às quais concordam, porém, somente uma análise aprofundada de todo o *corpus* é que poderá nos fornecer informações mais consistentes sobre isso.

Dois-pontos	3 (0,27%)	-	34 (3,01%)	37 (3,28%)
Total de ocorrências	465 (41,19%)	79 (7%)	585 (51,82%)	1129 (100%)

Fonte: Autoria própria

De um modo geral, os dados tabulados corroboram nossa hipótese, visto que, ao contrário do documento anteriormente analisado, computamos uma quantidade superior de ocorrências não-padrão: 585 (51,82%) contra 544 (48,19%) de ocorrências padrão e facultativa. Os sinais *hífen* e *dois-pontos* foram os que mais se destacaram, com um número bem elevado de ocorrências não-padrão – 72 (6,38%) e 34 (3,01%) –, em comparação à padrão – 4 (0,32%) e 3 (0,27%), respectivamente. Já o *ponto-final* e o *ponto-e-vírgula* apresentaram valores aproximados para os dois tipos de ocorrência: ponto-final com 49 (4,34%) de ocorrências padrão e 58 (5,14%) de não-padrão; ponto-e-vírgula com 17 (1,51%) de padrão e 23 (2,04%) de não-padrão. Apesar de serem valores semelhantes de ocorrências padrão e de ocorrências não-padrão, estas ainda se apresentam em maior quantidade, além do fato de serem percentuais baixos, se comparados aos usos contemporâneos e à importância do ponto-final para marcar final de período.

Por outro lado, os sinais *vírgula* e *duplo travessão* contradizem nossa hipótese inicial. Para o uso de vírgulas, computamos um total de 396 (35,08%) ocorrências padrão e facultativa e de 328 (29,05%) de ocorrências não-padrão. Mantendo-se, como no EOTSF, a maior frequência de uso entre todos os sinais empregados, a vírgula, contrariamente àquele, seguiu o que preconiza a norma do período, o que nos faz cogitar que, ainda que informalmente, exatamente por ser o sinal mais frequentemente empregado, os escribas adquiriram alguma noção de seu emprego.

Também o *duplo travessão* apresentou um valor superior de ocorrências padrão – 75 (6,64%) – em relação às ocorrências não-padrão – 70 (6,2%) –, apesar de serem percentuais bastante próximos. Isso pode revelar um conservadorismo no emprego dos sinais de pontuação, o que somente poderá ser confirmado, quando comparado com as ocorrências dos demais documentos. Nossa hipótese do conservadorismo se apóia não só nos sinais de pontuação, mas também em outros elementos linguísticos, como metaplasmos, por exemplo, presentes no documento.

4.1.3 COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (DIAMANTINA)

A Irmandade de Nossa Senhora do Amparo é, conforme já mencionado, constituída por pardos e, assim como o CINSM, o CINSAD representaria, portanto, uma das classes socioeconômicas mais baixas no período setecentista e, conseqüentemente, seus membros tiveram pouco acesso à escolarização. Os dados da tabela 3 revelam os padrões de uso dos sinais de pontuação encontrados neste documento e também serão testados contra a hipótese de que tal uso se correlaciona ao nível de escolarização.

Tabela 3 - Ocorrências de sinais de pontuação (CINSAD)

Sinais de pontuação	Padrão	Facultativa	Não-padrão	Total de ocorrências
Vírgula	404 (39,45%)	51 (4,98%)	239 (23,34%)	694 (67,77%)
Duplo travessão	45 (4,39%)	-	49 (4,79%)	94 (9,18%)
Ponto-final	49 (4,79%)	-	41 (4%)	90 (8,79%)
Hífen	5 (0,49%)	-	71 (6,93%)	76 (7,42%)
Ponto-e-vírgula	31 (3,03%)	-	12 (1,17%)	43 (4,2%)
Dois-pontos	10 (0,98%)	-	17 (1,66%)	27 (2,64%)
Total de ocorrências	544 (53,13%)	51 (4,98%)	429 (41,89%)	1024 (100%)

Fonte: Autoria própria

No cômputo geral dos dados, encontramos um valor total de ocorrências padrão e facultativa superior ao de ocorrências não-padrão – 595 (58,11%) e 429 (41,89%), respectivamente –, indo, portanto, de encontro à nossa hipótese inicial. Entretanto, o exame pormenorizado de cada uso nos mostra que, ao analisar os dados separadamente, nossa hipótese torna-se plausível. Analisemos, por exemplo, o emprego do *duplo travessão*, do *hífen* e dos *dois-pontos*. Embora esses sinais tenham apresentado percentual de frequência padrão

muito próximo ao de não-padrão – 45 (4,39%), 5 (0,49%), 10 (0,98%), 49 (4,79%), 71 (6,93%) e 17 (1,66%), respectivamente –, o percentual de uso não-padrão supera o padrão. Para além da questão quantitativa, há de se considerar também o qualitativo, dado que esses sinais são menos comuns e seu uso demanda, por conseguinte, maior intimidade com a escrita.

Também o *ponto-final* apresenta valores bastante próximos de ocorrências padrão – 49 (4,79%) – e não-padrão – 41 (4%). Entretanto, o uso padrão é mais recorrente, algo que é percebido, também, quanto ao uso de *vírgulas*. Identificamos um índice percentual muito superior de ocorrências padrão e facultativa (um total de 455 (44,43%)), em detrimento do uso não-padrão (239 (23,34%)). Tal discrepância, assim como no caso dos dois documentos já analisados, pode ser explicada pelo fato de que, de acordo com Acioli (1994) e Rosa (1995), esses sinais são mais antigos na língua, tendo seu uso, portanto, sedimentado. Além disso, são sinais mais recorrentes e de uso mais simples, sobretudo se comparados ao duplo travessão e ao hífen, por exemplo, o que torna seu uso mais familiar ao escriba, ainda que não seja este muito escolarizado.

Um uso que nos chamou a atenção foi o do *ponto-e-vírgula*. Verney (1746) defende que este sinal, no século XVIII, seria moderno, o que nos levou a crer que fosse pouco frequente e que seu emprego oferecesse alguma dificuldade para o escriba. Verificamos, contudo, um percentual bem mais elevado de uso padrão – 31 (3,03%) – que de não-padrão – 12 (1,17%). O exemplo (14) ilustra uma das ocorrências de uso padrão identificadas no documento:

(14)

AosdozeIrmãos

deMEza, que como Ofeciaes hão deServir aIrmãdade, devem ser eleitos pela mesma, Votando-se hum, ehum até Secompletarem doze daqueles demais capacidade, e dos que mais Votos tiverem serão **eleitos; equando** por justo impedimento não posaõ alguns destes exercer atal ocupação, o Juiz, emaisOffeciaes, faraõ eleição emoutro que Supra aquele lugar, [...] (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 3r)

No exemplo (14), o uso do ponto-e-vírgula se enquadra em duas regras: a primeira seria devido ao fato de que a oração ainda não possui sentido completamente perfeito (ARGOTE, 1725; VERNEY, 1746); a segunda refere-se ao emprego antes da “preposição”⁴⁷ *quando* (VERNEY, 1746). Esse dado nos leva a duas hipóteses: (i) o escrevente teve algum

⁴⁷ De acordo com a nomenclatura normativa do português contemporâneo, não se trata de uma preposição, mas sim de uma conjunção.

acesso à escolarização, o que lhe conferiu alguma consciência do uso deste sinal de pontuação, ou (ii), por se tratar de documento formulaico, o uso decorre de cópia de outros documentos. Dado que não temos condições de averiguar o teor monotestemunhal do documento, limitamo-nos a especular acerca do que justificaria a adequação do uso, quando ela não se mostra coerente com a dos demais sinais analisados.

4.1.4 COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (PARACATU)

Por último, apresentamos os dados referentes ao CINSAP. Essa irmandade tem como membros pardos livres, os quais, segundo os padrões sociais do período, são pertencentes à classe socioeconômica mais baixa. O percentual dos usos segundo as categorias determinadas está disposto na tabela 4, abaixo:

Tabela 4 - Ocorrências dos sinais de pontuação (CINSAP)

Sinais de pontuação	Padrão	Facultativa	Não-padrão	Total de ocorrências
Vírgula	410 (46,22%)	34 (3,83%)	166 (18,72%)	610 (68,77%)
Duplo travessão	98 (11,05%)	-	13 (1,47%)	111 (12,52%)
Ponto-final	40 (4,51%)	-	16 (1,8%)	56 (6,31%)
Hífen	1 (0,11%)	-	45 (5,07%)	46 (5,18%)
Ponto-e-vírgula	27 (3,04%)	-	11 (1,24%)	38 (4,28%)
Dois-pontos	21 (2,38%)	-	5 (0,56%)	26 (2,94%)
Total de ocorrências	597 (67,31%)	34 (3,83%)	256 (28,86%)	887 (100%)

Fonte: Autoria própria

A princípio, nossa hipótese inicial não se confirma: o percentual de uso padrão e de facultativa totaliza 631 ocorrências (71,14%), valor muito superior às 256 ocorrências de uso não-padrão (28,86%). Todos os sinais de pontuação identificados, com exceção do *hífen*, apresentam um percentual inferior de violação da norma do período. Dentre tais sinais, novamente a vírgula foi a mais frequente, sendo 444 ocorrências de uso padrão e facultativa (50,05%) e 166 (18,72%) de não-padrão. Já o hífen possui apenas uma ocorrência padrão (0,11%), contra 45 (5,07%) ocorrências não-padrão. Dessas 45 ocorrências, 39 referem-se ao

seu emprego no lugar do *duplo travessão*, ao final da linha, como pode ser visto no texto de apresentação do compromisso, transcrito a seguir:

(15)

Compro-

misso da Irmandade de Nossa

Snr.^a do Amparo, q.^o fizeram os Pardos livres do Arr.^{al} de São

Luiz, e S. Anna minas de Paracatu. (CINSAP, em edição, fol. 2r)

De acordo com Verney (1746), o hífen deve ser utilizado somente quando a palavra já possuir esse sinal; caso contrário, deve-se utilizar o duplo travessão. Dado ser recorrente e regular o uso não-padrão desse sinal, é possível que o escriba dessa irmandade tenha percebido que seu uso, nesses casos, seja equivalente ao do duplo travessão, optando, assim, por um possível uso inovador do hífen, o que reflete um processo de variação e concorrência de formas. Uma análise de todas as demais ocorrências padrão e facultativa dos outros sinais de pontuação nos leva a crer que o escrevente do CINSAP tenha conhecimento dessas normas, sendo, talvez, reflexo da escolarização que teve. Na próxima seção, faremos um panorama de todas as informações obtidas a partir dessa análise inicial de todos os documentos, o que poderá nos auxiliar a traçar melhor a caracterização dos escreventes de cada uma dessas organizações religiosas.

4.2 REFLETINDO SOBRE OS DADOS

A partir da apresentação das ocorrências obtidas em cada um dos documentos, passamos, nesta seção, para uma reflexão mais aprofundada sobre esses dados. Entendemos que o julgamento de nossa hipótese deve envolver um cruzamento de informações apresentadas na seção, de modo a nos permitir estabelecer relações de convergência e divergência entre os dados obtidos, o padrão de uso dos sinais de pontuação no período e o perfil social dos escreventes dessas irmandades e ordem terceira. Na tabela 5, abaixo, estão presentes a somatória das ocorrências *padrão*, *facultativa* e *não-padrão* dos documentos que compõem o grupo não escolarizado, que seriam as irmandades de negros e pardos, em comparação ao documento do grupo escolarizado, representado pela ordem terceira:

Tabela 5 - Uso das variantes padrão e facultativa *vs* não-padrão por escreventes escolarizado e não escolarizado

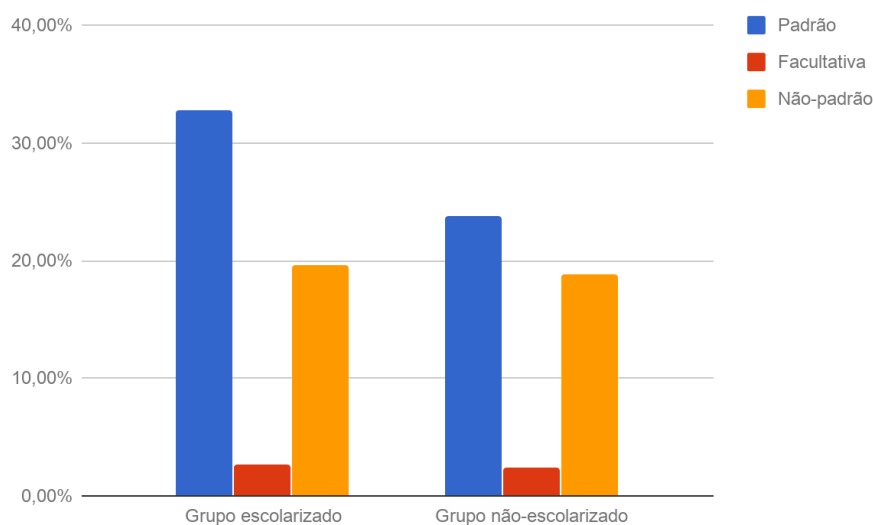
Escolaridade Variantes	Grupo escolarizado	Grupo não escolarizado	Total de ocorrências
Padrão	2214 (32,78%)	1606 (23,78%)	3820 (56,56%)
Facultativa	178 (2,64%)	164 (2,43%)	342 (5,07%)
Não-padrão	1322 (19,57%)	1270 (18,8%)	2 592 (38,37%)
Total de ocorrências	3714 (54,99%)	3040 (45,01%)	6754 (100%)

Fonte: Autoria própria

A primeira questão a ser considerada diz respeito à quantidade total de ocorrências, embora houvesse um cuidado para a padronização dos *corpora*: no grupo escolarizado, foi computado um total de 3714 ocorrências, percentual equivalente a 54,99% do total geral. Já, no grupo não escolarizado, há 3040 de ocorrências (45,01%). Esse percentual acusa que os sinais de pontuação são mais frequentes nos textos dos escribas mais escolarizados. Uma possível explicação para isso, como dito no início deste capítulo, é o fato de haver, no texto do escriba mais escolarizado, maior variabilidade de sinais de pontuação. Como visto na seção anterior, os sinais *parágrafo*, *travessão* e *barra* aparecem somente no EOTSF. Esse aspecto, por si só, já pode ser considerado, segundo nosso entendimento, um indicativo de que o escrevente desse grupo possuía escolarização: ele não só conhecia diferentes recursos de pontuação, o que lhe permitia variar, para ser o mais eficaz possível – com o uso, por exemplo, do parágrafo, para melhor organizar os capítulos do estatuto –, como também redigia estruturas mais complexas, com o uso das barras.

Os percentuais de ocorrências *facultativa* são quase equivalentes, compondo um índice de 2,64%, para o grupo escolarizado, e de 2,43%, para o grupo não escolarizado. No entanto, quando analisamos as ocorrências *padrão* e *não-padrão* de cada grupo, percebemos que, em ambos, as ocorrências padrão superam as ocorrências não-padrão, embora haja uma menor discrepância no grupo não escolarizado, com 23,78% de ocorrências padrão contra 18,8% de não-padrão. No gráfico 1, é possível avaliar o comportamento dessas variantes:

Gráfico 1: Ocorrências *padrão*, *facultativa* e *não-padrão* grupo escolarizado vs grupo não-escolarizado



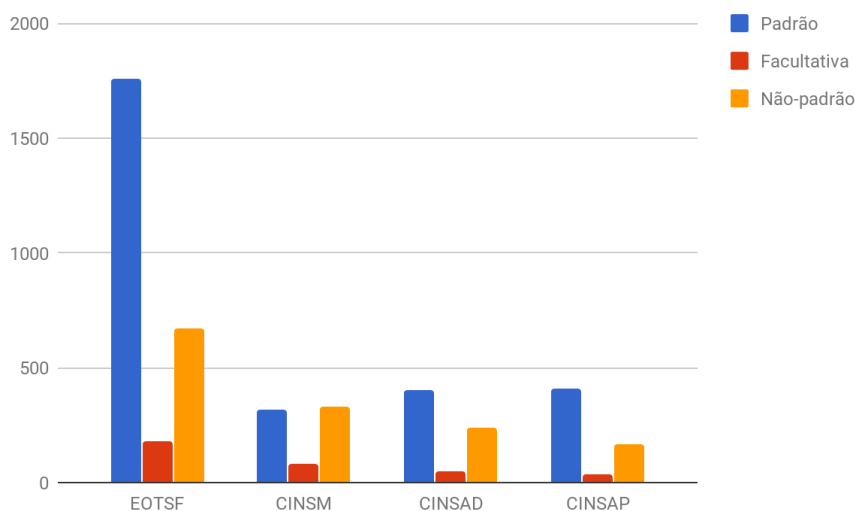
Fonte: Autoria própria

Fica visível, no gráfico 1, uma maior estabilidade tanto no emprego da variante facultativa quanto da variante não-padrão, para ambos os grupos, visto que seus valores percentuais são bem próximos. Já em relação à variante padrão, é notável um maior domínio do grupo escolarizado, cujo percentual em relação ao uso não-padrão é maior. Ainda que também no grupo de escribas não escolarizados a variante padrão seja superior às demais, há que se considerar que existe uma maior competição entre normas, no sentido de que o índice percentual que diferencia o uso padrão do não-padrão é menor que no grupo dos escolarizados, o que nos obriga a buscar possíveis explicações para tal discrepância. Desse modo, uma análise comparativa de cada sinal de pontuação poderá nos auxiliar na compreensão desses resultados e nos fornecer pistas mais consistentes, para melhor julgarmos nossa hipótese, já que isso poderá nos fornecer pistas melhores para a caracterização do escrevente setecentista. Dada a diversificação e a variabilidade quanto ao uso, agrupar todos os sinais em uma única variante dificulta a reflexão acerca dos resultados. Em contrapartida, se avaliamos o uso de cada sinal, separadamente, é possível estabelecer conexões mais concretas sobre a sua variação no *corpus*.

4.2.1 Vírgula e ponto-final

Optamos, nesta primeira subseção, por avaliar os sinais *vírgula* e *ponto-final* juntos, pois, como já citado, tratam-se dos sinais mais antigos na escrita, além de bastante frequentes em todos os documentos. Abaixo, no gráfico 2, apresentamos uma comparação dos resultados para o uso de vírgulas por documento:

Gráfico 2: Emprego de *Vírgula*



Fonte: Autoria própria

Quando observamos o gráfico 2, é possível perceber que o uso da variante facultativa é bastante similar no grupo que compõe as irmandades de classes sociais mais baixas (CINSM, CINSAD e CINSAP). Em todos os documentos, incluindo o EOTSF, o uso dessa categoria é relativamente baixo, quando comparados às outras duas variantes (padrão e não-padrão). Já, quando delimitamos a análise comparativa às variantes padrão vs não-padrão, temos o EOTSF e o CINSAP com uma quantidade bem elevada de ocorrências padrão, em detrimento da não-padrão, seguidos do CINSAD, com uma quantidade pouco superior à não-padrão e, por último, o CINSM, com uma quantidade de ocorrências não-padrão um pouco maior que a padrão, o que corrobora nossa hipótese inicial, pelo menos no que se refere ao emprego da vírgula por membros da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, formada por negros.

De modo geral, ao compararmos os resultados obtidos em cada um dos documentos, verificamos que a *vírgula* é o sinal mais recorrente em todos eles. Além disso, é interessante

observar que em todos há uma maior frequência de uso padrão somado ao uso de facultativa. Isso pode ser reflexo do fato de este sinal ser um dos mais antigos, conforme cita Acioli (1994) e Rosa (1995). Outra interpretação atrelada a isso é que, por ser um sinal intermediário, que conecta segmentos que possuem dependência entre si, a vírgula assumiu diferentes funções (cf. capítulo 2), o que pode ter contribuído para que sua frequência seja maior em todos os documentos.

Machado Filho (2002), ao analisar o emprego dos sinais de pontuação em textos do português medieval, constatou que a conjunção *e* é precedida por pontuação em quase 35% de seus dados. Dessa forma, há contextos que favorecem o emprego de determinados sinais de pontuação. Isso também foi percebido em nossos dados, como é o caso do exemplo (16), extraído do EOTSF:

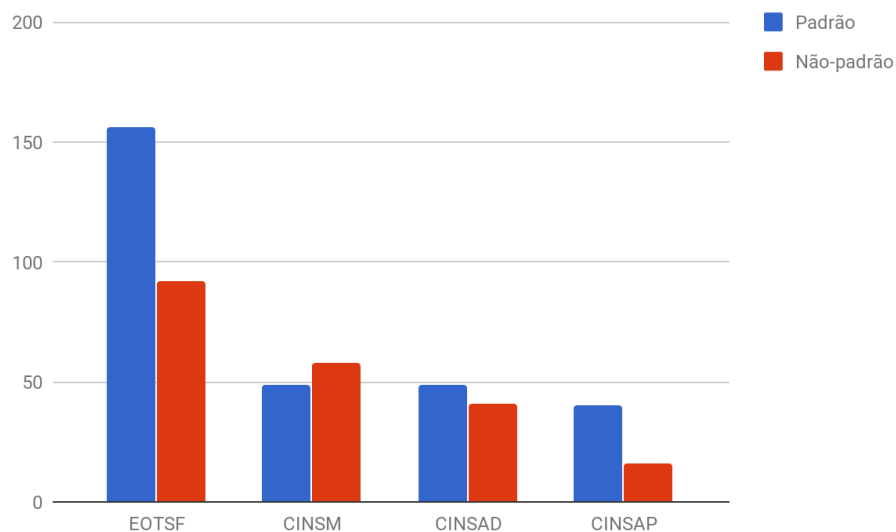
(16)

Para que anossa Eleiçam sefassa com o mayoracerto ede-
cencia, egravidade, possivel, segundo opio, elouvavel Costume (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 21v)

No exemplo (16), há cinco ocorrências de vírgulas: três padrão; uma facultativa; e uma não-padrão. Na primeira linha, o trecho sublinhado, demarcando a ausência de vírgula, foi considerado uma variante facultativa, pois, apesar de ser uma regra, àquela época, que antes de todas as conjunções copulativas, neste caso *e*, ser obrigatório a inclusão de vírgula, Constancio (1831), Moura (1850) e Ribeiro (1950) afirmam que seu uso é desnecessário quando a conjunção liga nomes. Isso torna a presença, ou não, da vírgula uma excepcionalidade. Na segunda linha, as ocorrências são consideradas padrão, por se tratar de uma enumeração, conforme Argote (1725), Feyjo (1734), Moura (1850) e Ribeiro (1950), exceto a vírgula que separa os nomes “gravidade” e “possivel”. De acordo com Barbosa (1822) e Moura (1850), a vírgula somente pode ser empregada quando não há termos ou nomes que concordam entre si.

No gráfico 3, estão dispostos os resultados para o emprego de ponto-final.

Gráfico 3: Emprego do ponto-final



Fonte: Autoria própria

O *ponto-final* também foi recorrente em nosso *corpus* e apareceu em terceira posição em todos os documentos. Apesar de, também, ser um sinal antigo (cf. ACIOLI, 1994; ROSA, 1995), ele não assumiu muitas funções, assim como ocorre com a vírgula. Provavelmente, isso se deve ao fato de este sinal ter uma função mais restrita desde o princípio de sua utilização, uma vez que era empregado somente quando o discurso possuía sentido perfeito. Dessa maneira, era esperado que em todos os documentos houvesse mais ocorrências padrão do que não-padrão e, sendo esse um uso categórico, tal sinal não deve ser adotado como um critério, quando se pretende inferir a escolarização do escriba. Entretanto, no CINSM, ele possui um maior percentual de ocorrências não-padrão (5,14%). Os exemplos (17) e (18), retirados do EOTSF, ilustram os usos padrão e não-padrão, respectivamente, do ponto-final, e o exemplo (19), retirado do CINSM ilustra um uso não-padrão desse sinal :

(17)

<Profição> NaProfissam dará cadaIrmam deesmolla, tendo athé trinta annos deIdade 5 [1]/2 Oitavas deouro, ehumma *Libra* deCera, edahi para sima oquearbitrar aMeza; edequarenta annos 7/8s ehumma *libra* de **Cera**. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 6v)

(18)

Introduzio-se nesta Ordem aexemplo detodas as Religioens, opio edevoto costumme desedarem noprimmeiro deIaneiro escritinhos dos Santos atodos osnossos Irmaons, eassim queremos que secontenue inviolavelmente, oque sefará naforma **seguinte**. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 12r)

(19)
 Sucedendo porem es=
 tar auzente qual quer dos Irmaons Juiz, ou Menzarioz
 em tal cazo sempre sefará Meza com os Irmaons que existi-
 rem naterra, eesta Meza assim feita será valioza, etudo
 quanto de ter minarem na Meza que sefizer sefara termo
 pelo Escrivão para que atodo otempo conste da decizão
 que houve a respeito da materia proposta em cada respecti=
 va **Meza** (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fol. 12v)

No exemplo (17), o uso do ponto-final é considerado padrão, pois, assim como todos os gramáticos consultados recomendam, trata-se de um caso em que o sentido da oração está completo e não há dependência da oração posterior. Já no exemplo (18), além de se notar dependência com a oração seguinte, introduz uma explicação, o que, segundo a norma da época, estabelecida por Feyjo (1734), por Verney (1746), por Moura (1850) e por Ribeiro (1950), é atribuída ao sinal *dois-pontos*. Por outro lado, no exemplo (19), a norma não-padrão é verificada pela ausência do ponto-final. Isso reflete um possível desconhecimento do escrivão sobre a necessidade do emprego desse sinal. Quando comparamos as ocorrências não-padrão dos exemplos (18) e (19), observamos que isso possa ter relação com o nível de escolaridade desses escreventes. O escrevente do grupo escolarizado pode ter optado por esse emprego, pelo fato de, ao final de todos os parágrafos, existir o ponto-final. Assim, ele seguiu o estilo adotado em todo o documento, ou seja, para esse escrevente há uma lógica em incluir esse sinal, demonstrando, dessa maneira, um maior grau de letramento, consequência do seu maior nível de escolaridade. Ao contrário disso, a ausência desse sinal no excerto retirado do CINSM, representante do grupo não escolarizado, reflete um baixo grau de letramento, uma vez que não se trata de um caso isolado nesse documento.

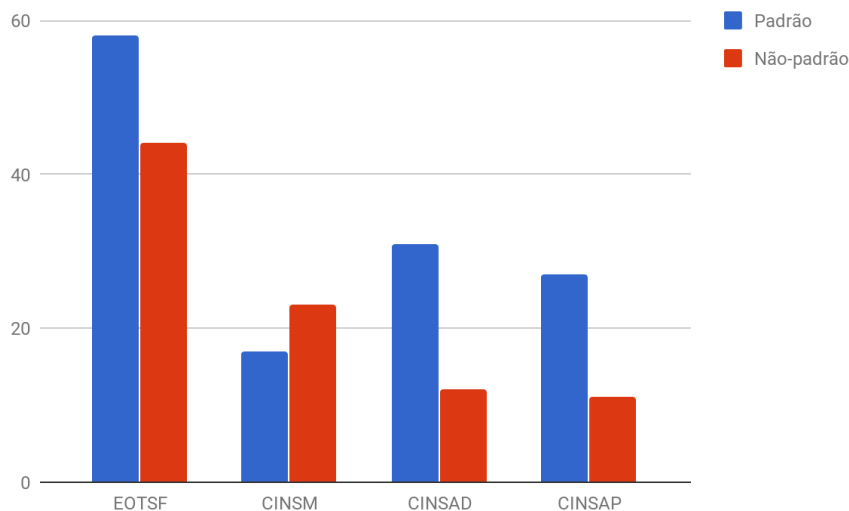
Tomando como base o estudo de Rosa (1995), é possível que esses resultados sirvam para caracterizar o escrevente desses documentos. Segundo a autora, nos textos que eram voltados para um público não culto, havia uma preferência pelo sinal *cólon* (que exercia função semelhante ao ponto-final), enquanto que, para o público culto, o uso do *coma* (que exercia função semelhante à vírgula) era mais recorrente. Presumimos, assim, que o escrevente não culto seria menos capaz de utilizar o *coma* satisfatoriamente, conferindo a possibilidade de se determinar o grau de letramento do escrevente do período renascentista. Por outro lado, nossos resultados, como visto acima, vão de encontro aos de Rosa (1995). Isso

porque, mesmo com toda a complexidade que envolve o uso de vírgulas, os escreventes de todas as irmandades seguiam mais a norma padrão setecentista, o que nos faz pressupor que, dada sua recorrência, seu emprego tornava-se mais familiar ou que, conforme já cogitamos, o estilo formulaico do documento tenha favorecido a similaridade de emprego.

Já o uso do ponto-final, que deveria apresentar mais ocorrências padrão, principalmente devido às poucas funções que esse sinal pode exercer, mostrou que o escrevente do CINSM teve mais dificuldades em empregar esse sinal. Apesar de nossos dados não demonstrarem comportamento semelhante aos de Rosa (1995), fica claro que a comparação quanto ao uso desses sinais nos auxilia a determinar o nível de letramento do escrevente, o que caminha na direção de nossa hipótese. Nesse sentido, teríamos o escrevente do EOTSF como possuidor de um maior grau de letramento e, no extremo oposto, temos o escrevente do CINSM.

4.2.2 *Dois-pontos e ponto-e-vírgula*

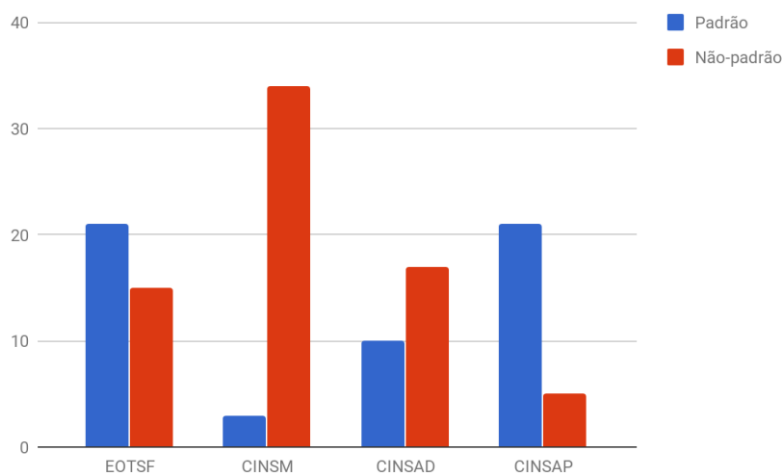
Feyjo (1734) alerta para a dificuldade em se empregar o *ponto-e-vírgula*, pois não era muito conhecido e, portanto, também suas regras seriam difíceis de se aplicar. Na acepção de Verney (1746), ainda, tal sinal seria considerado “moderno”. Barbosa (1822) afirma que *vírgula* e *ponto-e-vírgula* seriam subordinados aos *dois-pontos*. Os sinais *dois-pontos* e *ponto-e-vírgula*, portanto, são responsáveis pela organização sintática das orações. A grosso modo, esses sinais seriam intermediários à vírgula e ao ponto-final, visto que conectam partes da oração que possuem sentido perfeito, mas que têm dependência entre si, assim como afirma Silva (1890). Por esses motivos, decidimos analisar esses dois sinais em conjunto, em virtude da complexidade de emprego de ambos, o que, segundo nosso entendimento, confere-lhes *status* para constituir um parâmetro para aferir o nível de escolaridade do escriba. Presumimos, pois, que os documentos representantes do grupo não-escolarizado tenderiam a apresentar mais ocorrências não-padrão, enquanto que o grupo escolarizado reproduziria mais a variante padrão. Os dados dispostos no gráfico 4 nos permitirão julgar essa hipótese:

Gráfico 4: Emprego do *ponto-e-vírgula*

Fonte: Autoria própria

Os dados dispostos no gráfico 4 confirmam parcialmente nossa hipótese, visto que apenas no CINSM foi identificado um maior percentual de ocorrências não-padrão do que padrão. Em todos os demais documentos, o padrão prevalece, embora a discrepância entre o padrão e o não-padrão seja maior nos documentos cujos escribas são menos escolarizados. Outra questão que consideramos na análise foi a frequência de uso desse sinal. Comparando seu emprego em todos os documentos, percebemos que ele é mais empregado no EOTSF, o que se alinha com a hipótese de que seu uso é mais difícil para o escriba menos escolarizado.

Analisemos, no gráfico 5, como se deu o emprego dos *dois-pontos*:

Gráfico 5: Emprego dos *dois-pontos*

Fonte: Autoria própria

A análise do gráfico confirma o grau de dificuldade de emprego dos dois-pontos. Uma questão que salta aos olhos na análise desse gráfico é a discrepante diferença entre o percentual da variante padrão e da variante não-padrão no CINSM. Uma possível explicação para isso está, justamente, na relação inversa que se estabelece entre a complexidade que envolve seu uso e a escolarização dos integrantes dessa agremiação. Também no CINSAD, há uma quantidade maior de ocorrências não-padrão, ainda que a diferença entre as variantes seja menor. O que nos chama a atenção, contudo, é o CINSAP. Diferentemente dos outros dois documentos que compõem o grupo não escolarizado, há uma quantidade bem maior da variante padrão, o que não ocorre com o EOTSF, considerado o grupo escolarizado. Tal discrepância, já identificada também em outros sinais de pontuação, suscita a hipótese de que fatores geográficos também possam interferir no perfil cultural do escriba, já que o CINSAP é o único documento que não pertence à região de Diamantina. É importante ressaltar, contudo, que essa especulação não é assertiva, uma vez que seria necessário avaliar se tais usos estão refletidos também em outros documentos pertencentes a esta cidade. O exemplo (20), extraído desse documento, ilustra o emprego padrão de ponto-e-vírgula e de dois-pontos no *corpus*:

(20)

Toda a pessoa Liberta

brancos, ebrancas, pardos, epardas, pretos, epretas, que quiserem entrar nesta nossa Irmandade, o Escrivão della com aprovação do Juiz da mesma lhe lavrará termos de entrada, em que [a-] signará o Irmão, e pagará de sua entrada hũa oitavadeOuro, e de annual Meya **oitava: equerendo** algum Irmão, ou Irmaa remir-se de não pagar annuaes, dará dezesseis oitavas **deouro; pore**m esta remissão se não entende para o eximir de servir os cargos para q' foi elleito, epagar o que lhe **[tocar]; pois** valerá aremissão para não pagar annuaes. (CINSAP, em edição, fol.5r)

No exemplo (20), o emprego dos dois-pontos (linha 6) é previsto por Argote (1725) e por Verney (1746), visto que demarca uma oração com sentido quase perfeito. Também o emprego do ponto-e-vírgula (linhas 7 e 9) é previsto por Feyjo (1734) e por Ribeiro (1950), uma vez que conecta orações ligadas por “porém” e por “pois”, respectivamente. O emprego desses sinais, no excerto acima, evidencia que o escrevente do CINSAP tinha certo domínio das normas de emprego desses sinais, mesmo existindo ocorrências não-padrão, como é o caso da ausência do sinal dois-pontos (linha 1) após a palavra “liberta”. Neste caso, seu uso é necessário, pois se está explicando quais os tipos de pessoas que são admitidas na irmandade. Conforme preconizam Feyjo (1734), Verney (1746), Moura (1850) e Ribeiro (1950), este

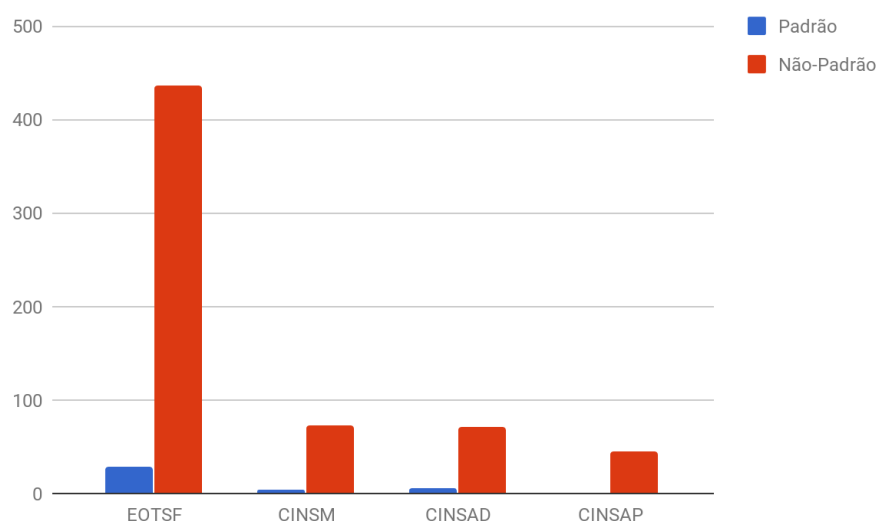
sinal tem por função introduzir uma explicação. É importante observar que, de acordo com a norma gramatical contemporânea, a vírgula deveria ser empregada nesse caso, o que demonstra mais uma divergência da norma setecentista para a atual.

4.2.3 Hífen e duplo travessão

Da mesma maneira em que foi necessário o agrupamento dos sinais analisados anteriormente, também o *hífen* e o *duplo travessão* foram analisados em dupla, uma vez que ambos têm por função indicar a divisão silábica de palavras no final de linha. A diferença de uso desses sinais, assim como prevê Verney (1746), reside no fato de a palavra dividida já ser ligada ou não por hífen. Trata-se, também, de um detalhe de uso que requer do escriba algum conhecimento formal, o que pode fazer desses sinais fontes importantes para decidir sobre a escolaridade do escrevente.

O gráfico 6 exhibe a comparação entre o uso padrão e o não-padrão do hífen nos documentos estudados:

Gráfico 6: Emprego de *hífen*



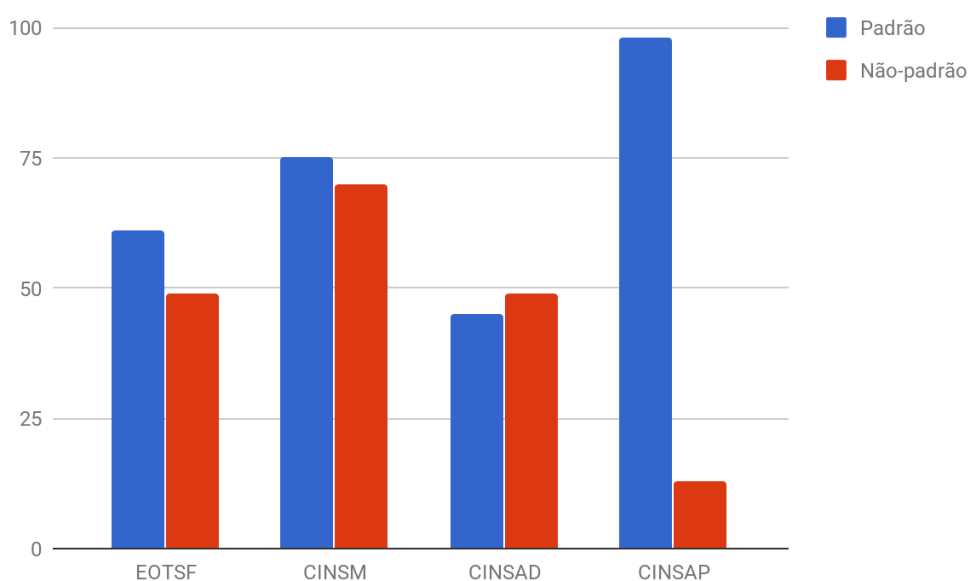
Fonte: Autoria própria

Diferentemente do que ocorre com os demais sinais de pontuação, todos os documentos apresentaram uma maior quantidade de ocorrências não-padrão, com valores muito superiores à variante padrão. Isso pode ser reflexo de uma possível mudança, nos moldes do que postula Labov (2008 [1972]). Parece tratar-se de uma mudança vinda de cima,

em que o grupo que possui maior prestígio social insere a nova função para esse sinal na língua, e os grupos de classe socioeconômica menor tendem a reproduzir essa nova função. Como já mencionado, a distinção de emprego entre os dois sinais é muito sutil, o que leva à neutralização do duplo travessão e, conseqüentemente, ao seu desaparecimento em favor do hífen. Em face desse resultado, há de se ter cuidado quanto ao uso desses sinais para decidir acerca do nível de escolarização do escriba. Embora Véra (1631) tenha apresentado exemplos parecidos aos encontrados nesses documentos, para o uso não-padrão de hífen, no século anterior, isso não é suficiente para se determinar que esses escreventes tenham ciência desse uso. Isso porque há somente esse autor que apresenta esse uso e, portanto, os escreventes dessas organizações não necessariamente tiveram acesso a essa obra. Além disso, o autor cita a existência de hífen e de duplo travessão para separar palavras no final da linha, porém não explicita quando se deve usar um ou outro.

A análise do gráfico 7, referente ao uso do duplo travessão, poderá nos auxiliar na interpretação.

Gráfico 7: Emprego do *duplo travessão*



Fonte: Autoria própria

É notável o emprego da norma padrão, em detrimento do uso não-padrão, exceção apenas para o CINSAD. Tais dados, contudo, necessitam ser analisados à luz dos resultados expostos no gráfico 6. No EOTSF, por exemplo, mesmo que a variante padrão, para o uso do duplo travessão, seja superior à não-padrão, tendo 61 ocorrências, a variante não-padrão de hífen ultrapassa muito esse valor, totalizando 437 ocorrências. Isso deixa claro que, mesmo

que o autor tenha conhecimento da norma, ele tem consciência de que o hífen pode exercer a mesma função do duplo travessão, sem prejuízo do contexto em que é empregado, o que desencadeia o processo da variação e conseqüente substituição de uma forma pela outra, conforme já discutido.

Entretanto, mais uma vez o CINSAP apresenta um resultado que diverge, em parte, de nossa hipótese: apesar de as ocorrências não-padrão de hífen serem superior (45 ocorrências), as ocorrências padrão do duplo travessão são bastante elevadas (98 ocorrências). Nesse caso, nota-se um conservadorismo quanto ao emprego desses sinais, o que pode ser um indicativo de que o escrevente dessa irmandade tenha algum acesso à escolarização ou, ainda, que seja necessária uma análise do processo de variação e mudança desses dois sinais em tempo real, para controlar a idade do escriba e decidir se essa é uma variável que está interferindo nos dados. Tal análise, contudo, foge ao escopo de nosso estudo, sendo, portanto, apenas registrada em nossa análise.

4.3 A PONTUAÇÃO NAS MINAS SETECENTISTAS: PANORAMA E IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

Um resultado que diverge dos nossos é o de Machado (2002), que analisou a pontuação em documentos do português medieval. O autor observou que o ponto-final ocorreu em todos os documentos analisados por ele e afirma que tal sinal apresentou maior variabilidade de uso. Já em nosso *corpus*, apesar de o ponto-final também ocorrer em todos os documentos, a vírgula foi o sinal que apresentou maior variabilidade de uso, possivelmente reflexo do fato de que, para este sinal, tenha mais regras, de acordo com a norma setecentista, além do fato de ser o sinal de pontuação mais empregado em todo o *corpus*. É possível que, ao longo dos séculos, tenha ocorrido uma restrição quanto ao uso do ponto-final e a vírgula tenha assumido novas funções, por ser um sinal de uso intermediário na constituição do enunciado.

Tendo em vista os resultados obtidos na seção anterior, listamos, de modo geral, as funções que os sinais encontrados exercem nos documentos. É necessário ressaltar que, quando comparamos nossos dados aos de Negro (2012), autora que se dedicou ao estudo dos sinais de pontuação em documentos oitocentistas, verificamos algumas divergências entre os resultados:

- o ponto-final, assim como nos dados de Negro (2012), aparece ao fim da oração, principalmente na finalização dos capítulos;
- o uso da vírgula, assim como nos dados da autora, é usado para separar partes da oração que não sejam extensas, antes de conjunções e em enumerações, de modo geral. Entretanto, seu uso não ocorre antes de todas as conjunções, como muitos dos gramáticos setecentistas preveem. Há casos em que esse uso é opcional, por exemplo, quando a conjunção *e* liga nomes, algo que foi observado em alguns casos;
- o sinal ponto-e-vírgula, além de separar orações extensas, é empregado, também, antes de conjunções opositivas, uso previsto pela norma setecentista; é comum, ainda, seu uso antes da conjunção *e*, para separar orações relativamente extensas;
- o sinal hífen aparece, preferencialmente, para separar palavras no final da linha;
- apesar de ser menos recorrente, o duplo travessão também separa palavras no final da linha e, diferentemente do que constatou Negro (2012), é usado no interior da oração, para separar explicações ou trechos que o escrevente queria enfatizar;
- o sinal dois-pontos foi empregado para introduzir explicações e separar orações extensas, com sentido quase perfeito, mas que têm certa dependência da oração posterior;
- o sinal barra, assim como o duplo travessão, foi empregado para separar orações explicativas ou trechos da oração que se queira enfatizar;
- o parágrafo foi utilizado na organização do interior dos capítulos do estatuto da ordem terceira;
- por último, foi encontrada uma ocorrência do sinal travessão, no final de linha.

De modo geral, quando comparamos nossos resultados aos de Negro (2012), verificamos uma maior diversidade não só de sinais de pontuação – barra, parágrafo e travessão –, como também uma maior diversidade de usos. Apesar de muitos desses dados representarem a norma padrão e, conseqüentemente, a norma europeia, há usos que divergem dessa norma, podendo representar uma norma paralela, própria, pelo menos, do dialeto mineiro. É o caso do emprego não-padrão do ponto-final no exemplo (21):

(21)

Quando falecer qualquer Irmam nosso, ainda que se ache devendo algum restomodico dos annuaes, oacompanhará a Ordem, lhedará sepultura, efará ossufragios costumados, abatendo naquantidade dadespeza dos dittos sufragios o que dever, não oatisfazendo seu Erdeiro, ou **Testamenteiro. Enam** havendo

pagos, só terá acompanhamento, e sepultura; mas nam Sufragios, namhavendo quem satisfaça os dittos annuaes, ou se obrigue **asatisfazellos. Porem** isto senamdeve emtender com aquelles Irmaons, quetiverem despendido mais doque importão os ánnuaes, quedeverem, ouquetenhaõ feito esmollas quantiozas ámesma Ordem. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fol. 17v)

Ambas as ocorrências assinaladas estão equivocadas, visto que a norma setecentista indica, para esses casos, o uso do ponto-e-vírgula, tanto por logo após termos as conjunções *e* e *porém*, quanto por serem orações que têm dependência das orações seguintes. Além disso, o ponto-final somente deve ser empregado quando o sentido estiver perfeito. Embora esses usos não sigam a norma da época, representam usos comuns no português brasileiro atual. Dessa forma, é possível que as ocorrências não-padrão dos demais sinais de pontuação também retratem uma norma paralela. Contudo, seria necessário uma análise mais detida desses casos, para assim se confirmar tal hipótese, algo que somente poderá ser explorado em outro estudo. Embora não seja o foco de nossa pesquisa, é importante levantarmos as reflexões supracitadas, a fim de entendermos melhor como se deu o processo evolutivo dos sinais gráficos de pontuação, bem como seu comportamento em nosso *corpus*.

Outra contribuição para a nossa pesquisa é Barbosa (2017) que, ao diferenciar mãos hábeis de mãos inábeis em documentos de períodos pretéritos, observou que, na dimensão *epifenômeno*, encontra-se a pontuação utilizada em tais documentos. Segundo o autor, as mãos inábeis possuem uso restrito dos sinais de pontuação, privilegiando-se, geralmente, o uso do ponto e da vírgula, bem como a pouca variedade em utilizar outros sinais para “marcar funções sintático-discursivas, como, por exemplo, indicar intercalações” (BARBOSA, 2017, p. 25). Tal observação se aplica à nossa análise. Apesar de o ponto-final ter uso mais simples, limitado, basicamente, a uma única função, em todos os documentos, ele aparece em terceira posição, e a vírgula foi a mais recorrente em todos os documentos, ocupando o primeiro lugar. Outros sinais comuns aos documentos são o duplo travessão, o hífen, o ponto-e-vírgula e os dois-pontos. Podemos inferir, assim, que tais sinais são mais comuns no período ou, ao menos, nesse gênero textual, sobretudo quando temos consciência de seu padrão formulaico, em que se observa semelhanças na organização textual. O destaque, entretanto, é do EOTSF, que, além de apresentar todos esses sinais, faz uso, ainda, do parágrafo, do travessão e da barra. Essa maior variabilidade no uso dos sinais de pontuação está em consonância com a proposta de Barbosa (2017) para estabelecer uma correlação entre a habilidade do escriba e a diversidade de emprego dos sinais de pontuação. Considerando-se as questões sócio-históricas do período e a riqueza de sinais de pontuação nele presentes, entendemos, portanto,

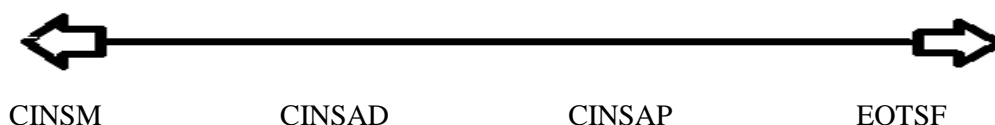
que seu escrevente tinha acesso à escolarização. Outro fato que corrobora nossa hipótese é a maior quantidade de ocorrências da variante padrão para quase todos os sinais de pontuação, o que atesta conhecimento da norma.

Já em relação aos outros documentos, pode-se dizer que as variantes não foram constantes, isto é, embora os membros dessas irmandades tenham pouco, ou nenhum, acesso à escolarização, fato historicamente comprovado em virtude de pertencerem às camadas sociais mais baixas, não há uma padronização nos resultados que nos permita uma generalização. Verificamos que, no CINSM, há uma quantidade maior de ocorrências não-padrão para a grande maioria dos sinais. Também no CINSAD percebemos esse perfil, ainda que a variante padrão seja relativamente maior do que a não-padrão para quase todos os sinais, exceto para o uso do duplo travessão. O percentual quase semelhante de ocorrências não é suficiente para afirmarmos que o escrevente desse documento tenha o mesmo acesso à escolarização que o escrevente do EOTSF, por exemplo. Em contrapartida, no CINSAP, encontramos percentuais bastante superiores da variante padrão, para quase todos os sinais de pontuação. Somente o hífen apresentou maior quantidade de variante não-padrão. É possível que o escrevente dessa irmandade tenha escolaridade semelhante à do escrevente do EOTSF, o que pode ser atribuído, conforme já ponderado, ao fator geográfico, visto que se trata de regiões de garimpo localizadas em regiões distintas da Capitania de Minas. Esses dados sinalizam para a necessidade de se incluir outras variáveis extralinguísticas na análise, entre as quais o fator geográfico e também a idade do escriba, de modo a verificar, com base em dados de tempo real, possíveis processos de mudança de uso dos sinais de pontuação que apresentaram alguma concorrência, em virtude de similaridades funcionais.

Dado que somente o critério escolarizado/não escolarizado seja por demais limitador para estabelecermos o perfil do escrevente desses documentos, precisamos levar em consideração, também, os diferentes graus de letramento dos indivíduos, pautando-nos nos termos de Marcuschi (2001) e de Soares (2003; 2009). Dessa forma, nossos dados nos permitem inferir que o escrevente do EOTSF tem maior grau de letramento e, no extremo oposto, com menor grau de letramento, temos o escrevente do CINSM. Entre esses dois opostos, situa-se o escrevente do CINSAP, seguido do escrevente do CINSAD, o que nos permite propor o seguinte *continuum*:

Menor grau de letramento

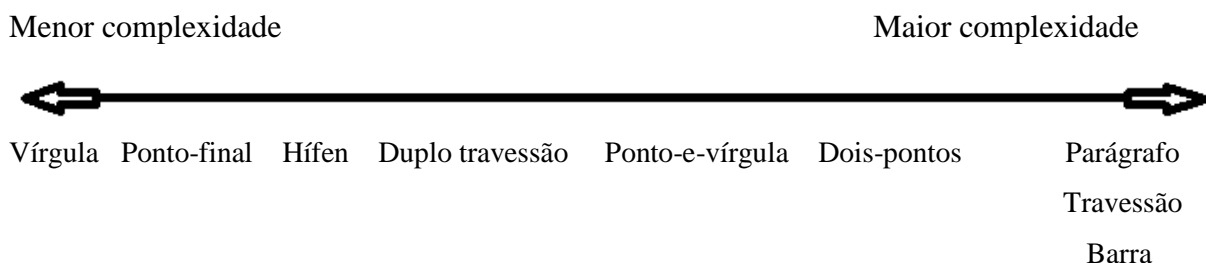
Maior grau de letramento



A confirmação de nossa hipótese, portanto, só é possível quando analisamos o uso de cada sinal, já que as nuances e as particularidades no uso dos diferentes sinais de pontuação só é perceptível por meio de um exame detalhado, o que nos permite postular de que maneira se caracteriza o escrevente desses documentos. Os resultados obtidos nos revelam que o escrevente do EOTSF seria um cidadão letrado, que teve acesso à escolarização e que possui o maior grau de letramento. Algo semelhante é visto no CINSAP, em que o escrevente seria um cidadão letrado, que provavelmente teve acesso à escolarização, mas com grau de letramento menor, visto o conservadorismo percebido quanto ao emprego do sinal *duplo travessão*. Em seguida, temos o escrevente do CINSAD, cidadão que, apesar de letrado e da provável escolarização, possui menor grau de letramento, já que encontramos uma maior ocorrência de variante não-padrão para quase todos os sinais. Por último, o escrevente do CINSM, aparentemente, possui algum nível de escolarização e é letrado, por haver casos em que a variante padrão seja quase equivalente ou superior à não-padrão, mas possui o menor grau de letramento, uma vez que, de modo geral, há casos em que a variante não-padrão supera a padrão. O fato de todos os escribas serem cidadãos letrados é justificado pelas condições sócio-históricas do período que, conforme descrevemos no capítulo terceiro, favoreciam o letramento de todos os cidadãos, independentemente da classe social. Esta determinaria apenas o maior ou menor grau de letramento.

Vimos, até o momento, que a diversificação e o emprego dos sinais de pontuação interferem de maneira distinta em nossos resultados. Os sinais *barra*, *travessão* e *parágrafo*, por ocorrerem somente no documento do grupo escolarizado, indicam uma maior complexidade de uso. Em seguida, temos o sinal *dois-pontos* como sendo o sinal mais complexo, visto a dificuldade não só em estabelecer sua norma, como também a maior frequência de ocorrências não-padrão identificada no grupo não escolarizado. Por outro lado, a *vírgula* aparentemente é o sinal com menor grau de complexidade. Apesar das várias funções que esse sinal possui, a maior quantidade de ocorrências padrão, inclusive nos documentos do grupo não escolarizado, apontam para essa assertiva. Assim, a partir de nossas

constatações sobre as complexidades quanto ao emprego dos sinais de pontuação identificados em nosso *corpus*, é possível estabelecer um *continuum* para esses sinais, com vistas a auxiliar o pesquisador a determinar o grau de escolaridade/letramento do escriba:



Em suma, os resultados apresentados neste capítulo apontam para uma adequação de nossa hipótese de que é possível atestar o grau de letramento do escriba, a partir dos sinais de pontuação empregados em manuscritos pretéritos. Ainda que tenhamos encontrado uma maior quantidade de ocorrências padrão para ambos os grupos, escolarizado e não escolarizado, a análise individualizada desses sinais nos permite estabelecer informações que nos auxiliam a caracterizar o escrevente quanto a sua escolaridade e a seu grau de letramento. Isso constitui, portanto, um recurso metodológico importante para o pesquisador que queira trabalhar com *corpus* de sincronias passadas, mas que não dispõe de informações suficientes sobre o perfil social do escrevente. Nossos resultados acusam, contudo, que é necessário analisar a ocorrência dos sinais de pontuação tanto de modo geral, a fim de se averiguar a variabilidade de uso, quanto de modo particularizado, uma vez que há sinais que demandam maior conhecimento sobre seus usos e que, portanto, são essenciais para a verificação do grau de letramento do escriba. Embora todos os escreventes de nosso *corpus* tenham alguma habilidade com a escrita, devido à função de escrivão exercida nessas agremiações, os graus de letramento são diferentes, em consequência do fator socioeconômico e regional. Nesse sentido, os sinais de pontuação podem nos auxiliar a identificar o grau de letramento do escriba e o *continuum* de complexidade dos referidos sinais proposto por nós constitui uma ferramenta a ser adotada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivamos estudar os sinais de pontuação presentes em um documento de ordem terceira e em três documentos de irmandades mineiras setecentistas, a fim de averiguarmos se é possível relacionar o uso desses sinais ao perfil socioeconômico do escrevente dessas agremiações e, conseqüentemente, inferir sua escolaridade/grau de letramento. Isso porque partimos do pressuposto de que o escrevente que possuía maior nível de escolaridade e maior grau de letramento teria mais facilidade em empregar a norma padrão dos sinais de pontuação. Por outro lado, o escrevente com menor nível de escolaridade, por não ter passado por um processo formal de ensino, e menor grau de letramento, se distanciaria dessa norma. Nosso estudo fez-se necessário pois, uma vez confirmada nossa hipótese, o uso dos sinais de pontuação podem constituir um recurso metodológico para os estudos de cunho sociolinguísticos que, por não disporem, muitas vezes, de informações sobre a escolaridade do escrevente, precisa descartar documentos de sincronias pretéritas. Para julgar a adequação de nossa hipótese, separamos os documentos que compuseram nosso *corpus* em dois grupos: escolarizado vs não-escolarizado. O primeiro grupo é composto pelo Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, pelo fato de essa ordem ser composta por homens brancos, que representam a elite social e cultural da época; além disso, seu escriba é um integrante do clero, que também integrava a elite cultural do período. O segundo grupo, representado pelas classes menos abastadas, é formado por três compromissos de irmandades, um de N. Sr.^a das Mercês, composta por negros forros e dois de N. Sr.^a do Amparo, composta por pardos. Um dos compromissos da Irmandade de N. Sr.^a do Amparo pertence à cidade de Paracatu e foi editado por mim, durante o período da pesquisa, com vistas a enriquecer e a balancear o nosso *corpus*. Já o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, o livro de compromisso da Irmandade de N. Sr.^a das Mercês e um dos livros de compromisso da Irmandade de N. Sr.^a do Amparo pertencem à Mitra Arquidiocesana de Diamantina e foram editados pelas Prof.^{as} Dr.^{as} Aléxia Teles Duchowny e Dr.^a Sueli Maria Coelho (2013). Seguindo os preceitos da sociolinguística laboviana, coletamos e analisamos as variantes *padrão* e *não-padrão* para o emprego dos sinais de pontuação identificados em cada um desses documentos. Para determinar a norma padrão, recorreremos a gramáticas e a manuais do período setecentista e oitocentista. Os casos em que o emprego ou não da vírgula fosse opcional, consideramos como sendo uma norma facultativa. Todos aqueles casos que não se enquadraram em

nenhuma dessas duas variantes foram considerados não-padrão. Foi necessário, portanto, recorrermos às gramáticas e aos manuais do período, a fim de constituirmos as regras que nos auxiliaram a estabelecer a variante padrão. No caso do emprego das vírgulas, foi preciso, ainda, coletarmos uma terceira variante – *facultativa* –, que corresponde às exceções às regras gerais, ou seja, os casos em que o emprego ou não da vírgula seja opcional.

O cômputo final dos dados nos mostrou que, em ambos os grupos, a quantidade de ocorrências *padrão*, acrescida das ocorrências *facultativas*, é superior à quantidade *não-padrão*, o que vai de encontro à nossa hipótese inicial. Entretanto, algumas especificidades precisaram ser exploradas, a fim de melhor julgarmos a adequação da hipótese:

1. A primeira delas se refere ao fato de, no EOTSF, termos identificado uma maior variedade de sinais de pontuação, com a presença dos sinais *parágrafo*, *barra* e *travessão*, em detrimento dos compromissos de irmandades. Esse aspecto nos leva a crer que o escrevente da ordem terceira não só possuía maior grau de escolaridade, como também maior grau de letramento, já que seu repertório de emprego é maior que o dos demais. Assim sendo, uma variável que deve ser levada em consideração pelo pesquisador, ao decidir sobre um maior ou menor grau de letramento do escriba, em face da ausência dessa informação nos documentos, é a variabilidade do emprego dos sinais de pontuação, sobretudo considerando-se a frequência de uso de determinados sinais que, conforme sistematizaremos a seguir, requerem um domínio maior da norma, por envolverem maior complexidade no uso;
2. Os sinais de pontuação *vírgula* e *ponto-final* são os mais recorrentemente empregados em todos os documentos. Além disso, as ocorrências *padrão*, somadas à *facultativa*, superam em valor relativamente elevado as *não-padrão*, com exceção apenas para o CINSM, cujo emprego da variante padrão do *ponto-final* foi inferior à da não-padrão. Uma possível explicação para esse comportamento nos demais documentos se deve ao fato de tais sinais serem os mais antigos na língua escrita, sendo, portanto, sinais básicos, ainda que a vírgula assuma diferentes funções. Já o ponto-final tem uma norma bastante restritiva, o que pode facilitar o seu uso. Considerando-se, pois, essa regularidade no uso, bem como a pouca complexidade de emprego do ponto-final, avaliamos que o emprego de tais sinais torna-se mais natural para o escriba e que, portanto, estes não são sinais que assumem um papel decisivo na determinação do

- maior ou do menor conhecimento da norma por parte do escriba e, portanto, em seu nível de escolaridade;
3. Apesar de, segundo Verney (1746), o sinal *ponto-e-vírgula* ser considerado moderno àquela época, todos os documentos analisados, com exceção do CINSM, apresentam quantidades superiores de emprego da variante padrão. Isso sinaliza, pois, um maior conservadorismo por parte dos irmãos dessa agremiação religiosa ou mesmo condições mais restritas de acesso à norma. Em contrapartida, demonstra que os escribas das demais agremiações religiosas mineiras empregavam sinais de pontuação modernos para a época;
 4. O sinal *dois-pontos* apresentou quantidades superiores da variante padrão no EOTSF e no CINSAP. Sobre esse dado, é importante ressaltar que, no CINSAP, tal quantidade é bastante elevada, com número muito aquém da variante não-padrão, divergindo, portanto, de nossa hipótese inicial. Ao contrário disso, tanto no CINSM quanto no CINSAD, as ocorrências não-padrão são superiores, com valor muito elevado, inclusive, no CINSM. O pouco consenso entre os gramáticos nos indica que este sinal tenha um uso mais complexo, o que, por este motivo, fez com que os documentos representantes do grupo não escolarizado tenham apresentado valores inferiores da norma não-padrão. Assim, esse sinal, diferentemente da vírgula e do ponto-final, nos auxilia a determinar o nível de escolaridade e o grau de letramento dos escreventes;
 5. O emprego do *hífen* também contrariou nossas expectativas, com uma quantidade muito além de ocorrências não-padrão em todos os documentos, independentemente da escolaridade do escriba. Esse dado nos suscita outra hipótese, a ser investigada em trabalhos futuros: uma possível implementação de uma mudança vinda de cima, assim como postula Labov (2008 [1972]). É provável que o escrevente do EOTSF, por ter maior conhecimento da norma, tenha percebido que o emprego do hífen na separação de palavras no final da linha seja suficiente, passando a adotá-lo regularmente, em detrimento do travessão duplo. Em consequência disso, os escreventes das irmandades tenderiam a reproduzir este comportamento, sobretudo se considerarmos o teor formulaico dos estatutos;
 6. O *duplo travessão* teve uma grande divergência de emprego nos documentos. Apesar de no EOTSF haver uma maior ocorrência da variante *padrão* em detrimento da *não-padrão*, no CINSAP, as ocorrências padrão são bastante elevadas. Também no CINSM as ocorrências padrão são maiores, embora a diferença entre uma e outra

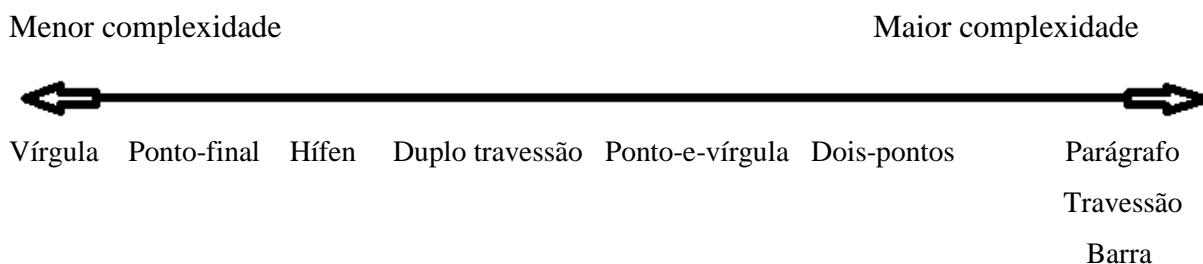
variante não seja tão grande. Isso reflete certo conservadorismo por parte dos escreventes desses compromissos de irmandades, principalmente do CINSAP, ao privilegiar o uso desse sinal. Por outro lado, no CINSAD, as ocorrências da variante *não-padrão* são superiores à *padrão*, mesmo que ambas as variantes tenham números aproximados. Ao contrapor esse conservadorismo à inovação quanto ao uso do hífen em substituição do duplo travessão, é possível que esteja ocorrendo um processo de variação, com concorrência de formas, em que o hífen substituiu, por completo, o duplo travessão, já que este sinal não é mais utilizado na contemporaneidade;

7. É possível que não somente o fator socioeconômico tenha influenciado nos nossos resultados, como também o fator regional, uma vez que o emprego dos sinais de pontuação no CINSAP foi bastante diferenciado dos demais compromissos. Assim, há de se considerar, também, em estudos futuros, o fator extralinguístico geográfico, bem como a idade do escriba, com base em dados de tempo real, a fim de se verificar possíveis processos de mudança linguística quanto ao uso dos sinais de pontuação.

Ainda que, em um primeiro momento, as frequências totais de emprego da variante padrão, da facultativa e da não-padrão apontem para a não comprovação de nossa hipótese, a comparação de cada um dos sinais de pontuação nos fornecem, de fato, indícios que nos permitem caracterizar sociolinguisticamente o escrevente setecentista. Após sumarmos as características supracitadas, é possível perceber que o escrevente do EOTSF é, de fato, um cidadão letrado, com alto nível de escolaridade e alto grau de letramento, algo comprovado não só pelo maior conhecimento das normas, como também pela organização do texto, com a adoção de diferentes sinais de pontuação para isso, e a utilização de estruturas mais complexas. O emprego do hífen nesse documento é outro aspecto que favorece essa caracterização, demonstrando uma possível meta-reflexão desse escrevente acerca da norma e de sua escrita. Em seguida, temos o escrevente do CINSAP, cidadão letrado, que possui algum nível de escolaridade, mas com um grau de letramento menor que o escrevente do EOTSF. Isso porque encontramos, no CINSAP, os mesmos sinais de pontuação dos demais compromissos e notamos um maior conservadorismo por parte desse escrivão. Contudo, a maior quantidade de ocorrências padrão para quase todos os sinais – com exceção para o *hífen* –, demonstra que esse escrevente teve acesso às normas da época. O escrevente do CINSAD é considerado um cidadão letrado, com algum acesso à escolarização, mas que possui menor grau de letramento, uma vez que a tendência foi reproduzir a variante não-padrão. E, por

último, no extremo oposto ao escrevente do EOTSF, temos o escrevente do CINSM, que, apesar de ter algum nível de escolarização e, portanto, ser considerado letrado, possui o menor grau de letramento, já que as ocorrências não-padrão superam as ocorrências padrão. Embora haja dados em que a ocorrência padrão seja superior à não-padrão, os valores são bastante aproximados, o que comprova a nossa hipótese inicial. Também a presença de usos conservadores e de usos inovadores foi essencial na caracterização desses escreventes, direcionando nossos resultados para a adequação de nossa hipótese, o que só foi revelado pela análise pormenorizada de cada sinal de pontuação.

A partir dessa análise, percebemos que os diversos sinais de pontuação apresentam também complexidade distinta de emprego, o que nos permitiu estabelecer o seguinte *continuum*:



Esse *continuum*, portanto, pode nos auxiliar a definir, com maior precisão, os diferentes graus de letramento dos escreventes, já que ele nos permite hierarquizar o domínio da norma em função do grau de complexidade de uso do sinal.

Em suma, o estudo dos sinais de pontuação em manuscritos antigos pode constituir, de fato, um recurso na caracterização do escrevente, quando não há informações suficientes sobre isso. A identificação e a análise dos sinais de pontuação demonstraram diferentes aspectos, que nos auxiliaram a definir a escolarização e os graus de letramento desses escreventes. Não basta, contudo, averiguarmos as ocorrências de modo geral. É necessária, também, uma análise detalhada de cada um dos sinais, visto que cada qual apresenta particularidades que permitem ao pesquisador julgar o conhecimento ou não da norma padrão. Essa complexidade observada e traduzida no *continuum* proposto é fator determinante no processo de caracterização do escrevente, pois, apesar de a função de escriba exigir um conhecimento da escrita, isso se dá de modo diferenciado entre os eles, consequência dos aspectos socioeconômicos de cada grupo analisado. Os resultados obtidos comprovam não só a nossa hipótese, como também a possibilidade de se usar a pontuação como recurso metodológico sociolinguístico auxiliar, na medida em que ela permite, na ausência de

informações precisas a esse respeito, inferir, com algum grau de segurança, o grau de escolarização/letramento do escriba. Isso é relevante para os estudos de abordagem metodológica sociolinguística, porque evita que amostras linguísticas do pretérito sejam descartadas da análise, em virtude da ausência de informações que permitam caracterizar o punho dos documentos.

Contudo, para a execução de uma pesquisa desse cunho, com base nos preceitos sociolinguísticos, cuja certificação dos escreventes é essencial, outros aspectos precisaram ser considerados. Um deles é a busca pela norma do período em gramáticas e em manuais da época estudada. O pesquisador necessita, portanto, dispor de obras que possam auxiliá-lo nessa tarefa. Outro recurso que tivemos que adotar é a escolha pelo termo mais adequado para se caracterizar o escrevente, no nosso caso, *escolarização* e *letramento*. Também a busca por informações no próprio texto, bem como a análise, ainda que não aprofundada, do traçado da letra foram necessários, para a atestação do grupo socioeconômico dos escreventes. Dessa forma, esperamos que nosso estudo possa servir como subsídio para outros estudiosos interessados no estudo descritivo dos sinais de pontuação, sob a perspectiva da sociolinguística histórica.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, V. L. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos.** Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994.
- ARGOTE, J. C. **Regras da língua portugueza, espelho da língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portugueza.** Lisboa: Officina da Musica, 2^a ed., 1725. Disponível em: <<http://purl.pt/10/1>> Acesso em: 28 ago. 2017.
- AULETE DIGITAL. Disponível em: <www.aulete.com.br> Acesso em: 20 set. 2017.
- BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da língua portuguesa ou principios de grammatica geral applicados á nossa linguagem.** Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822, p. 86-96. Disponível em: <<http://purl.pt/128>> Acesso em: 25 jul. 2017.
- _____. **Grammatica philosophica da língua portugueza ou princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem.** Lisboa: Tipografia da academia, 3. ed., 1862.
- BARBOSA, A. G. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação de *mãos inábeis* em *corpora* histórico-diacrônicos. **Revista ABRALIN**, v. 16, n. 2, p. 19-43, jan./ fev./ mar./ abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2>> Acesso em: 25 jan. 2018
- BARBOZA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza.** Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias, 4 ed., 1866.
- BRASIL. Nomenclatura Gramatical Brasileira. Portaria ministerial 152/57. *Brasil*, Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario Portuguez, e Latino.** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 8 volumes e 2 suplementos, 1712-1728. Disponível em: <<http://purl.pt/13969>> Acesso em: 15 nov. 2017.
- BOSCHI, C. C. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In.: RESENDE, M. E. F.; VILLALTA, L. C. **As minas setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 59-76.
- BRASIO, A. **Os pretos em Portugal.** Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944.
- Carta de Francisco de Borja Garção Stockler, ao Príncipe Regente D. João, levando à sua presença o requerimento dos “homens e pessoas de nação branca, outros pardos e muitos inferiores nas cores e graus” do Brasil, principalmente da Capitania das Minas Gerais, no qual pedem as providências dos alvarás de 19/9/1761 e 16/1/1773, relacionados com a libertação dos escravos. **Arquivo Histórico Ultramarino.** AHU_CU_011, Cx. 165, D. 12369. 4 de novembro de 1802. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>> Acesso em 22 jan. 2018.

CATACH, N; TOURNIER, C. (org.) *La ponctuation: recherches historiques et actuelles*. Paris: Centre national de la recherche scientifique, 1977.

CATACH, N. La ponctuation. **Langue Française**. Paris: Larousse, v. 45, n. 1, 1980, p. 16-27. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5260> Acesso em 29 jul. 2017.

CHACON, L. A pontuação e a demarcação de aspectos rítmicos da linguagem. **Delta online**, v. 13, n. 1, 1997, p. 01-16. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100001>> Acesso em: 11 ago. 2017.

_____. **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COELHO, S. M. Diamantina: breve contextualização histórica. In.: DUCHOWNY; A. T.; COELHO, S. M (Orgs.) **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas**. Belo-Horizonte: Viva-voz, p. 17-24, 2013.

CONSTANCIO, F. S. **Grammatica da analytica da língua portugueza**. Rio de Janeiro: Casa de Souza, Laemmert e Cia., 1831, p. 305-308. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Grammatica_analytica_da_li%CC%A5ngua_portugu.html?id=DxQTAAAYAAJ&redir_esc=y> Acesso em 05 set. 2017.

CORREIA, J. **Estudos de pontuação: ortografia e pontuação**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 3 ed., 1942, p. 197-226.

COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 18 ed., 2004.

CUNHA, A. M; GODOY, M. M. **O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX**. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica/ ABPHE – 7 a 10 de setembro de 2003, Caxambu, MG, 2003.

DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M. **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas**. Belo Horizonte: Viva Voz. 2013.

FERNANDES Jr., A. A pronominalização de palavras integrantes oracionais. **Revista Educação**. Guarulhos-SP, v. 7, n. 1, 2012, p. 4-7. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/995/987>> Acesso em: 07 fev. 2018.

FERREIRA, A. R. A. Os “sinais de pontuação” são marcas constitutivas do sentido? **Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**. Patos de Minas: UNIPAM. v. 1, 2008, p. 151-164. Disponível em: <<http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/37355/OsSinaisDePontuacaoSaoMarcas.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2017.

FEYJO, J. M. M. **Ortographia, ou a arte de escrever, ou de pronunciar com acerto a lingua portugueza**. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <<http://purl.pt/13>> Acesso em: 06 set. 2017.

FONSECA, M. C. A. P. **A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX**. Recife: Programa de pós-graduação em Letras/UFPE, 2005.

FURTADO, J. F. O livro da capa verde: o regimento de diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: ANNABLUME, p. 37-72, 1996.

GRANTHAN, M. R. **Da releitura à escritura: um estudo pelo viés da pontuação**. Campinas: RG, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and Written language**. England: Oxford University, 1989.

HISCHBERG, L. Communauté européenne de l'énergie atomique, Euratom. In.: _____
Ponctuations et analyse syntaxique automatique. Bruxelles: Euratom, 1964.

_____. Lois formelles de ponctuation. Linguistics. Londres, Paris: Mouton 1 Co., n. 19, 1965.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAHON, D. **O Negro no Coração do Império: uma memória a resgatar. Séculos XV-XIX**. Lisboa, 1999.

LIMA, C. H. R. Pontuação. In.: **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LIVRO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Paracatu-MG, 1765. Edição fac-similada, pertencente ao arquivo pessoal do Historiador Antônio de Oliveira Mello.

LUCHESE, D. Parâmetros sociolinguísticos do Português Brasileiro. **Revista da Abralín**, v. 5, 2006, p. 83-112.

MACHADO FILHO, A. V. L. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2002.

MAGALHÃES, B. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ MEC, 4 ed., 1978.

MARCOS, J. J. Fuentes informáticas para Paleografía Latina. Cáceres, Espanha. 5 ed., 2017 Disponível em: <http://guindo.pntic.mec.es/jmag0042/manual_paleograf.pdf>. Acesso em 20 set. 2017.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In.: SIGNORINI, I. (org.) **Investigando a relação oral/escrito**. Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 23-50.

MARQUILHAS, R. **Leitura e escrita em Portugal do Século XVII**. Tese de Doutorado em Linguística Portuguesa. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, 1996.

MENDES, S. T. P. **Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: leitura e escrita**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG. 2008.

MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Revista brasileira de educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2007, p. 493-504. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000300008>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MOURA, J. V. G. Compêndio de grammatica latina e portugueza. Coimbra: Imprensa da Universidade, 6 ed., 1850, p. 176-181. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Compendio_de_grammatica_latina_e_portugu.htm?id=2dWcNv9jpMUC&redir_esc=y> Acesso em: 01 set. 2017.

NEGRO, H. O. B. **Os diacríticos em manuscritos postais do século XIX**. Curitiba: Appris, 2012. Sinais de pontuação, p. 129-133.

_____ Emprego de sinais diacríticos em manuscritos dos séculos XVII e XIX: entre os pensares linguísticos e as práticas sociais. **Revista Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 43, n. 2, 2014, p. 730-744.

OLIVEIRA, M. A.; ASSUMPÇÃO, S. R. B. Para além da frase: os recursos de pontuação como elementos de natureza textual e sociodirursiva. **Revista Letras**. Curitiba: Editora UFPR. n. 61, especial, 2003, p. 79-96. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rel.v61i0.2882> > Acesso em: 15 ago. 2017.

PRIORE, M. D; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta Brasil, 2010. Disponível em <<https://portalconservador.com/livros/Renato-Venancio-Uma-Breve-Historia-do-Brasil.pdf>>. Acesso em: 29 nov 2016.

RAIMUNDO, J. **O elemento afro-negro na Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933.

RIBEIRO, J. C. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1881.

RIBEIRO, E. C. **Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza**. Salvador: Aguiar & Souza LTDA, 4 ed., 1950.

ROCHA, I. L. V. Pontuação e o sistema gráfico do texto: aquisições paralelas. **Delta**, v. 12, n. 1, p. 1-34, 1996.

_____ O Sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **Delta online**, v. 13, n. 1, p. 83-118, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100005>> Acesso em: 10 ago. 2017.

_____ Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. **Delta online**, v. 14, n. 1, p. 01-12, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100001>> Acesso em: 10 ago. 2017.

ROMMAINE, S. **Socio-Historical Linguistics**. Nova York: Cambridge University Press, 3 ed., 2009 [1982].

ROSA, M. C. Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica. **Revista de Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, v. 1, 1995, p. 17-29. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1003/1112>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SALLES, F. T. *Associações religiosas no ciclo do ouro*: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. rev. e ampl., 2007.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1978.

SILVA, A. M. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense. 8 ed., 1890, p. 32-33. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>> Acesso em: 23 set. 2016.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 5 ed., 2007 [2003], p. 13-62.

_____ Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3 ed., 2009 [1998], p. 61-124.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p.69-105.

_____ **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: ABDR/ Ática, 9 ed., 2002.

TELLES, C. M. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. **Revista Calidoscópico**: São Leopoldo, RS. v. 6, n. 1, 2008, p. 28-36.

TELLES, C.M.; SOUZA, R. B. Marcas pontuacionais nos *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia. **Revista da Abralin**: Belo Horizonte, v. 16, n.1, jan./fev./mar./abr. 2017, p. 93-127.

Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51931>> Acesso em: 29 jul. 2017.

TOURNIER, C. Histoire des idées sur la ponctuation – des débuts de l'imprimeire à nos jours. **Langue Française**. Paris: Larousse, v. 45, n. 1, 1980, p. 28-45.

ULHÔA PIMENTEL, H. **Histórico da Cidade**. Arquivo público municipal de Paracatu - MG, [200--?]. Disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/nossa-historia/>> Acesso em: 26 jan. 2018.

VENANCIO, R. P. **Cativos do Reino**: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012.

VÉRA, A. F. **Ortographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa**. Lisboa: Marthias Rodriguez, 1631. Disponível em: <<http://purl.pt/45/1/index.html>> Acesso em 04 set. 2017.

VERNEY, L. A. Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em varias cartas. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=iYCEXSznTugC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 02 out 2016.

VILLALTA, L. C. Introdução. In.: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 249-252.